



PADECEME

A publicação de atualização dos diplomados da
ECEME

Publicação semestral | Nº 02/2019



INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
(Escola Marechal Castello Branco)
v. 14 n. 23 - 02/2019

PADECEME

02/2019
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

PADECEME	Rio de Janeiro	v. 14	n. 23	p. 01-181	02/2019
----------	----------------	-------	-------	-----------	---------

A PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895
e-mail: padeceme@eceme.eb.mil.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda RODRIGO PEREIRA VERGARA

Editor

Ten Cel COM RONALDO ANDRÉ FURTADO

Comissão Editorial

Cel FLAVIO ROBERTO BEZERRA MORGADO
Ten Cel GUSTAVO ASSAD DE PRAGA RODRIGUES
Ten Cel GIL VALADÃO FORTES
Ten Cel MARCELO PEÇANHA DA GRAÇA
Ten Cel RONALDO ANDRÉ FURTADO
Ten Cel LUIZ CLAUDIO FERREIRA ARAÚJO
Ten Cel OINA ESPANHA FERNANDO OLÁLDE ALTAMIRA
Maj OINA EUA JAMES HAROLD ISAKSON

Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel RONALDO ANDRÉ FURTADO

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Foto da capa

Montagem com Fotos de: eb.mil.br

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Gratuita)
Disponível também em: <www.eceme.eb.mil.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123 PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME,
2002- . v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre
os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o
mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
ISSN : 1677-1885

1.DOCTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

EDITORIAL

Criada em 1905 sob os auspícios da modernização do Exército à época, por 114 anos a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército tem se dedicado ao mister de capacitar o oficial de estado-maior e o assessor de alto nível, contribuir com a evolução da doutrina militar e realizar pesquisas para construir e disseminar conhecimento em ciências militares.

Nos currículos da Escola, muito mais que os conteúdos que são oferecidos aos alunos, as competências necessárias ao desempenho profissional-militar são o que se busca desenvolver e internalizar naqueles que serão alçados à participação na condução superior do nosso Exército e que chegarão a altas posições de liderança na Força. Na ECEME se aprende a não mais dar espaço para o “achismo” e o empirismo, mas sim a dar profundidade ao conhecimento, aliando-o à solidez dos valores militares, aqui fortalecidos. O amálgama destas resulta na sabedoria necessária à formulação de soluções que, longe do viés contaminado por emoções, são eivadas do pragmatismo e da objetividade necessários à resolução de problemas, invariavelmente, inéditos e desafiadores.

Ser capaz de analisar, criticar e oferecer soluções aos problemas complexos e inéditos. Antecipar-se ao futuro. Contribuir para mover o Exército no rumo da modernidade, sem o temor de propor o novo e sem vacilar ante as dificuldades de, em muitas oportunidades, ser pioneiro. Construir e manter a sabedoria, por meio da aliança do conhecimento com os valores éticos e morais.

Estribado nesse modelo de educação, nossos oficiais têm sido capazes de superar e trazer respostas eficazes a toda sorte de desafios que lhe são apresentados. Foi assim que, no passado, fomos capazes de mobilizar, preparar e empregar forças de vulto em Teatro de Operações extracontinental, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assim que enviamos tropas a outros países, em missões de paz, desde a I Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), em 1956, no Suez. É assim que respondemos quando a Nação nos chama a contribuir com a garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias. É assim que contribuimos, decisivamente, com a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 2018. Cabe ressaltar que os quadros de profissionais que levaram a cabo a Intervenção Federal contaram com o emprego direto de efetivos de instrutores da ECEME, alocados ao Gabinete de Intervenção Federal, e com o imediato suporte de toda a estrutura doutrinária e de pesquisa da Escola.

Portanto, caro leitor, a ECEME consolida, nesta edição do PADECEME, uma rica coletânea de artigos, que trazem o conhecimento vivo de quem participou diretamente ou esteve presente no ambiente da intervenção, desde o nível político-estratégico ao tático. Esta compilação é uma relíquia para os estudiosos do assunto e um legado aos historiadores.

A ECEME, com a simplicidade que reveste o soldado que cumpre sua missão, orgulha-se de, honrando nossa história secular, ter cumprido, mais uma vez, o seu papel de oferecer ao Exército e ao Brasil o que consta no nosso lema: *“O saber na defesa da Pátria!”*

Rio de Janeiro - RJ, 2 de dezembro de 2019.

General de Brigada Rodrigo Pereira Vergara
Comandante da ECEME

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR MILITAR DO EXÉRCITO
BRASILEIRO

7-12

UMA ANÁLISE DO CENÁRIO QUE LEVOU À INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

13-25

Cel Art **CARLOS EDUARDO** BARBOSA DA COSTA .

O COMANDO CONJUNTO (estrutura e ensinamentos)

Cel Cav QEMA **EDUARDO** TAVARES MARTINS
TC Inf QEMA JORGE LUÍS **VIANA CORRÊA**
TC Cav QEMA MILTON **COSTA NETO**
Maj Cav QEMA RAFAEL DE MATTOS **FALCÃO**

26-45

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DO EMPREGO DO COMANDO CONJUNTO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

46-66

CMG (FN) **LEONARDO** AUGUSTO ALMEIDA DE **AZEREDO**
CF (FN) **ELDER** VAZ
CC (FN) **HEBERT** DE MELO ALMEIDA

CAPACIDADES RELACIONADAS À INFORMAÇÃO NA INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

67-85

Maj Inf **GUILHERME** MARQUES ALMEIDA.

**A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE
ADESTRAMENTO-LÊSTE NA PREPARAÇÃO DAS
TROPAS DO COMANDO CONJUNTO (C Cj) E NAS
AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE
OPERATIVA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO** 86-109

TC Cav ANDRÉ **RICARDO** DA CONCEIÇÃO BARRETO

**O TRABALHO DE ESTADO-MAIOR DE BRIGADA NAS
OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO
COM AGÊNCIAS NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO
FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO: UMA VISÃO PRAGMÁTICA** 110-130

TC Inf MIGUEL **ANGELO** AZEVEDO LIMA

TC Inf PAULO CESAR **NERI** DOS SANTOS

Maj Inf **ARONES** LIMA DA ROSA

Maj Inf RODRIGO **PEREIRA PINTO**

**UMA AÇÃO DE INVESTIMENTO NO CENÁRIO DE
NÃO GUERRA DA INTERVENÇÃO FEDERAL DA
SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO** 131-149

Maj Cav JOÃO CARLOS DE **ALMEIDA LIMA**

**O EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE
PILOTADAS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA
LEI E DA ORDEM DURANTE A INTERVENÇÃO
FEDERAL NO RIO DE JANEIRO** 150-169

Cel R/1 JOSÉ BENEDITO **CRUZ JÚNIOR**

Cap Int FELIPE TAVARES **VILAS BOAS**

1º Ten Inf VINÍCIUS **MENDONÇA**

**A INTERVENÇÃO FEDERAL E O SISTEMA DE
EDUCAÇÃO DAS POLÍCIAS** 170-180

Cel Cav FLÁVIO ROBERTO BEZERRA **MORGADO**

O PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DOUTRINÁRIA NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

A Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, conforme decisão presidencial em 2018 foi uma missão para todo o Exército Brasileiro. O próprio Comandante assim se expressou: “[...] a intervenção se tornou prioridade para o Exército”¹. Com base neste chamamento, a Diretoria de Educação Superior Militar (DES Mil) se dispôs a participar do esforço da Intervenção Federal com três ações típicas do sistema de ensino: 1) orientar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) a acompanhar o desenrolar da Intervenção, de modo a esclarecer para a sociedade o papel das Forças Armadas para restabelecer a ordem pública no Estado; 2) atendendo à solicitação do Interventor Federal, orientar a ECEME a elaborar, em parceria com o Gabinete de Intervenção Federal, o Planejamento Estratégico da Intervenção; e 3) acompanhar as operações de Garantia da Lei e da Ordem, a fim de identificar possíveis inovações doutrinárias desenvolvidas pela tropa.

Ao Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV)² coube o encargo de acompanhar as ações da Intervenção Federal. Seu trabalho consistiu em analisar as atividades desenvolvidas sob o enfoque militar, difundindo suas conclusões por intermédio de artigos publicados em seu sítio eletrônico; participar dos diversos eventos realizados por órgãos civis; e conduzir fóruns temáticos relacionados à Intervenção. O trabalho desenvolvido pelo OMPV, graças à autonomia em seus estudos e à qualidade de seus produtos, contribuiu para reduzir as apreensões com respeito a possíveis violações de direitos humanos derivadas da atuação da tropa, bem como à legalidade da própria Intervenção Federal e da aplicação dos recursos orçamentários em conformidade com o planejamento estratégico aprovado pelo Interventor Federal.

Para a elaboração do planejamento estratégico, a ECEME designou um

1 Valor Econômico: Resultado da intervenção virá com o tempo, diz comandante do Exército. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5396977/resultado-da-intervencao-vira-com-o-tempo-diz-comandante-do-exercito>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

2 O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) foi criado no dia 20 de setembro de 2017, pelo Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com a missão de realizar estudos políticos e estratégicos de interesse da área militar, em particular do Exército, valendo-se das diversas metodologias empregadas na ECEME, dando um tratamento multidisciplinar a essas questões e, também, de contribuir para o incremento e a difusão da mentalidade de Defesa. Disponível em <http://ompv.eceme.cb.mil.br/masterpage.php?id=1>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

grupo de instrutores para contribuir com o Gabinete de Intervenção Federal. Em 29 de maio de 2018, o plano foi aprovado em portaria normativa assinada pelo Interventor Federal³. Este planejamento estabeleceu duas grandes estratégias de atuação: primeira, de cunho estruturante, visou a recuperação da capacidade operativa dos órgãos de segurança pública do Estado; a segunda, por sua vez, com características emergenciais, teve a finalidade de reduzir os índices de criminalidade, aumentando a segurança na sociedade fluminense.

A terceira ação desencadeada pela Diretoria de Educação Superior Militar foi conduzida por intermédio de um projeto criado para este fim, o Projeto de Atualização Doutrinária, cujo objetivo era “comparar a doutrina de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) com o planejamento e emprego atual da tropa utilizada nas operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro, no contexto da Intervenção Federal”.

As operações militares são planejadas e desencadeadas com base na doutrina em vigor. A doutrina militar consiste num conjunto de princípios, fundamentos e normas, calcados nas experiências e ensinamentos adquiridos em campanhas militares, sejam do próprio Exército Brasileiro ou de outros exércitos, neste caso, após passarem por um processo de adequação às peculiaridades da Força Terrestre. É prática comum registrar a doutrina em manuais, de modo a facilitar o ensino nas escolas e o treinamento das tropas nos quartéis. Para as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), tanto o Ministério da Defesa quanto o Exército possuem manuais tratando do assunto. O manual do Ministério data de 2013 e o do Exército, na ocasião da Intervenção, de 2010. Ao final de 2018, o Centro de Doutrina do Exército aprovou um novo manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Desde 2010, as tropas do Comando Militar do Leste foram empregadas em diversas e constantes operações de GLO. Elas participaram da Operação Arcanjo nos complexos da Penha e do Alemão (2010-2012); da segurança da visita do Papa Francisco e da Copa das Confederações da FIFA/2013; garantiram as condições de segurança para o leilão do Campo Libra da bacia do pré-sal (2013); ocuparam o complexo da Maré e participaram da segurança da Copa do Mundo da FIFA/2014 (2014-2015); tiveram atuação marcante nas Olimpíadas Rio 2016; garantiram a ordem pública por ocasião da greve da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (2018); e desde 2017, realizavam operações em apoio aos órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro, cumprindo Decreto Presidencial de garantia da lei e da ordem. Em fevereiro de 2018, com a decretação da Intervenção Federal

3 Portaria Normativa Nº 05/Gabinete de Intervenção Federal, de 29/05/2018. Disponível em <http://www.intervencaofederalrj.gov.br/arquivos/plano-estrategico-gif.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, o envolvimento do Exército e das outras Forças tomou uma dimensão inusitada para a sociedade.

A realização de tantas operações de GLO proporcionaram experiência para os diversos militares que nelas participaram. Foram meses colocando em prática, no curso de operações reais, os preceitos doutrinários contidos naqueles manuais. Todos os níveis de comando estiveram envolvidos, desde o grupo de combate, passando pelo pelotão, a companhia, o batalhão, a brigada, a divisão e o próprio Comando Militar do Leste. Inúmeros planejamentos foram realizados. O apoio logístico, o comando e controle, as comunicações sociais, a inteligência, o trabalho coordenado com outras agências públicas e privadas, a aplicação de recursos orçamentários, as operações especiais, o emprego de aeronaves, as operações conjuntas com a Marinha do Brasil e com a Força Aérea Brasileira, as ligações com autoridades políticas, judiciárias, do ministério público, enfim, uma gama enorme de conhecimento e experiências adquiridos que, por certo, produziram inovações doutrinárias precisavam ser identificadas para constarem dos manuais de operações. É neste contexto que a Diretoria de Educação Superior Militar vislumbrou criar um projeto para captar esse rol de estratégias, técnicas, táticas e procedimentos, de modo a serem repassadas para os alunos e demais militares que não tiveram a oportunidade de participar de uma operação com as características envolvidas na Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

Com a decisão tomada de colher essas experiências, e após autorização dos comandos superiores, passou-se à fase de elaborar uma metodologia para a realização da pesquisa doutrinária apropriada para os trabalhos de campo e de laboratório. Algumas limitações impostas foram decisivas na definição do modelo adotado. As mais significativas foram: o sigilo das operações não podia ser prejudicado; os pesquisadores não deveriam interferir na execução das ações, mesmo se fossem os militares mais antigos no local; e os pesquisadores acompanhariam as tropas sujeitos às mesmas condições de segurança dos militares empregados na operação.

Tendo por base o objetivo definido e as limitações elencadas, estabeleceu-se a seguinte metodologia de pesquisa: os pesquisadores acompanhariam a transmissão da ordem de operações do Comando Conjunto – que era o mais alto escalão das tropas militares; em seguida, participariam como observadores do planejamento dos escalões subordinados; depois, seguiriam com a tropa para o terreno, acompanhando a execução do que foi planejado; e por fim, retornariam para o escritório do projeto, a fim de consolidarem as observações colhidas e redigirem o relatório da operação.

O Projeto de Atualização Doutrinária visou a oportunidade do acom-

panhamento presencial das ações e operações realizadas no ambiente da Intervenção Federal e da Garantia da Lei e da Ordem, que estavam ocorrendo muito próximas às Escolas subordinadas à Diretoria de Educação Superior Militar, possibilitando aos corpos docente e discente acumular uma experiência ímpar em operações militares em situação de não guerra. O projeto alinhava-se aos propósitos do Objetivo Estratégico do Exército de implantar um novo e efetivo sistema de doutrina militar terrestre.

Para compor o projeto, foram convocados oficiais instrutores dos seguintes estabelecimentos de ensino: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) e Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx). Cada escola indicou instrutores para integrarem o “Grupo de Atualização Doutrinária”, cuja tarefa consistia em acompanhar o planejamento de uma operação militar conduzida pelo Comando Conjunto do Exército e, em sequência, observar a execução da operação recém-planejada.

Com o Grupo de Atualização Doutrinária definido, foram desencadeadas uma série de atividades de capacitação dos integrantes, de modo a prepará-los para o acompanhamento das operações militares. Para nivelar o conhecimento, o grupo conduziu estudos dos manuais de garantia da lei e da ordem, tanto o do Ministério da Defesa quanto o do Exército. Era importante que os pesquisadores tivessem bem consolidada a doutrina em vigor. Que deixassem suas próprias experiências “arquivadas”, pois só assim eles poderiam perceber as inovações colocadas em prática pela experiente tropa que conduzia as operações. O grupo também precisava incorporar uma atitude de pesquisador. Os instrutores não poderiam passar a imagem de “sabe tudo”, de que estão ali para observar e apontar as falhas porventura cometidas. Ao contrário, a correta atitude seria a de aprender com aqueles que estão em operações reais, colocando em risco a própria vida. Por fim, a capacitação também considerou reviver as técnicas básicas de combatente individual, ou seja, a proteção de cada instrutor começava a partir dele próprio. Cabia a ele estar em condições de bem utilizar as técnicas de progressão em áreas urbanas e de realização de tiro para defesa pessoal.

Após concluída a capacitação, houve o primeiro trabalho em campo. O Comando Conjunto indicou uma operação na região de São Gonçalo, que foi desencadeada na semana de 12 de julho de 2018. O Grupo de Atualização Doutrinária aplicou a metodologia estabelecida, apresentando seu relatório no dia 20 daquele mês. Foram acompanhados os planejamentos do próprio Comando Conjunto, da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada e do 57º Batalhão de Infantaria Motorizado. As observações colhidas tiveram dois destinos: aquelas de interesse

imediatos da tropa foram encaminhadas aos comandantes; as inovações coletadas, depois de uma análise, ficaram como base para a redação de artigos ao final dos trabalhos.

Em 13 de agosto de 2018, iniciou-se o segundo e último trabalho de pesquisa em campo. Desta feita, a operação das Forças Armadas ocorreu nas comunidades de Rola e Antares, localizadas no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro. A missão definida à tropa era isolar e cercar a área, de modo a permitir a entrada das forças de segurança estaduais para o cumprimento de mandados de prisão e de busca. De modo semelhante ao primeiro trabalho, as observações colhidas pelo Grupo de Atualização Doutrinária serviram para os comandantes das tropas e para a redação dos artigos com as principais inovações doutrinárias identificadas nas operações.

Os trabalhos de pesquisa realizados pelos instrutores resultaram em produtos de considerável importância para a atualização doutrinária nas operações de garantia da lei e da ordem. Os relatórios elaborados foram encaminhados ao Centro de Doutrina do Exército, órgão central do sistema de doutrina do Exército Brasileiro. É possível que eles contribuam para a identificação de lições aprendidas para a Força Terrestre.

As observações encaminhadas aos comandantes das tropas participantes tiveram sua aplicação imediata, possibilitando adequar algum procedimento de planejamento ou de execução das operações. Por sua vez, as inovações identificadas foram utilizadas para a composição dos artigos elaborados pela Academia Militar das Agulhas Negras, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e pela Escola de Comando e pela Estado-Maior do Exército.

O artigo da AMAN aborda o emprego das aeronaves remotamente pilotadas, os drones. Os autores destacam a importância para a busca de informações. Com elas, é possível levantar dados do terreno onde a tropa está atuando e da localização de ameaças provenientes dos bandidos que se encontram na área. A topografia da cidade do Rio de Janeiro, a desorganização urbana das comunidades e a presença de um elevado número de pessoas no mesmo ambiente onde a operação acontece tornam o emprego desse tipo de aeronave quase que um imperativo. O artigo ainda destaca a necessidade de uma efetiva coordenação do espaço aéreo, sob o risco de colisão de helicópteros com os drones que sobrevoam a região.

O artigo da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais tratou do combate em áreas urbanas. Esse tipo de operação militar é uma tendência mundial dos conflitos da atualidade. Nas operações no contexto da Intervenção Federal não é diferente. Embora, teoricamente, a tropa esteja realizando uma operação de garantia da lei

e da ordem, algumas situações exigiram a utilização de técnicas doutrinárias de combate em localidade. Os criminosos presentes não eram apenas “agentes perturbadores da ordem pública”, conforme define o manual do Ministério da Defesa. Em realidade, a tropa enfrentava grupos fortemente armados e instruídos, muito semelhantes aos modelos de inimigos que as Forças Armadas costumam se valer durante os treinamentos militares. As operações desencadeadas basearam-se em aspectos doutrinários para um combate contra forças inimigas em ambiente urbano, com adaptações para atender às limitações impostas pela legislação brasileira. Não é uma tarefa fácil. O trabalho da tropa é digno de nota e de orgulho por superar tantas restrições e dificuldades.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército abordou as operações de informação. Além da complexidade da segurança pública e da enorme dificuldade orçamentária do Estado do Rio de Janeiro, a Intervenção Federal transcorreu em um ano de eleições para ocupação de cargos nas esferas federal e estadual. Essa particularidade acirrou a disputa pelo domínio da narrativa. O ambiente informacional foi o palco utilizado tanto pelos atores contrários ao protagonismo das Forças Armadas na condução da Intervenção quanto por aqueles que acreditavam na capacidade e no respeito das instituições militares brasileiras. No artigo, o autor destaca como as capacidades relacionadas à informação foram utilizadas para potencializar as ações em força desencadeadas pela tropa.

Um efeito importante do trabalho do Grupo de Atualização Doutrinária foi estimular militares que participaram efetivamente das ações de Intervenção a escreverem sobre suas experiências. Artigos escritos por oficiais do Comando Militar do Leste, do Estado-Maior do Comando Conjunto, do Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, da Secretaria de Segurança Pública e do Centro de Adestramento Leste abrilhantam esta edição especial do PADECEME. O registro escrito de suas experiências demonstra a capacidade pessoal em conciliar as exigências das operações militares com o trabalho intelectual para divulgar o conhecimento adquirido a outras pessoas.

Encerrando essa apresentação, ao mesmo tempo em que a DES Mil cumprimenta cada um dos autores pela qualidade dos trabalhos oferecidos, entende que cabe ao leitor reconhecer o valor dos temas tratados nos artigos. Aproveite. Comente. Tenha uma boa leitura.

UMA ANÁLISE DO CENÁRIO QUE LEVOU À INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Cel Art **CARLOS EDUARDO BARBOSA DA COSTA**

A proposta deste texto não é mostrar tão somente uma visão objetiva de como foi desenvolvida a Intervenção Federal no campo da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, mas apresentar, igualmente, uma “radiografia” do porquê chegamos até ela, descrevendo o cenário encontrado inicialmente pela equipe que a conduziu. Sem dúvida, o tema merece uma maior pesquisa e um debate mais aprofundado de ideias. Todavia, creio que o leitor não encontrará, mesmo nos especialistas em Segurança Pública, respostas completas.

Desafios de grande envergadura requerem comprometimento e disponibilidade

Em 16 de fevereiro de 2018, após seguidos episódios de violência durante o carnaval na cidade do Rio de Janeiro, o Presidente da República decretou a Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, até 31 de dezembro de 2018¹. Desde a promulgação da Constituição de 1988, foi a primeira vez que o dispositivo da intervenção foi avocado, caracterizando o ineditismo da ação e o motivo do espanto de muitos.

Eclosionaram deste ato duas questões iniciais que merecem ser escrutinadas.

A primeira foi a escolha do Interventor Federal. Tal função recaiu sobre um general do serviço ativo do Exército do último posto². É sabido que a segurança pública transcende a missão constitucional das Forças Armadas. Apesar do incontestável preparo profissional dos militares, a atividade não era familiar pelo simples déficit de conhecimento e vivência. Contudo, a tarefa necessitava urgência e uma organização inicial capaz de colocar em prática o que foi definido pelo poder político. Assim, não restava ao Interventor Federal outra maneira que não fosse

1 Decreto da Presidência da República [nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018](#), no qual decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

2 General de Exército Walter Souza Braga Netto, que encontrava-se no cargo de Comandante Militar do Leste dentro da estrutura do Exército.

subtrair de seu Comando Militar regional o pessoal e a estrutura mínima necessária para dar os passos preliminares. Com o apoio das outras duas Forças Armadas, o Interventor partiu para o cumprimento da missão imposta.

Desse modo, surgiu o embrião da Intervenção Federal, sem planejamento prévio algum. Isso é considerado uma desvantagem significativa dentro do meio castrense. Naquele momento, o Interventor contou apenas com seus subordinados, o que nos empurra, automaticamente, à segunda questão. Sem uma diretriz detalhada no nível político do que fazer, o mais importante era definir o que não fazer. A Intervenção Federal não seria e não poderia ser confundida com uma Intervenção Militar, o que, por analogia, nos remeteria aos debates da década de 1960, com a democracia e os “tanques” frente a frente. Ressalte-se que 2018 foi um ano de disputa eleitoral.

A equipe que esboçou a arquitetura de trabalho do Gabinete de Intervenção Federal (GIF)³, consolidado legalmente somente em agosto de 2018, teve que estudar e entender com quais instituições estava lidando. Afinal, as Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro são corporações centenárias e escreveram páginas importantes na história nacional. O Corpo de Bombeiros, não menos jovem e importante, acumula inúmeras atividades que extrapolam o conceito de salvar vidas. Isso sem falar do sistema penitenciário, que impõe aos seus agentes uma jornada diária de inúmeros desafios, a começar pela gigante escassez de vagas nos estabelecimentos prisionais⁴.

Naquela altura, o que se precisava era de planejamento, pois sem objetivos plenamente factíveis e instrumentos de medição adequados a Intervenção poderia rumar à deriva. Enquanto se escolhiam o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e o Chefe da Polícia Civil (PCERJ), ademais de outras tantas medidas para compreender como o sistema de segurança estava estruturado, foi sendo elaborado dentro do GIF um Plano Estratégico⁵, que tinha por missão servir de baliza para aproximadamente 9 meses que restavam até a data limite imposta. Literalmente, os primeiros dias foram de estudo e de inúmeras

3 A medida provisória nº 826, de abril de 2018 foi convertida e efetivada na lei nº 13.791, de 6 de agosto do mesmo ano, na qual foram criados o cargo de natureza especial de interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores (DAS) e funções comissionadas do poder executivo (FCPE) destinados a compor o Gabinete de Intervenção Federal do Estado do Rio De Janeiro.

4 O Levantamento Nacional de Informações Penitenciária (INFOPEN), em sua última atualização oficial de Junho/2016, reporta que o Estado do Rio de Janeiro possui um total de 27.827 vagas para presos provisórios, em regime fechado e semiaberto. O déficit acumulado nestas três classificações chegavam, na mesma oportunidade, a 21.318 vagas.

5 A Portaria Normativa nº 05 do Gabinete de Intervenção Federal (GIF), de 29 de maio de 2018, aprovou o Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. O mesmo plano ainda sofreria uma revisão até o fim do período previsto para a intervenção.

ras resoluções. Os caminhos escolhidos e as decisões tomadas se afirmariam no tempo e provariam que a Intervenção Federal não resolveria todos os problemas, mas apontaria um caminho saudável para reequilibrar o sistema.

Ao Gabinete de Intervenção Federal juntaram-se militares da Marinha, da Força Aérea e, aos poucos, agentes da União e dos próprios organismos interven-
cionados. Sem essa estrutura seria impossível chegar a bom termo as metas pro-
postas. O curto espaço de tempo impunha que a missão de pôr fim ao grave com-
prometimento da ordem pública fosse repensada por diversos ângulos, os quais
passo a detalhar pois, sem sua perfeita compreensão, o leitor não entenderá o
porquê a Intervenção Federal foi exitosa e reconhecidamente um caso de sucesso.

Um Estado assolado por uma crise política e ética

Nos últimos 2 anos, o Rio de Janeiro assistiu estarecido a prisão temporá-
ria e/ou condenação pelas Cortes do Judiciário de todos os seus últimos quatro
governadores eleitos. Inúmeros membros do parlamento estadual também foram
presos acusados de crimes de corrupção ativa e passiva. Até mesmo um antigo
Procurador-Geral de Justiça do Estado esteve por detrás das grades, ainda que
temporariamente.

Os milhões gastos com obras públicas escondiam vultosas cifras com pro-
pinas que abasteciam campanhas eleitorais e contas pessoais no exterior. A Justiça
Federal, conjuntamente com o Ministério Público, continua conduzindo de forma
segura todos os passos para levar a cabo a punição dos agentes da administração
que permitiram que os Poderes Estaduais se convertessem em um balcão de ne-
gócios espúrios. A população percebeu que aqueles que deveriam se preocupar
com o bem-estar dos seus eleitores, na verdade estavam mais interessados em
colher benefícios que o cargo público os proporcionava por meio de extorsão e
fraudes. Tal fato é, possivelmente, um estímulo à retomada do progresso da socie-
dade fluminense, a qual sentiu, nos últimos tempos, os efeitos de sua fragilidade
econômica e o aumento acelerado da violência.

Um Estado que já estava sob Intervenção

A situação das contas públicas levou o Estado do Rio de Janeiro ao ponto
da insolvência. Agravado pela perda de arrecadação, devido à queda do preço do
petróleo no mercado, uma grave crise fiscal foi instalada. Sem ter como equilibrar
seus gastos, o Governo Estadual partiu para uma renegociação de suas dívidas
com o Tesouro Nacional.

Em decorrência do sério desequilíbrio financeiro, o Estado do Rio de Janei-
ro encontrava-se sob o Regime de Recuperação Fiscal⁶, que impunha uma série de

6 O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aprovado pela Lei [Complementar Federal nº 159/2017](#), [foi criado para fornecer aos Estados com desequilíbrio financeiro grave, instrumentos para o](#)

medidas para a aplicação dos recursos e estrangulava a reorganização do aparato estatal. Esta crise fiscal acarretou o atraso no pagamento aos servidores, interrupção no pagamento do Regime Adicional de Serviço (RAS) dos policiais, bem como o não pagamento e consequente descumprimento do contrato com fornecedores do sistema penitenciário. O Estado esteve muito perto de um quadro de greve geral das forças de segurança, o que já havia sido esboçado, tão somente, com a Polícia Civil nos primeiros meses de 2017⁷.

Esses fatores formavam a lista de ingredientes com os quais a Intervenção Federal teve que lidar desde sua constituição. Os danos causados eram extensos, pois policiais, bombeiros e agentes penitenciários, que já careciam de efetivos e motivação, não encontravam perspectiva para reverter o quadro vigente. Menos segurança nas ruas, em uma sociedade também carente de boas referências, significava uma porta aberta ao aumento da criminalidade. Isso não era o único fator agravante, mas certamente um dos mais relevantes.

O Regime de Recuperação Fiscal também impôs⁸ ao Interventor Federal que constituísse a sua própria Unidade Gestora para receber os 1,2 bilhão de reais que foram destinados por força da suplementação de crédito na lei orçamentária⁹. Tal fato obrigou a criação de uma Secretaria de Administração a partir do zero, com a hercúlea tarefa de levantar as necessidades de contratos e aquisições que satisfizessem o que fora programado no plano estratégico. Essa Secretaria realizou a gestão financeira dos recursos disponíveis, bem como o gerenciamento do

ajuste de suas contas. Dessa forma, ele complementa e fortalece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não trazia, até então, previsão para o tratamento de casos como esse. De acordo com o RRF, o desequilíbrio financeiro é considerado grave quando a receita corrente líquida (RCL) anual do Estado é menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; o somatório das suas despesas com pessoal, juros e amortizações seja igual ou maior que 70% da RCL e o valor total de obrigações seja superior às disponibilidades de caixa. Só poderá aderir ao RRF o Estado que cumprir esses três requisitos de entrada. O Estado do Rio de Janeiro aderiu efetivamente ao RRF em 6 de setembro de 2017, quando o Presidente da República homologou o Plano de Recuperação Fiscal elaborado pelo Estado do Rio de Janeiro.

7 A Polícia Civil do Rio de Janeiro, após 78 dias de paralisação, suspendeu a greve no dia 7 de abril de 2017. Segundo o comando do movimento, liderado por entidades sindicais, 70% dos 9,5 mil policiais do Estado aderiram ao movimento. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-civil-suspende-greve-apos-78-dias-de-paralisacao.ghtml>.

8 Auditora do TCU, Luciene Pereira da Silva alertou para o risco de que, com a intervenção, o governo federal assumia despesas obrigatórias (como salários, previdência e subsídios) do governo do Rio, agravando a situação fiscal da União. “Não se pode deixar que o Rio de Janeiro nutra a crença de que a União vai financiar todas as ações. Isso não será possível porque esbarra em questões constitucionais e na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/554500-TCU-ALERTA-SOBRE-IMPACTO-FISCAL-DA-INTERVENCAO-FEDERAL-NA-SEGURANCA-DO-RIO-DE-JANEIRO.html>. Acesso em 1 de julho de 2019.

9 Projeto de lei de conversão nº 21, de 4 de julho de 2018 (Proveniente da Medida Provisória nº 825) abriu crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para aplicação na Intervenção Federal.

pessoal do gabinete e do controle patrimonial, que engloba a administração do legado e a desmobilização. Com a cooperação e a fiscalização de inúmeros organismos, a Secretaria de Administração conseguiu empenhar¹⁰ mais de 97% dos recursos destinados pelo Governo Federal¹¹, significando que foram gastos cifras que totalizaram centenas de milhões de reais e que representaram, de uma única vez, cerca de 5,6 anos de investimentos na Segurança Pública estadual quando consideramos a média dos últimos cinco anos¹².

A concorrência do fracasso de políticas públicas e o enfraquecimento das forças de segurança

Em artigo de Clóvis Cunha, disponível no Portal de Educação¹³, levanta-se a questão de que precisamos descobrir porque os índices de violência aumentaram tanto nos últimos anos. Clóvis Cunha também lança alguns desafios: onde estaria a raiz do problema? Como minimizar a escalada da violência? Certamente, investir na educação ou em políticas públicas que gerem desenvolvimento e renda, ademais de selecionar, treinar e remunerar melhor os policiais criarão efeitos positivos, dentre tantos outros que podem ser levantados.

Entender a escalada da criminalidade é um desafio pelas inúmeras variáveis intervenientes. Para cada 10% no aumento da violência, existe um recuo médio de 1,8% no faturamento bruto das empresas que compõem o setor turístico do Rio de Janeiro¹⁴. Por dedução, conclui-se que existe aqui um ciclo vicioso que alimenta e deteriora o estado geral das coisas, colocando a questão da segurança no topo das prioridades. Ao povo resta acreditar que a redução da violência é missão precípua das forças de segurança, quando na verdade outros fatores con-

10 Conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária pública transcorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

11 A Intervenção Federal empenhou no total R\$1.165.871.286,56 do montante de 1,2 bilhão de reais que corresponde a 97,16% (noventa e sete vírgula dezesseis por cento) da despesa extraordinária prevista para 2018, conforme descrito no Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), Órgão de Controle Externo, como parte da prestação de contas anual que o Gabinete de Intervenção Federal na Área da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro está obrigado, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

12 Conforme apurado pela Secretaria de Administração do GIF em consulta em 05/10/2018 ao SIAFI-RJ. Os investimentos executados entre o período de 2014 e 2018, possui a média anual de R\$ 161.714.521,11 (2014 - R\$325.812.572,46; 2015 - R\$177.635.533,32; 2016 - R\$180.819.466,79; 2017 - R\$13.087.288,69 e 2018 - R\$111.217.744,31).

13 O Portal de Educação disponibiliza o artigo escrito por Clóvis Cunha, pós-graduado em Gestão Pública pela UCDB que traz questionamentos de como reduzir a violência no País. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/como-reduzir-a-criminalidade-no-brasil/36926>.

14 Segundo estimativa da CNC, para cada aumento de 10% na criminalidade (soma do aumento em todos os principais índices vinculados a criminalidade – roubo de rua, roubo de veículos, roubo de carga), a receita bruta das empresas que compõem a atividade turística do Estado recua, em média, 1,8%. Disponível em https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/pesquisaseestatisticas/2017/07/turismo-do-rio-perde-r-320-milhoes-com-criminalidade_147801.html.

correm na mesma medida.

Quando a Intervenção Federal aportou, as facções criminosas já se encontravam estabelecidas em áreas que foram paulatinamente sofrendo um processo de marginalização pelo próprio Estado. A falta de planejamento urbano, a permissividade com construções irregulares, políticas públicas que carecem de visão pragmática sobre a explosão demográfica em regiões de abandono e baixa renda, quando somadas, resultam no ambiente propício para que o Estado perca sua representatividade e seu alcance legal.

O tráfico de drogas, com lucros médios acima dos 500%¹⁵, dispondo de recursos financeiros e de um forte arsenal, enfrentou, no início deste século, a concorrência provocada pelo modelo criminal das milícias. Nem um dos modelos prevaleceu. A atividade criminosa se expandiu e uma guerra se instalou no cotidiano do submundo do crime, dada a demanda crescente por entorpecentes e outros ilícitos em todas as camadas da sociedade, que vem sofrendo há muito com a corrosão de valores morais e éticos. O esgarçamento do tecido social fluminense é real. E o aparato estatal foi conivente com essa situação por anos.

Tal situação contaminou as forças de segurança, supostamente, as últimas barreiras que deveriam conter a ação criminosa. Existem verdadeiros heróis dentro das corporações, pessoas altamente comprometidas com o que fazem e representam. Além disso, existem deturpações e relações que se estendem desde a associação às facções criminosas até a permissividade com a contravenção. O desafio da Intervenção era converter o lado bom destas Instituições na força motriz para uma mudança de postura. O espelhamento no modelo das Forças Armadas era inevitável e o *benchmarking*¹⁶ continua ao alcance de todos. Mesmo tendo um prazo de emprego tão pequeno, a Intervenção decidiu trazer à tona questões duras como o sucateamento do sistema de educação das polícias e investir no seu futuro, a partir da revitalização das suas academias e centros de formação.

Políticas públicas equivocadas conduziram as corporações, com maior desdobramento no âmbito da PMERJ, para um processo de desgaste e cisão. O etos de uma instituição militar estará calcado, precipuamente, na hierarquia e na disciplina, mas não tão somente nesses pilares. Qualquer programa de capacitação

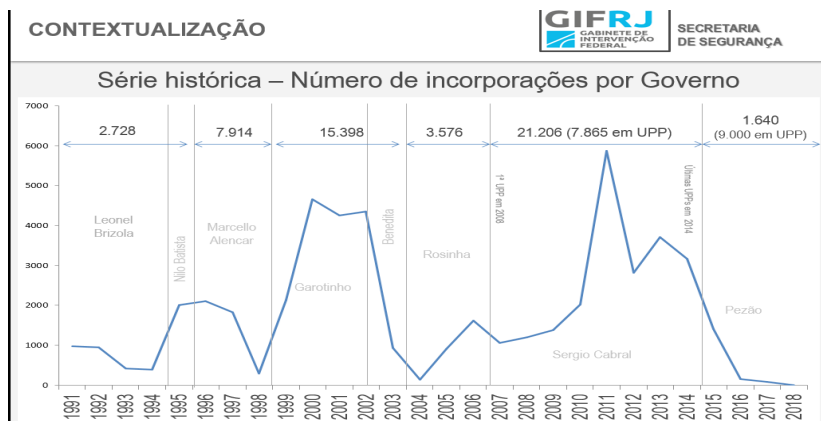
15 Em coluna da Federação Nacional dos Policiais Federais, editada em 27 de dezembro de 2010, o tráfico de drogas é um negócio muito lucrativo no Rio de Janeiro. Com a venda de maconha, o lucro ultrapassa 1.500%, de acordo com fontes da polícia fluminense ouvidas pelo R7. Já no comércio de crack, o lucro chega a 272%, enquanto com a cocaína fica em 266%, ainda segundo policiais. Disponível em <http://fenapef.org.br/31383/>.

16 Benchmarking é um processo de comparação de produtos, serviços e práticas empresariais, e é um importante instrumento de gestão das empresas. O benchmarking é realizado através de pesquisas para comparar as ações de cada empresa. Este conceito foi aplicado no texto com a conotação que os Organismos de Segurança Pública, levadas em consideração suas diferenças e culturas organizacionais, podem fazer espelhamentos positivos sobre as Forças Armadas.

de homens e mulheres, que vão trabalhar sob constantes pressões externas e risco de morte, necessita de um processo intrínseco de transmissão de conhecimentos e valores que aglutina a crença de que a força do grupo sempre será maior que os esforços individuais separados. Quando a formação básica dos agentes de segurança é relegada a segundo plano ou não está no topo das prioridades isso quer dizer que parte do “produto” final que a sociedade receberá não atende aos requisitos mínimos exigidos. Assim aconteceu no Rio de Janeiro.

Incentivada pelo olhar da inovação acadêmica e capitaneada pelo Governo do Estado, a Polícia Militar sofreu um crescimento acelerado e desordenado do programa que veio a ficar conhecido como polícia de pacificação, sem que pudesse alicerçar a base logística para tal expansão. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram vistas como estrelas de uma nova política pública de segurança. Enquanto isso ocorria sob os olhos da população, por dentro, a Polícia Militar perdia sua capacidade de centralizar ações decisivas e fortalecer a sua estrutura militar como equipe indivisível. No Rio de Janeiro, houve policiais militares recém-formados que só conheceram o ramo da polícia de pacificação e sua cultura organizacional, dissociados da complexa e difícil missão da PMERJ como um todo. Se não bastasse, constata-se que há décadas os fluxos de ingresso de pessoal nas forças de segurança do Rio de Janeiro são irregulares e ocorrem por espasmos (vide gráfico 1).

Gráfico 1 – Série histórica do número de incorporações de soldados PM por Governo do Estado do RJ



Fonte: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Além desse aspecto, interferências políticas, como a indicação de nomes para comando de batalhões ou titularidades de delegacias, fizeram com que as forças de segurança fossem gradativamente se ajustando às distorções causadas pelo contato cerrado entre o agente da lei e a política, convertendo a gestão da

segurança em um balcão de negócios. Para tentar equilibrar tal realidade, em épocas pregressas, a própria Secretaria de Segurança do Estado fortaleceu sua visão correcional sobre as polícias como forma de contenção dos desvios e ilícitos cometidos por seus servidores. Como desdobramento, sobraram ressentimentos e mágoas por parte dos policiais, em sua maioria fiéis aos seus preceitos ético-profissionais.

Com a Intervenção, era tempo de interromper com a tutela das instituições de segurança e edificar uma nova relação onde a Segurança Pública é resultado da integração e sinergia de seus órgãos. Valorizando o policial, o bombeiro e o agente penitenciário, plantou-se uma semente que a Intervenção Federal não colheria diretamente, mas sim o povo fluminense. Mais do que viaturas, armamentos ou materiais para a polícia técnico-científica, o legado intangível e invisível fez parte das entregas da Intervenção.

Neste diapasão, a Intervenção Federal teve pressa em retomar efetivos cedidos a outros poderes sem as devidas contrapartidas ou sem legítimo interesse público. Os inúmeros afastamentos do serviço por razões médicas chegaram a patamares desproporcionais, que foram corrigidos com esforços mútuos do Gabinete de Intervenção e dos organismos intervencionados. A abertura de novos concursos e a convocação de mais de 1.300 novos PM¹⁷ foram conquistas possíveis graças ao empenho de todos, inclusive do próprio Governo Estadual. Unir esforços foi uma tônica que a Intervenção logrou com base em sua independência funcional. Somente não foram promulgadas alterações mais contundentes, capazes de corrigir graves distorções no plano de carreira das corporações, pois a tramitação de projetos dessa natureza na Assembleia Legislativa se constituíram óbices insuperáveis em um ano eleitoral.

A Intervenção Federal vista sob a ótica política

Se acreditarmos que a Intervenção Federal na área da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro foi uma dessas árduas e espinhentas tarefas que os atores políticos reservam aos seus soldados, enxergaremos as coisas pelo prisma correto, porém sem visualizar toda a dimensão do problema. As lentes pelas quais

17 Em decreto firmado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro em 5 de julho de 2018 foi autorizada a convocação de 1373 aprovados em concurso da Polícia Militar, realizado em 2014, para iniciar no curso do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Os novos PMs foram convocados por turmas, cada uma com 500 alunos, conforme colocação no concurso de 2014, pois o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) esteve em reforma, por iniciativa da SESEG e da PMERJ na gestão da Intervenção Federal, com vistas a reabertura de suas instalações aos novos alunos. A chamada dos policiais dependeu de gestões conjuntas do Ministério Público, PMERJ e Secretaria de Segurança, pois a empresa que realizou o concurso não havia sido paga conforme contrato assinado previamente. Um Termo de Ajuste foi realizado e o pagamento feito para que a PMERJ pudesse ter acesso e publicar os aprovados segundo sua classificação no concurso. Esse processo necessitou ser conduzido em tempo exíguo devido às regras eleitorais que vetam contratações a 90 dias do pleito eleitoral.

vemos a Intervenção, decorridos mais de 30 anos da promulgação da Constituição Brasileira, são frutos da percepção que temos da própria política como único e melhor caminho da representatividade democrática. Ao estamento militar nunca coube (e nem poderia) o questionamento se era a Intervenção uma ‘causa justa’. Cabia-lhe o cumprimento de uma missão constitucionalmente prevista e endossada pela maioria do Congresso Nacional. Tocarà à história as narrativas desapaixonadas do que aconteceu. Ao Interventor Federal, como oficial-general e comandante das tropas do Exército nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, restou trazer os índices de criminalidade aos patamares normais.

As Forças Armadas foram lançadas em um problema não militar e sem qualquer preparação prévia, onde o ente federativo conservava sua autonomia nas demais Pastas do governo, inclusive sobre o Tesouro estadual, que ditava o orçamento dos órgãos de segurança pública. A questão central era entender como lidar com uma situação complexa desde o campo político-estratégico.

Antes de escrutinar um pouco mais esse tópico, faz-se necessário revisar, ainda que sumariamente, uma abordagem científica sobre as relações civis-militares, especialmente porque o caso particular o requer. Torna-se importante a compreensão do papel das Forças Armadas e, no nível político, como deve ser conduzido o relacionamento entre os militares e as autoridades civis democraticamente eleitas. Segundo Samuel Huntington (1996):

as instituições militares de qualquer sociedade são moldadas por duas forças: um imperativo funcional, que se origina das ameaças à segurança da sociedade, e um imperativo societário, proveniente das forças sociais, das ideologias e das instituições dominantes dentro dessa mesma sociedade. É na interação dessas duas forças que está o nó do problema das relações civis e militares¹⁸.

Portanto, o cumprimento da missão imposta deveria ser considerado dentro do panorama político, eleitoral e psicossocial, levando em consideração, muito especialmente, as consequências do retorno da situação de normalidade constitucional ao final da Intervenção.

Em 2018, o Governo Federal, dirigido à época pelo Presidente Michel Temer, enfrentava denúncias de corrupção e uma forte resistência para aprovar uma reforma ampla do sistema previdenciário brasileiro, considerada como o ponto de inflexão para a retomada de investimentos e crescimento econômico do País. Se de um lado se avizinham pressões por parte dos formadores de opinião e do setor produtivo, de outro lado estava em jogo o desgaste provocado pelo debate árido no âmbito do Congresso e do próprio Executivo sobre o corte de benefícios e revisão dos limites para aposentadoria.

18 HUNTINGTON, Samuel. O soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

O Rio de Janeiro vivia um momento particular, agravado pelo aspecto econômico já citado. Com a concordância do governo estadual, de mesma filiação partidária dos dirigentes federais, a decretação da Intervenção Federal, mesmo que somente no campo da segurança pública, imobilizou o prosseguimento das discussões sobre a reforma da previdência social dentro do Congresso Nacional, tornando impossibilitada a reformulação da Constituição durante sua vigência. Com essa medida, vários interesses políticos foram atendidos simultaneamente. De um lado, a população fluminense esperava por socorro de onde quer que ele viesse. De outro, havia uma moratória pelas reformas necessárias no sistema previdenciário e na pressão que isso colocaria sobre os parlamentares em ano eleitoral. A excepcionalidade da decretação da Intervenção Federal se constituiu, pela perspectiva política, em um mal menor a pretexto de um bem maior.

Nem mesmo a divulgação de que as estatísticas criminais durante o Carnaval 2018¹⁹ foram melhores que no ano anterior serviram de argumento para relativizar a investidura da missão. Era hora de arregaçar as mangas e fazer mais com o mesmo. Seguramente, a decretação da Intervenção causou mais preocupação na cabeça de quem conduziria as ações do que nos organismos que foram intervencionados. Ademais do ineditismo e dos debates que circundavam a sociedade, o Interventor tinha a certeza que eventuais consequências negativas de seus atos recairiam apenas sobre ele próprio. Ao final, o Interventor, seu gabinete e por que não incluir a própria Secretaria de Segurança comandada por oficial-general da ativa do Exército, seriam expostos à avaliação de inúmeros pontos de vistas, desde o juízo popular até aqueles contaminados pela ideologia político-partidária.

Aprendendo rápido que gestão na Área de Segurança não se improvisa, mas requer pulso

Celeridade não poderia se confundir com precipitação. Essa foi a tônica na condução das ações iniciais. Para entender o quadro enfrentado, temos que expandir nosso raciocínio, pois é incorreto acreditar que o problema do Rio de Janeiro passa apenas pelo jovem armado de fuzil que defende o ponto de venda de drogas em qualquer comunidade do Estado. Dinheiro não brota na terra. Portanto, qualquer atividade criminosa de grande envergadura é passível de rastreamento. Apesar de o Sistema de Inteligência do Estado atender aos requisitos mínimos, ele sempre esteve longe do ideal para apoiar as investigações que poderiam, definitivamente, desvendar a expansão da criminalidade. Constatado isso, o trabalho foi dirigido para um diagnóstico que resultou na promulgação de uma política e de uma estratégia para o Sistema de Inteligência do Rio de Janeiro²⁰, 19 Conforme atesta o Relatório Parcial de Carnaval 2018, divulgado pelo Instituto de Segurança Pública, em 16 de fevereiro de 2018. Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?id=395>.

20 Em atos do Interventor em Diário Oficial do Estado, pelos Decretos nº 29, de 26 de outubro de 2018, e pelo Decreto nº 34, de 10 de dezembro de 2018, foram estabelecidas a Política e a

bem como na criação de uma coordenadoria especializada da Polícia Civil no combate à lavagem de dinheiro.

A Intervenção fez leituras claras sobre as deficiências administrativas e logísticas dos organismos de segurança. Constituiu-se um desafio a criação de novas estruturas para enfrentar os problemas identificados. Contudo, havia um quadro deficitário de pessoal e, dentre aqueles servidores existentes, a capacitação continuada não era uma realidade. Sem uma política de segurança consolidada e um planejamento preexistente, os organismos policiais e penitenciários não possuíam as capacidades de prever, estruturar projetos, licitar e adquirir na medida certa.

A Intervenção Federal jamais poderia se comprometer com irregularidades ou atos que sugerissem qualquer tipo de favorecimento, mesmo que a urgência fosse latente. Assim, na busca de uma gestão efetiva para si e para o futuro, investiu parcela dos seus recursos na capacitação gradativa de agentes da administração, sempre em parceria com órgãos de referência, como o próprio Tribunal de Contas do Estado. Em paralelo, criou as condições necessárias para os investimentos em Segurança com o que havia disponível. O melhor retrato disso foi a estruturação do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social – FISED, com recursos provenientes dos *royalties* do petróleo. Capitaneado pela cúpula da Secretaria de Segurança, o Conselho do FISED fez deliberações sucessivas na ordem de 240 milhões de reais²¹ para os órgãos de segurança ao longo do ano. Os reflexos dessas decisões, ainda que não fossem em sua maioria imediatos, deram aos organismos de segurança a capacidade de quitar débitos e investir naquilo que era prioritário.

O número de roubos de carro no Estado era assustador e crescente. Em fevereiro de 2018, por exemplo, esse número chegou a 4.792 casos²². Esse índice, devido a sua relação de causa e efeito, tem ligação direta com a quantidade de latrocínios, que crescia na mesma proporção. São números como esses que a Intervenção Federal se concentrou de maneira firme e organizada. A proposta inicial das ações emergenciais de estabelecimento de zonas seguras e sua gradativa expansão deu lugar às operações conjuntas e interagências com foco na mancha criminal desenvolvida a partir de estudos do Instituto de Segurança Pública (ISP).

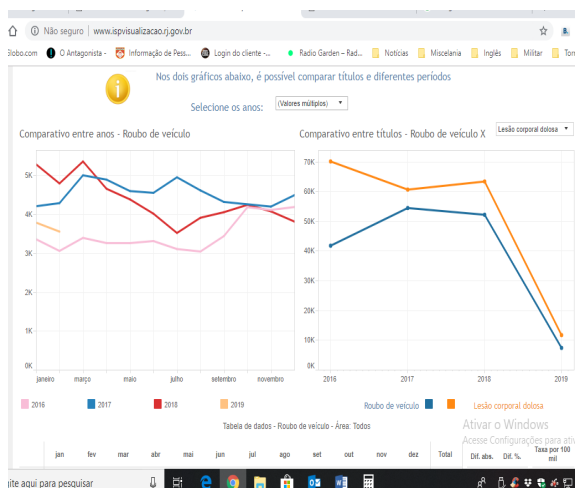
Estratégia de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio De Janeiro, respectivamente.

21 Conforme previsto na lei estadual nº 8122 de 03 de outubro de 2018, foram deliberados ao total pelo Conselho do FISED e aprovados pelo Governador, valores da ordem de R\$41.640.625,00 para a SESEG (Ação 5576), R\$118.568.750,00 para a PMERJ (Ação 5577), R\$41.640.625,00 para a PCERJ (Ação 5578) e R\$38.000.000,00 para a SEAP (Ação 5586).

22 Conforme ferramenta de visualização de dados no site do Instituto de Segurança Pública nos comparativos para o mês de fevereiro (2014 – 3.025 casos; 2015 – 2.494 casos; 2016 – 3.056 casos; 2017 – 4.286 casos; 2018 – 4.792 caso). Disponível em <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>.

O desafio era não só conter, mas reverter tendências em apenas 9 meses de gestão, sem os recursos imediatos em caixa e com toda ordem de dificuldades já mencionadas, sendo, a principal, o sucateamento material das forças policiais.

Gráfico 2 – Comparativo entre anos dos roubos de veículos.



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Isso requereu coragem e determinação de todos. A Intervenção Federal no Rio de Janeiro em momento algum sofreu ataques institucionais. Ao contrário, percebeu que todas as esferas dos poderes vibravam na mesma sintonia por um restabelecimento das condições mínimas de segurança e consequente recuperação da atividade econômica. Apoios e parcerias não faltaram à Intervenção Federal, umbilicalmente ligada às Forças Armadas, que eram detentoras, não por acaso, dos mais elevados índices de credibilidade nacional²³. A responsabilidade em respeitar os ditames legais e representantes dos Poderes sempre foi cláusula pétrea.

O que o processo de intervenção realizou ecoará ainda por muito tempo. Cito, como exemplo, os esforços voltados às causas comuns, como a intolerância religiosa e os crimes raciais, que foram materializados com a efetivação de uma delegacia especializada²⁴. É o Estado quem deve defender o exercício pleno da cidadania. Dar ouvidos a todos foi dever da Intervenção, mas selecionar as frentes que trariam os resultados desejados era tão ou mais necessário. Os esforços 23 Segundo Relatório da FGV ICJ Brasil - 1º semestre / 2017, no qual por 5 anos consecutivos (2013-17) as Forças Armadas são as instituições com maior confiança entre a população brasileira. Em 2017, as Forças Armadas tiveram 56% da confiança entre os entrevistados contra 53% da Igreja Católica, em segundo lugar. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_sem_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. 24 A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio institucional e financeiro da Secretaria de Segurança, inaugurou a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRA-DI), em 13 de dezembro de 2018.

da Intervenção foram carreados para promover o fortalecimento dos órgãos de segurança pública e seus servidores.

Ao olhar para trás, existe a convicção de que não foi feito tudo que se deveria, mas foi feito muito além do que se podia inicialmente. Fruto dos resultados alcançados, a Intervenção Federal obteve uma “vitória” inconteste, ainda que saibamos que essa palavra não existe no vocabulário da segurança pública. Os investimentos realizados pela Intervenção Federal, mesmo que reproduza seus efeitos somente nos anos posteriores, trará ao Governo do Estado o fôlego necessário para implementar as reformas necessárias e uma política de segurança integrada a outras áreas.

O autor é Coronel do Exército Brasileiro formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. Durante a Intervenção Federal, desempenhou o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança e, atualmente, exerce a função de Assistente-Secretário do Chefe do Estado-Maior do Exército.

O COMANDO CONJUNTO

(estrutura e ensinamentos)

Cel Cav QEMA EDUARDO TAVARES MARTIN

TC Inf QEMA JORGE LUÍS VIANA CORRÊA

TC Cav QEMA MILTON COSTA NETO

Maj Cav QEMA RAFAEL DE MATTOS FALCÃO

1. INTRODUÇÃO

O Decreto Presidencial de 28 de julho de 2017 autorizou o emprego das Forças Armadas (FA) para Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2017. Essa legislação foi alterada ao final daquele ano, estendendo sua vigência até o último dia de 2018. Em meados de fevereiro de 2018, o Decreto 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, estabeleceu a Intervenção Federal (IF) no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública até 31 de dezembro desse mesmo ano, e descreveu também as atribuições do Interventor Federal. Dentre elas, o poder de requisitar os meios militares necessários para o cumprimento do objetivo da IF.

O Comando Conjunto¹ (CCj) foi ativado pela Diretriz Ministerial Nr 18/2017, de 10 de agosto de 2017, do Ministério da Defesa, que determinou ao Exército Brasileiro a designação do seu Comandante, bem como determinou às demais Forças Singulares que disponibilizassem os recursos operacionais necessários para o desenvolvimento das operações no Rio de Janeiro durante a vigência da GLO. Além disso, essa legislação estipulou ao CCj quatro atribuições iniciais, quais sejam: planejar cada operação em coordenação com os Órgãos de Segurança Pública (OSP); encaminhar o Conceito Preliminar de cada Operação ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); envolver os recursos operacionais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e manter o EMCFA informado de suas atividades.

1 O CCj foi um órgão temporário composto de meios ponderáveis de mais de uma Força Singular, sob comando único, nucleado na 1ª Divisão de Exército e seus meios orgânicos, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no estado do Rio de Janeiro. Sua estrutura foi reforçada por integrantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, perfazendo o efetivo aproximado de 18.300 homens, com a disponibilidade permanente de 110 pelotões.

Neste contexto, foi constituído um Estado-Maior Conjunto (EMCj) com o objetivo de conduzir o Processo Decisório por meio do Trabalho de Estado-Maior. Era composto por três Subchefes de Estado-Maior: um do Exército, encarregado de coordenar as Seções de Pessoal e Logística, um da Marinha do Brasil, encarregado de coordenar as Seções de Operações, Inteligência e Planejamento e um da Força Aérea, encarregado de coordenar as atividades aeroespaciais em proveito do CCj. O EMCj foi composto por dez seções nominadas pela letra D², uma Assessoria Jurídica, uma Assessoria de Avaliação de Adestramento e Doutrina, nucleada no Comando do Centro de Adestramento Leste (CA-Leste) e por Oficiais de Ligação das Organizações Militares adjudicadas, da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GMRJ), perfazendo um efetivo de cerca de cento e trinta integrantes.

A estrutura utilizada posicionou o Comando Conjunto junto à Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (SESEG), ambos de nível Operacional, em uma relação de coordenação, o que manteve a liberdade de atuação das polícias (PMERJ³ e PCERJ⁴) em meio à condução das Operações Militares de GLO pelas Forças Armadas (FA). Assim, criou-se um “desenho” específico, baseado na objetividade de se buscar o mesmo resultado, que era a redução dos índices de criminalidade e o aumento da percepção de segurança pela população fluminense (GIF, 2018b).

Nesse contexto, apareceu outra instituição estadual merecedora de destaque e muito importante na mensuração dos efeitos das ações. O Instituto de Segurança Pública⁵ (ISP) divulgava mensalmente os números dos diversos indicadores de ilícitos ocorridos, como roubo de veículos e cargas e homicídios dolosos, o que possibilitava a reorientação do planejamento no nível Operacional.

2 Seção de Pessoal (D1); Seção de Inteligência (D2); Seção de Operações (D3); Seção de Logística (D4); Seção de Planejamento (D5); Seção de Comando e Controle (D6); Seção de Comunicação Social (D7); Seção de Assuntos Cíveis (D9) e Seção de Finanças (D10).

3 A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) tem, por função primordial, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. (disponível em <http://www.pmerj.rj.gov.br/>).

4 A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) é o órgão do poder público do estado do Rio de Janeiro que tem por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares, nos termos do artigo 144, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (disponível em <http://www.policiacivilrj.net.br/>).

5 O ISP é uma autarquia estadual vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) do RJ. Sua missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas (ISP, 2019).

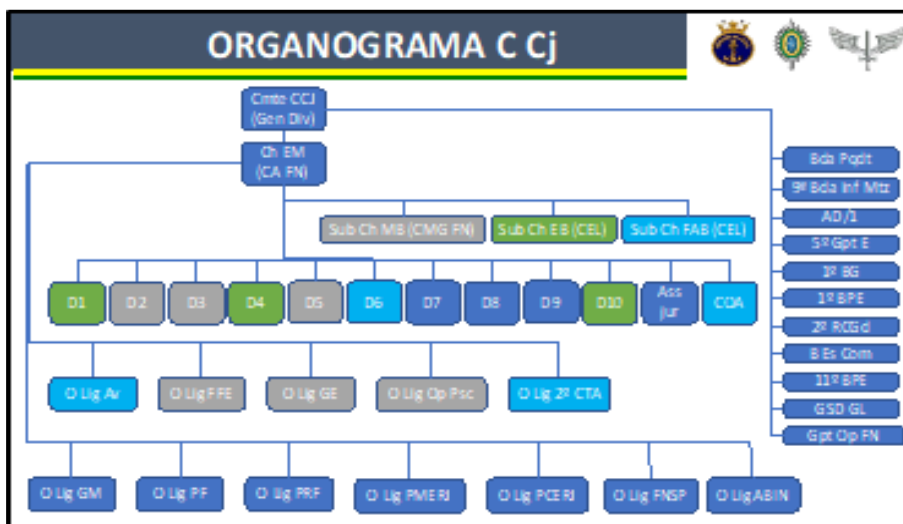
Dentro da estrutura estabelecida, coube ao CCj conduzir operações militares predominantemente de caráter interagências. Dessa forma, por meio da atuação dos diferentes Oficiais de Ligação junto ao CCj, as representações de agências nas esferas federal, estadual e municipal presentes fisicamente em seu Centro de Coordenação de Operações (CCOp), de forma integrada, caracterizou a sinergia de esforços de todos os envolvidos nas atividades realizadas pelo CCj, facilitando sobremaneira o desembaraço de diversas questões ao longo das operações (Brasil, 2018c).

O CCj desenvolveu atividades que contemplaram ações de operações aéreas, ações marítimas e fluviais, ações de transporte aéreo logístico, fiscalização de produtos controlados, proteção de estruturas estratégicas, policiamento ostensivo (em reforço aos OSP), operações especiais (com tropas especializadas das FA e dos OSP) e Assistência Militar (contemplando protocolos de entendimento e coordenação institucionais).

O Comandante Conjunto (Cmt Cj) foi um General de Divisão, que cumulativamente era o Comandante da 1ª Divisão de Exército e da Guarnição da Vila Militar, o que possibilitou fácil e rápido conhecimento dos meios militares adjudicados, particularmente do Comando Militar do Leste (CML). O CCj ficou subordinado diretamente ao Interventor Federal e Comandante Militar do Leste, conforme descrevia o Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área da Segurança Pública do Estado do RJ, mantendo a cadeia de comando original e semelhante em situação de normalidade.

Conforme preconiza a Doutrina de Operações Conjuntas (MD, 2011), o Cmt Cj foi assessorado por um Estado-Maior Conjunto (EM Cj), chefiado por um Contra-Almirante Fuzileiro Naval (FN). Além deste Oficial-General da Marinha do Brasil (MB), o EM Cj foi constituído de células funcionais, que foram divididas em três áreas de responsabilidade, sob encargo de um Subchefe de Estado-Maior (SCh EM) de cada Força, que possuíam missões definidas de coordenar e orientar cada uma dessas áreas de atribuições.

O presente artigo tem por finalidade apresentar a estrutura estabelecida para o CCj, destacando os ensinamentos obtidos durante a Intervenção Federal na Área da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, que durou pouco mais de 10 (dez) meses em 2018.



Fonte: CCj, 2018⁶

2. INTELIGÊNCIA, OPERAÇÕES E PLANEJAMENTO (D2/D3/D5)

As operações do CCj eram coordenadas com a SESEG por meio de reuniões sistemáticas semanais entre o Ch EM Cj e o Subsecretário de Comando e Controle daquela Secretaria. O SCh EM de Operações e Inteligência (SCh EM Op Intlg), oficiais de EM do CCj, oficiais policiais militares do Estado-Maior Geral (EMG) da PMERJ e delegados da direção da PCERJ também eram convocados para essas atividades de coordenação, conforme a demanda, facilitando a integração desde a concepção das operações interagências.

O SCh EM da MB foi um Capitão de Mar e Guerra (CMG) Fuzileiro Naval (FN), que tinha como atribuição coordenar e integrar as ações das células funcionais de Inteligência (D2), Operações (D3) e Planejamento (D5). Em cada uma dessas células funcionais havia um Oficial de Estado-Maior do EB ou MB (Armada ou FN) como chefe e outros oficiais superiores como adjuntos. Coube a esse SCh EM a supervisão do andamento das operações em curso e futuras, que totalizaram 215 (duzentos e quinze) durante a IF, designando para isso um oficial de operações e um de inteligência para cada uma destas, após consulta aos respectivos D2 e D3. Essa sistemática permitiu maior racionalização dos recursos humanos disponíveis, possibilitando também a especialização necessária dos ofi-

⁶ A fonte CCj, 2018 publicou as seguintes abreviaturas: Cmte, Sub Ch, Ass jur e Bda Pqdt. Entretanto, as abreviaturas corretas, conforme o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (3ª Edição/2008) são: Cmt, S Ch, Asse Jur e Bda Inf Pqdt.

ciais envolvidos em cada missão.

Quanto à Célula Funcional de Inteligência (D2), o EM Cj possuía um chefe que era um Coronel do EB, Oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), servindo no Cmdo CML e na atividade de Intlg, e três adjuntos especialistas nesta atividade da MB (oficial de EM oriundo do Cmdo OpNav) e também do EB (oficiais superiores analistas designados de fora do CML pela DCEM⁷). Além disso, o D2 contou com o apoio da Central de Inteligência montada no CML para as Operações de GLO e posteriormente para a Intervenção Federal, mobiliada por analistas e especialistas em diversas fontes, como humanas, GE e Imagens, que entregava os conhecimentos possíveis para o assessoramento operacional.

Figura Nr 2 - Mapa temático



Fonte: CML, 2018

De forma geral, os oficiais de inteligência do EM Cj se tornaram especialistas em áreas específicas do estado do RJ, que se distinguiam pelas Organizações Criminosas (ORCRIM) dominantes. Além disso, eles aprofundaram seus conhecimentos sobre determinados ilícitos, como roubo de cargas e veículos, o que proporcionou assessoramento oportuno e de qualidade para o emprego das tropas. Cabe ressaltar, nesse viés, que esses militares estabeleceram contato com os OSP, buscando os dados necessários para as operações, das quais eram assessores.

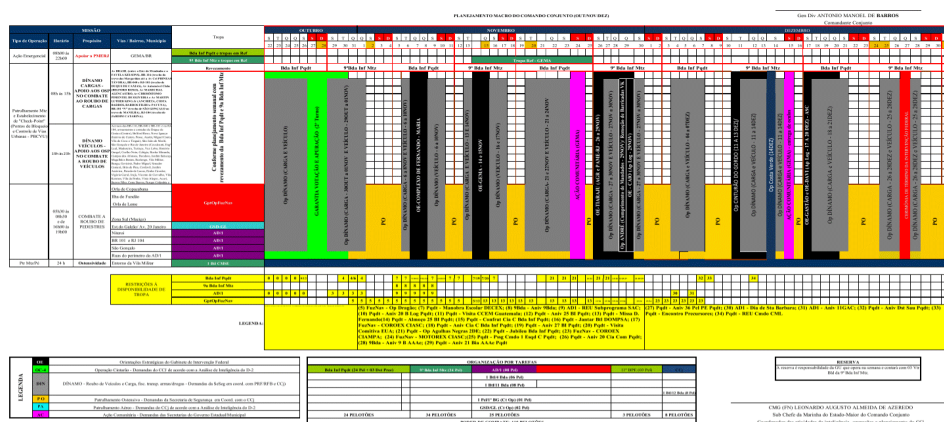
Dentre os principais ensinamentos dessa célula, podemos observar que a compartimentação das operações possibilitou um maior controle das mesmas, ampliando as medidas de segurança orgânicas já consagradas. Ou seja, nem toda

7 Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentação é o órgão do EB cuja missão é planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades relacionadas com: o controle de efetivos do Exército, a seleção e movimentação dos militares, exceto temporários, a adição, agregação e reversão de militares de carreira, exceto oficiais gerais, alunos de órgão de formação de militares da reserva e sargentos do quadro especial, designação para o serviço ativo e suas prorrogações, e a distribuição de vagas para cursos e estágios gerais do Exército (DCEM, 2019).

a célula tinha conhecimento da situação de todas as operações FURACÃO⁸, diminuindo a probabilidade de vazamento. Além desse aprendizado, destacou-se o grau de relacionamento altamente favorável ao desenrolar das operações militares com os profissionais similares da PMERJ e PCERJ, o que maximizava o emprego dos meios no nível tático.

Por sua vez, as células de operações (D3) e planejamento (D5) foram as responsáveis por planejar, coordenar e controlar as operações correntes e futuras, respectivamente, determinando o emprego das tropas adjudicadas ao CCj. Além disso, o D3 (a cargo do EB) era responsável por controlar o preparo das tropas das FA para iniciarem a atuação, uma vez que todos os pelotões empregados das três Forças foram submetidos a módulos de adestramentos em combate urbano no CA-LESTE⁹ (Vila Militar). Cabia também ao D5 (a cargo da MB) manter atualizado o planejamento das operações a médio e longo prazo, conforme as demandas do GIF¹⁰ e do Cmt Cj. Para isto, foi elaborado e mantido atualizado um grande cronograma com o planejamento macro das operações militares, permitindo maior previsibilidade para as tropas e consequente preparação adequada dos seus meios.

Figura Nr 3- Planejamento macro de emprego de tropas do CCj



Fonte: CCj, 2018

8 Nome utilizado em todas as operações militares durante a GLO (Jul 17 – Fev 18) e IF (Fev – Dez 18). Nesse período foram realizadas cerca de 240 (duzentos e quarenta) operações Furacão.

9 Organização Militar do Exército Brasileiro, cuja principal missão é conduzir o adestramento de tropas, visando o emprego em operações no amplo espectro dos conflitos (CA-LESTE, 2019).

10 Gabinete de Intervenção Federal foi o nível estratégico na estrutura da IF na Área de Seg Pública no RJ, cuja missão era coordenar e integrar as ações do CCj e SESEG (GIF, 2018a).

As operações militares conduzidas pelo CCj durante a IF foram cercadas de uma série de especificidades, que transbordaram os conceitos doutrinários. As Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) empregados, por exemplo, foram distintos de outras operações semelhantes, como a Operação Arcanjo (Complexo do Alemão, 2010-11) e São Francisco (Complexo da Maré, 2014-15), trazendo assim desafios diários aos planejadores na concepção das ações.

O CCj colaborou com o GIF especialmente no seu Objetivo Estratégico Nr 01 – Diminuir, gradualmente, os índices de criminalidade, referente ao eixo emergencial das suas ações. Para isso, conduziu basicamente 4 (quatro) tipos distintos de operações, a saber: cerco e investimento, patrulhamento ostensivo, estabelecimento de PBCVU¹¹ e ações comunitárias, que eram complementares e usadas de forma simultânea ou sucessiva conforme a ocasião específica (GIF, 2018b).

Quanto aos meios adjudicados pelos Comandos das Forças para o CCj e atuação na IF, o EB, além da GUEs/9ª Bda Inf Mtz, da Bda Inf Pqdt e da AD/1 (localizadas no Rio de Janeiro), disponibilizou: uma Força-Tarefa (FT), valor Unidade, da 4ª Bda Inf L (Mth), com sede em Juiz de Fora-MG, da 11ª Bda Inf L (GLO), com sede em Campinas-SP e da 12ª Bda Inf L (Amv), com sede em Caçapava-SP, sendo estas últimas duas subordinadas à 2ª DE e ao Comando Militar do Sudeste (CMSE); tropas das OMDS do CML, como o 1º BG, o 1º BPE e o 2º RCG; o 11º BPE, OMDS da 1ª DE; e ainda frações do 5º Gpt E¹², representado basicamente pelo 1º BE Cmb (Es). Essas tropas proporcionaram capacidades complementares inerentes aos fuzileiros motorizados, mecanizados e leves, aos policiais do exército e aos engenheiros, que atenderam às demandas operacionais.

As FT, com sedes fora do Rio de Janeiro, permaneceram ao longo da IF no sistema de rodízio pelo período de um mês, quando eram substituídas. Tais unidades tiveram papel essencial para complementar o poder de combate nas operações. Além disso, elas reforçavam as GU¹³ locais durante determinadas operações, como a AD/1 ao longo das Op DÍNAMO¹⁴, que possuía limitado efetivo de fuzileiros devido à natureza de suas OM.

11 Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas, também conhecidos como *check points*, foram mobilizados por tropas do CCj valor pelotão, onde eram realizadas revistas de veículos e pessoas, que trafegavam em determinadas ruas, avenidas ou estradas.

12 5º Grupamento de Engenharia é um Grande Comando de Engenharia subordinado diretamente ao CML.

13 Grande Unidade é a organização militar do Exército Brasileiro com capacidade de atuação operacional independente, básica para a combinação de armas e integrada por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. (BRASIL, 2003).

14 Op DÍNAMO (carga e veículos) foi uma operação permanente durante a IF de caráter interagências com os OSP estadual, visando a diminuição de índices de roubos específicos (roubos a carga e veículos).

A MB, por meio do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComF-FE), disponibilizou um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais¹⁵ (Gpt Op Fuz Nav). Nessa peça de manobra foram reunidos Componentes de Comando (CteC), de Combate Terrestre (CCT), de Combate Aéreo (CteCA) e de Apoio de Serviços ao Combate (CASC).

O CteC exerceu as atividades de planejamento, comando e controle, e contou também com um destacamento do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav), formado por Grupos de Comandos Anfíbios (GruCANf) para desenvolver atividades de reconhecimento, ações de comandos, retomada e resgate.

O CCT foi nucleado por um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav), com até 4 (quatro) Subunidades, perfazendo um total de até 16 (dezesesseis) pelotões, caracterizando um grupamento valor Unidade Anfíbia (UANf). Destaca-se entre os meios utilizados as viaturas blindadas sobre rodas ou sobre lagartas, que propiciaram, nos momentos de confronto, apoio adequado em proteção blindada, poder de fogo e velocidade.

O CASC, nucleado pelo Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais (BtlLog-FuzNav), capacitou o GptOpFuzNav com até 2 (dois) Elementos de Apoio de Serviços ao Combate (ElmASC) para atuarem em apoio de forma independente, executando atividades logísticas necessárias para manter a tropa em ação de forma permanente. Já o CteCA, na maior parte da intervenção, limitou suas atividades a coordenar o emprego dos vetores aéreos disponibilizados pela MB junto ao Centro de Operações Aéreas (COA). Assim, não foi necessário ativar meios para controle aerotático e defesa antiaérea.

Por sua vez, a Força Aérea Brasileira (FAB) destacou efetivos de infantaria da Aeronáutica, que foram baseados no Grupo de Segurança e Defesa do Galeão (GSD-GL), para as operações militares da IF. Essa tropa contou com o efetivo de 6 (seis) pelotões, com constituição e meios semelhantes às tropas de infantaria leve do EB, e foram empregados de forma constante em patrulhamentos ostensivos, sob comando da AD/1, na Ilha do Governador, São Gonçalo e Niterói, aumentando o poder de combate e a flexibilidade deste Grande Comando.

Ainda ligado a Célula do D3, o Comando de Operações Navais (Com Op Nav) designou um oficial de ligação para coordenar o emprego dos meios navais e embarcações da MB disponibilizados ao CCj. Foram disponibilizados navios de

15 Gpt Op Fuz Nav é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que agrupa os elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades (MB, 2013).

diversas classes, como navios-patrolha, navios-patrolha oceânico, navios de apoio oceânico, avisos de patrulha, lanchas blindadas e rebocador de alto-mar.

O Componente Naval atuou de forma mais acentuada nas operações onde, por características do terreno, havia possibilidade de evasão dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) por via marítima. Outra atuação de destaque desse componente se deu em ações de apoio logístico, seja para transporte de tropa ou carga, como na Garantia de Votação e Apuração (GVA) das Eleições 2018, quando urnas eleitorais foram transportadas em embarcações.

1. PESSOAL, LOGÍSTICA, COMUNICAÇÃO SOCIAL, OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS, ASSUNTOS CIVIS E APOIO DE ENGENHARIA E FINANÇAS (D1/D4/D7/D8/D9/D10)

A estrutura das células do D1/D4/D7/D8/D9/D10 ficou sob supervisão e coordenação do SCh EM do EB, que foi um Coronel, também, Ch EM da 1ª DE. Nessas especialidades de pessoal, logística, comunicação social, operações psicológicas, assuntos civis e engenharia e finanças, a maioria dos recursos humanos e meios empregados foram do EB. Outros reforços pontuais foram adicionados pela MB e FAB, o que facilitou o controle dessas ações.

Na Célula de Pessoal (D1), a chefia foi exercida por um oficial superior do EB designado pela DCEM, que servia em uma OM do CMNE¹⁶, ficando disponível exclusivamente no CCj. Além deste militar, a estrutura contava com oficiais adjuntos e praças auxiliares, que possibilitaram o controle do efetivo de cerca de 18.000 (dezoito mil) militares das três Forças, bem como o cumprimento das demais atribuições da célula, conforme descrito abaixo:

- assessorar diretamente o Cmt Cj nos assuntos relacionados à situação dos efetivos empregados no âmbito administrativo e operacional, de militares disponíveis das forças adjudicadas pelo EB, MB e FAB, assim como o controle diário das tropas utilizadas nas operações militares;

- coordenar e fiscalizar as escalas de serviço vigentes no EM Cj: Oficial de Permanência ao CCOp (com a finalidade de acompanhar as operações correntes ordinárias e estabelecer o contato entre a tropa disposta no terreno e o EM Cj, visando manter uma integração permanente com os elementos de segurança pública existentes e empregados na missão) e Oficial de Ronda do CCj (escalado diariamente com finalidade de fiscalização e verificação de ordens vigentes pelas tropas de fora da Gu RJ adjudicadas ao CCj, baseadas no terreno ou aquarteladas na Vila Militar);

16 Comando Militar do Nordeste é o C Mil A do Exército Brasileiro responsável pelos estados da BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI.

- confeccionar e fazer a publicação de documentos (escala de serviços, representações, publicação de documentos recebidos e expedidos, chegada e saída de pessoal) e dos boletins internos do CCj de todos os atos administrativos (Boletim Administrativo, Boletim Reservado e Boletim de Gratificação de Representação). Como exemplo, nos boletins reservados foram registrados todos os procedimentos referentes à publicação jurídica de diversas operações, como Auto de Prisão em Flagrante (APF), Inquérito Policial Militar (IPM) e demandas jurídicas de tropas empregadas, ampliando o controle dessas importantes áreas;

- coordenar a publicação dos assentamentos de todos militares que compõem o CCj, fazendo constar apresentações, férias, dispensas e demais fatos ocorridos nas operações; e

- coordenar o transporte dos militares do EM Cj para as diversas atividades fora do CML, sejam de rotina ou especial, como reuniões no CICC-RJ¹⁷ e no Cmdo 1ª DE.

Pode-se perceber que a gama de atribuições desse componente do EM Cj era variado e exigia capacidade de controle, organização e correção na documentação confeccionada. Com isso, a estrutura dessa célula se mostrou adequada e cumpriu sua finalidade, colaborando para o sucesso na missão do CCj.

O Chefe da Célula do D4 (Logística) foi o Comandante do 25º B Log¹⁸, que estruturou a célula em Centrais Logísticas. As Centrais Logísticas foram criadas a fim de suprir as demandas logísticas do CCj, do GIF e das tropas adjudicadas de fora do Rio de Janeiro, especificamente nas funções logísticas de manutenção, saúde, transporte e suprimento. Essa estrutura deu maior flexibilidade, permitindo a realização do apoio logístico na medida certa.

A Central Logística de Manutenção coordenava as ações de até 3 (três) equipes com as seguintes capacidades: evacuação de viaturas leves, pesadas e blindadas; manutenção de viaturas até o 2º Escalão na posição e de 3º Escalão nas instalações do 25º B Log; e manutenção de armamento até 3º Escalão no Btl. Além disso, cabe destacar as ações de controle de danos realizadas por essa equipe, quando veículos de civis eram abalroados por viaturas militares durante as operações.

A Central Logística de Saúde era responsável por coordenar a evacuação médica com até 4 (quatro) equipes de Atendimento Pré-hospitalar (APH). O pla-
17 O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) é o órgão regional encarregado de planejar e gerir a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seseg>).

18 OM da GUEs/9ª Bda Inf Mtz, única Unidade Logística da Gu da Vila Militar (Rio de Janeiro -RJ).

nejamento do apoio médico era atualizado para cada Operação Furacão, levando-se em consideração, além das Organizações Militares de Saúde (OMS), as unidades hospitalares e de pronto atendimento dos governos estadual e municipal. Tal acompanhamento se mostrou efetivo quando da necessidade de se evacuar os militares feridos.

A Central Logística de Transporte coordenou as missões de transporte de pessoal e material, tendo a capacidade de deslocar em uma única leva até 136 (cento e trinta e seis) militares e até 17 t de material. Apesar de pouco utilizado, esses meios complementavam os meios orgânicos das tropas e foram importantes especialmente no apoio aos OSP, como a PCERJ em operações de cumprimento de mandados.

A Central Logística de Suprimento planejou e executou ações de confecção de classe I (alimentação da tropa), sendo para até 250 refeições em cozinha móvel de campanha e mais 1.200 refeições dentro do Btl; possuía a capacidade de montar alojamento para até 200 (duzentos) militares; apoio de banho para até 400 (quatrocentos) militares por dia; armazenamento de até 12.000 (doze mil) rações tipo R2 e armazenamento e transporte de até 3 t de suprimento classe I refrigerado. Além dessas, havia a possibilidade de suprir com até 12.000 L de água e mais 15.000 L de óleo diesel. Tais capacidades foram constantemente empregadas, proporcionando maior conforto e durabilidade nas ações para a tropa do CCj.

As unidades das FA empregadas utilizaram seus meios logísticos orgânicos em apoio às ações do CCj, utilizando uma sistemática de levantamento de custos planejada por modularidade. Esse modelo permitiu o cumprimento das missões sem solução de continuidade por motivos logísticos. Entretanto, foi necessário o apoio logístico específico pela OM Log do CCj, coordenado pela célula do D4, sendo este processo denominado de Logística Complementar.

A Logística Complementar foi aplicada visando restabelecer os níveis de suprimento, mantendo a capacidade operativa das tropas empregadas, bem como frações de OSP que foram apoiadas em determinadas operações. Como exemplo disso, os patrulhamentos motorizados, que totalizaram cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) km percorridos, causaram desgastes prematuros nas viaturas militares, necessitando um fluxo constante de suprimentos para reparo das mesmas. Além disso, as tropas do EB de fora do CML também receberam esse tipo de reabastecimento em algumas classes de suprimento, corroborando para a manutenção dos altos índices de disponibilidade dos meios militares empregados.

A Célula de Comunicação Social (D7) foi responsável por coordenar as atividades de Comunicação Social junto ao Comando Conjunto, além de buscar o

controle da narrativa operacional a partir das diretrizes emanadas pelo Cmt Cj, à luz das características do ambiente informacional, dos objetivos e dos resultados das operações do CCj. As atividades de comunicação social foram o relacionamento com a mídia, relações-públicas e divulgação institucional.

Como o CCj estava subordinado ao Comando Militar de Área, a estrutura física utilizada pela célula D7 foi a já existente na 7ª Seção do CML. A célula foi chefiada pelo próprio E7 do CML, que também foi o porta-voz do CCj. A célula teve 3 (três) adjuntos, sendo 2 (dois) oficiais superiores do EB e 1 (um) da MB. Outros 6 (seis) oficiais com formação em Comunicação Social (jornalismo ou relações-públicas), sendo 4 (quatro) do EB, 1 (um) da MB e 1 (um) da FAB, complementaram a equipe. A quantidade e a especialização dos profissionais envolvidos na atividade contribuíram para uma produtividade de maior qualidade. A simbiose estrutural entre a Seção de Comunicação Social do CML (E7) e a Célula D7 ao CCj mostrou-se sólida e necessária, haja vista a importância da centralização de atividades e meios disponíveis.

A Célula D7 dedicou grande esforço às ações ligadas ao relacionamento com a mídia. O objetivo foi buscar influenciar positivamente a narrativa da mídia, a fim de que fossem geradas publicações espontâneas nos veículos de comunicação, nas diversas plataformas existentes, tornando a opinião pública favorável às ações militares.

A Célula de Comunicação Social definiu alguns objetivos com relação aos diversos órgãos da mídia tal como o estabelecimento de confiança mútua, buscando ser extremamente transparente e honesta nas informações prestadas. As informações solicitadas eram prontamente respondidas mesmo fora do expediente ou em finais de semanas e feriados, por e-mail e telefone. Nesse contexto, foram respondidas mais de 1.800 (mil e oitocentas) demandas entre fevereiro e dezembro de 2018.

Outro esforço foi na divulgação das atividades do CCj por intermédio de Notas à Imprensa. Foram divulgadas cerca de 300 (trezentas) Notas no período da IF. Além dessa divulgação, houve demandas por informações das diversas atividades do CCj, que foram solucionadas inclusive por intermédio de coletivas de imprensa.

O apoio à produção de matérias por veículos de comunicação nacionais e estrangeiros foi outra atividade desenvolvida pela equipe de Com Soc, com acompanhamento, até mesmo, no interior da área de operações. *The New York Times*, O Globo, Globo News, BBC, SBT, TV Bandeirantes e CGTN (*China Global Television Network*) foram alguns exemplos, todas com repercussão positiva para o

emprego das tropas das Forças Armadas.

A divulgação de press release¹⁹ com informações prévias de eventos que não envolviam sigilo de operação, tais como formaturas ou qualquer outro tipo de cerimônia, foi outro procedimento regularmente realizado pela célula do D7.

A divulgação institucional das atividades do Comando Conjunto ficou sob encargo do GIF e do CML, por intermédio de suas assessorias. O CCj não operou nenhuma plataforma específica. Entretanto, o website e o Twitter do GIF e do CML atuaram na dimensão informacional e foram de extrema importância, pois publicavam também os eventos realizados pelas tropas federais, contribuindo para uma imagem positiva das ações militares.

Quanto a relações-públicas, foram direcionadas e executadas pelo GIF e CML, liberando assim os profissionais para as atividades especializadas de maior prioridade.

Outra tarefa cumprida pela célula do D7 foi informar ao Cmt Cj e seu EM Cj as matérias publicadas pela mídia. Para isso, diariamente elas eram analisadas e estabelecidas as suas angulações (neutra, positiva ou negativa), permitindo uma constante atualização e melhor consciência da narrativa informacional.

A Célula de Operações Psicológicas (D8) foi mobiliada por militares especializados do 1º Batalhão de Operações Psicológicas²⁰ (1º B Op Psc), que compunham a estrutura do CCTI²¹. Dentre as principais tarefas exercidas por essa estrutura destaca-se a confecção de produtos destinados ao público interno e externo durante as ações militares, como a divulgação do disque-denúncia e dos indicadores de desempenho. Apesar de não estarem diretamente subordinados ao CCj, os destacamentos de Op Psc foram empregados nas operações militares, colaborando para uma narrativa favorável na dimensão informacional.

A Célula de Assuntos Cíveis (D9) teve também sob sua responsabilidade as tarefas atinentes às tropas de Engenharia. O D9 destacou-se no planejamento e coordenação das 5 (cinco) Ações Comunitárias realizadas, que contabilizaram dezenas de milhares de atendimentos à população carente em dezenas de serviços

19 Press Release é a expressão em inglês para uma das principais ferramentas de uma assessoria de imprensa quando o assunto é comunicação externa. Ele consiste basicamente em um texto, de cunho jornalístico, sobre um evento específico ou sobre o tema no geral. O Press Release não é enviado ao público em geral, mas, sim, diretamente ao jornalista, via e-mail.

20 OM subordinada ao COPEsp do EB, localizada em Goiânia-GO é uma das tropas de Emprego Estratégico da Força, responsável por planejar e executar procedimentos técnicos especializados, visando motivar públicos-alvo amigos, neutros e hostis a atingir comportamentos desejáveis.

21 Centro de Coordenação Tático Integrado: estrutura “ad hoc” do Comando de Operações Especiais (COPEsp) do Exército Brasileiro em apoio ao GIFRJ (GIF, 2018b).

diferentes nas áreas de saúde, esporte, lazer e cidadania. Os locais escolhidos para essas atividades foram comunidades que registravam elevados níveis de violência, como a Comunidade Jardim Catarina em São Gonçalo, local com grande atuação do crime organizado, onde muitos serviços públicos não têm acesso.

Quanto ao apoio de Engenharia, todas as tropas empregadas eram subordinadas ao 5º Grupamento de Engenharia, removendo cerca de 1.300 (mil e trezentos) obstáculos, conhecidos como barricadas, que impediam o direito da população de ir e vir. O acesso das forças de segurança em determinadas áreas dominadas por facções criminosas era negado por essas práticas ilícitas. Além disso, os engenheiros foram utilizados em apoio aos OSP da SESEG dentro do projeto de reestruturação das UPP²², realizando a desmontagem e remoção de cabines policiais.

A Célula de Finanças (D10) foi estruturada com três militares, sendo dois oficiais superiores de intendência do EB e 01 da MB. A célula era responsável pela solicitação dos recursos ao Ministério da Defesa (MD) para o custeio das operações, pela auditoria interna, pela aquisição dos materiais necessários ao funcionamento do CCj e por todas as demandas sobre gestão orçamentária exigidas do CCj, como as consultas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Devido ao aumento da quantidade e complexidade de operações militares após o início da IF, foram necessários o desenvolvimento e a implantação de uma nova sistemática de solicitações de recursos, que proporcionasse maior agilidade, transparência e padronização na solicitação dos recursos necessários ao custeio das operações. Nesse contexto, foi estabelecida a Modularidade de Pelotão e Estruturas de Comando, na qual foram identificados os principais tipos de gastos realizados pelas diversas OM empregadas e foram estimados dentro de um estudo criterioso os seus respectivos valores.

A gestão orçamentária foi realizada a partir de 05 de julho até o final da IF, sendo custeada com recursos do Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com o MD. Nesse caso, foram celebrados acordos entre cada Comando de Força e o GIF, nos quais os recursos necessários à aquisição de novos materiais e tecnologias foram descentralizados e empenhados. Esses investimentos foram em áreas estratégicas, escolhidas por cada Força, permitindo que ampliassem a capacidade de emprego das tropas empregadas nas ações de GLO, como por exemplo a aquisição das Viaturas Blindadas Leve *LINCE* da IVECO.

22 Unidades de Polícia Pacificadora da PMERJ.

1. COMANDO E CONTROLE (D6) E COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES AÉREA (CCOA)

O SCh EM da FAB foi o responsável por coordenar as atividades de Comando e Controle (C²), com todas as atividades aéreas. Como eram missões distintas, cada um desses componentes possuía estrutura independente e foram mobiliados com militares das três Forças. Coube ao SCh EM da FAB conduzir diariamente os briefings matinais, que permitiam uma maior consciência situacional de todos os militares e agentes civis, que mobiliavam o CCOp do CCj.

A Célula de Comando e Controle (D6) foi chefiada pelo Comandante do Batalhão Escola de Comunicações (BEsCom), que, embora seja uma OM da GUEs/9ª Bda Inf Mtz, tem como missão instalar, explorar e manter as ligações desta GU, do Cmdo 1ª DE e do Cmdo CML. Assim, uma equipe foi selecionada para mobiliar o Centro de Comunicações (CCom) do CCj, que funcionou na maioria dos dias no CCOp do CML (localizado no 9º Andar do PDC²³), mas também havia estrutura própria no CCOp da 1ª DE (localizado nas instalações do Cmdo 1ª DE na Vila Militar).

Para a operação dos sistemas de C² e processamento de mensagens operacionais e demais documentações atinentes às operações, foram escaladas equipes para mobiliar o CCom do CCOp Cj. Esse centro era chefiado por um oficial subalterno, que comandava três turmas que operavam em sistema de rodízio, por 24 horas ininterruptas. Cada turma era chefiada por um sargento e possuía um efetivo de três militares, sendo cabos ou soldados. Dois destes operavam os sistemas e outro atuava como protocolista.

Dada a demanda requerida de informações, a célula era capacitada a operar e gerir os seguintes sistemas, disponibilizados pelas seguintes instituições:

1. Exército Brasileiro: Correio Eletrônico Zimbra, Videoconferência, Sistema de Câmeras *Digifort*, Sistema Olhos de Águia (SOA), Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) e Sistema de Comando e Controle Pacificador;

2. Marinha do Brasil: Sistema CeCoCo (funcionalidades semelhantes ao Pacificador do EB), que consistia em um *software* de georeferenciamento de tropas utilizado pela Marinha do Brasil, obtido por meio de um convênio com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Este *software* permitiu o acompanhamento *on line* dos movimentos do Grupamento Ope-

23 Palácio Duque de Caxias, edifício-sede do Comando Militar do Leste, localizado no centro da Cidade do Rio de Janeiro.

rativo de Fuzileiro Navais durante as operações realizadas;

3. Força Aérea Brasileira: Sistema de Imagens por Aeronave Remotamente Pilotada (ARP);

4. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Sistema de Câmeras de Monitoramento Urbano *Security Desk*;

5. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Sistema de Câmeras de Monitoramento Urbano *Maestro*;

6. Concessionárias de Vias Expressas: Câmeras de Monitoramento da Linha Amarela (LAMSA) e Câmeras de Monitoramento da Transolímpica (VIARIO); e

7. Organizações Não Governamentais (ONGs): Sistema de Câmeras de Monitoramento Urbano da ONG Viver Bem, sediada em Niterói.

Como se viu descrito acima, nas operações conjuntas e em ambientes interagências vividos na IF existiram diferenças inevitáveis nos meios de C² dos atores envolvidos. Por isso, foi muito importante o conhecimento das possibilidades, das limitações e das formas de atuação desses sistemas. A Célula do D6 foi a responsável por gerir e explorar a interoperação desses sistemas de informação disponibilizados pelos diversos agentes envolvidos no nível operacional.

Dessa maneira, a interoperabilidade tornou-se um aspecto fundamental, uma vez que a diversidade dos sistemas de Comando e Controle foi grande, exigindo maior capacidade de intercâmbio de serviços ou de informações entre as diversas estruturas e atores envolvidos. Neste íterim, a partir da organização e processamento dos dados recebidos pelos meios de manobra empregados, o EM Cj pôde executar seu processo decisório com grande confiabilidade e rapidez.

O Centro de Operações Aéreas (COA) foi chefiado por um Coronel da FAB, que teve outro Coronel Aviador da FAB como seu adjunto. Esse componente teve como atribuições:

- coordenar as operações aéreas da Aviação da Marinha do Brasil (Av MB), da Aviação do Exército Brasileiro (Av Ex), da FAB e dos Órgãos de Segurança Pública e demais agências, com o apoio do Órgão de Controle de Espaço Aéreo do Rio de Janeiro;

- controlar o esforço aéreo dos meios aéreos adjudicados;

- planejar as ações dos meios aéreos, em coordenação com os demais setores do CCj, nas missões de comando e controle, reconhecimento aéreo, evacuação aeromédica, infiltração e exfiltração aérea, dentre outras; e

- assessorar nas atividades e processos decisórios dos níveis Operacional e Estratégico, no que tange o emprego do Poder Aéreo.

Para cumprir as atribuições supracitadas, o COA, diferentemente da estrutura proposta na Doutrina de Operações Conjuntas, teve status de Seção, sendo chefiado por um Coronel Aviador. Essa estrutura viabilizou algumas tarefas complexas, como a criação de espaços aéreos condicionados. Normalmente, o COA faria parte da estrutura do D3 e seria chefiado por um oficial mais moderno.

O planejamento do emprego dos meios aéreos foi realizado por meio de reuniões com o D2 e D3. Nessas reuniões, foram levantadas as necessidades de emprego dos meios aéreos e essas demandas eram transformadas em ações (conforme doutrina da FAB) e transmitidas às Unidades Aéreas de cada força por meio de Ordem Fragmentária (O Frag), segundo o formulário de cada Força.

Foram planejadas e coordenadas ações de infiltração, evacuação aeromédica, transporte aéreo logístico, vigilância e reconhecimento aéreo. Em média, para apoiar as Operações Aéreas, o CCj tinha adjudicado os seguintes meios aéreos: uma (01) Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) e 06 helicópteros (02 H-36, 03 Esquilos e 01 Pantera). Além desses meios, quando as ações eram realizadas com as Polícias Civil, Militar e Federal ou Receita Federal, também era de responsabilidade do COA o controle do emprego dos meios destas agências.

Os meios aéreos e a estrutura de controle do COA se mostraram suficientes e eficazes. O alto grau de profissionalismo e especialização dos aviadores da MB, EB e FAB, aliado ao conhecimento da estrutura existente da Aeronáutica, facilitaram o cumprimento dessa importante tarefa em apoio às operações militares do CCj.

1. ASSUNTOS JURÍDICOS

A Assessoria Jurídica (Asse Jurd) do CCj era subordinada diretamente ao Cmt Cj e foi estruturada com um Chefe, atividade exercida por um Coronel do EB com formação em Direito, e as Delegacias de Polícia Judiciária Militar (DPJM), constituídas por militares especializados das três Forças, em um total de até 6 (seis) delegacias. A Assessoria Jurídica tinha como missão coordenar as ações das DPJM e prestar constante assessoramento ao Cmt Cj e à tropa referente aos procedimentos em razão de diversos incidentes de conotação jurídica, como as prisões de APOP, decorrentes da incidência de crimes de natureza comum e/

ou militar.

As DPJM eram ativadas conforme o andamento das operações. Durante a IF, em todas as operações que o CCj empregou tropas militares havia, pelo menos, uma DPJM ativada. Essa estrutura continha um oficial da ativa com formação jurídica, um militar graduado para exercer as tarefas de escrivão e um oficial médico para realizar exames de higiene física. Durante as operações, as DPJM do CCj lavraram 27 (vinte e sete) Autos de Prisão em Flagrante (APF) de crimes militares, como desacato e tentativa de homicídio.

Em relação ao assessoramento especializado, a Asse Jurd do CCj procedeu o acompanhamento de 59 (cinquenta e nove) Inquéritos Policiais Militares (IPM). Nesse processo, foi estabelecido estreito contato com o Ministério Público Militar (MPM), que se fez presente inclusive nas Ações Comunitárias coordenadas pelo CCj, estabelecendo ouvidorias específicas.

2. CONCLUSÃO

O CCj foi uma estrutura que contemplou diversas capacidades e teve a estrutura do seu EM Cj baseada nas células previstas na Doutrina de Operações Conjuntas do MD. As capacidades das tropas envolvidas se complementaram, bem como o efetivo adjudicado, que se mostrou suficiente para o cumprimento da missão estabelecida pelo GIF.

Em síntese, as estruturas estabelecidas trabalharam com o foco de contribuir com a Intervenção Federal na diminuição dos índices de criminalidade, como o roubo de veículos e carga, com o aumento da percepção de segurança da população fluminense e com a retirada da ostensividade das Organizações Criminosas. Nesse contexto, destacaram-se a integração no nível operacional obtida com os OSP em todos os níveis, especialmente o estadual.

Ficou evidente que a estrutura e os meios adjudicados das três Forças foram complementares e a multiplicidade de tropas e capacidades promoveu resultados significativos. A logística complementar foi inovadora, cujos processos criativos favoreceram a permanência da tropa ao longo de mais de um ano de missão. Além disso, os recursos empregados de forma transparente e sistemática permitiram inclusive o investimento em áreas estratégicas para as Forças, contribuindo para uma imagem positiva da IF.

A Comunicação Social foi responsável pela divulgação de informações precisas e oportunas, atendendo as demandas da mídia e da população e transmitindo dados, como as ações comunitárias em comunidades carentes coordenadas pela célula de Assuntos Cíveis, que teve grande repercussão favorável.

Por outro lado, a estrutura de Comando e Controle do CCj demonstrou grande capacidade de interoperabilidade e adaptabilidade, proporcionando o controle das operações realizadas em qualquer ambiente que o Cmt Cj estivesse. O COA apresentou soluções próprias para restringir movimentos de vetores aéreos durante as operações, contribuindo para um controle eficiente do espaço aéreo.

Assim, conclui-se que a estrutura do CCj foi adequada para as missões atribuídas ao Comando Operacional do eixo de Defesa da IF na área de Segurança Pública no RJ. As três Forças Armadas se engajaram nessa inédita tarefa, preparando e designando meios navais, terrestres e aéreos, que multiplicaram o Poder de Combate.

Por fim, constata-se mais uma vez que as FA cumpriram sua missão constitucional de Garantir a Lei e a Ordem. Com certeza, isso foi possível devido à estrutura completa e qualificada disponibilizada ao CCj, que servirá de modelo e base para futuras ações similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Manual EB 20-MF-03.109 - **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 5ª Edição. 2018 – Port nº 042-EME, de 20 MAR 2018.

BRASIL. **Decreto de 28 de julho de 2017**. Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017a.

_____. **Decreto de 29 de dezembro de 2017**. Altera o Decreto de 28 de julho de 2017, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2017b.

_____. **Decreto 9288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2018a.

_____. **Diretriz Ministerial Nr 18/2017, de 10 de agosto de 2017**. Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2017c.

_____. Manual CGCFN-0-1 - **Manual de Fundamentos de Fuzi-
leiros Navais**. Marinha do Brasil. 1ª Revisão. 2013

_____. Portaria Nr 05 / Gabinete de Intervenção Federal (GIF), de 29 de maio de 2018. Aprova o **Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro**. 1ª Edição. 2018b.

_____. Portaria Nr 22 / Gabinete de Intervenção Federal (GIF), de 11 de outubro de 2018. Aprova o **Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Rio de Janeiro**. 2ª Edição. 2018c.

_____. Portaria Normativa Nr 3810 / MD, de 8 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a “**Doutrina de Operações Conjuntas. MD-30-M-01. 1º, 2º e 3º volumes**”. 1ª Edição. 2011.

_____. Portaria Normativa Nr 513 / MD, de 26 de março de 2018 de 2008. **Aprova o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD 33-M-02. 3ª Edição. 2008.

ISP. Site <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=1> acessado em 10 Jan 19, às 1430h. 2019.

DCEM. Site <https://www.dcem.eb.mil.br/index.php/missao> acessado em 11 Jan 19, às 1000h. 2019.

CA-LESTE. Site <http://www.caleste.eb.mil.br/missao.html> acessado em 3 Jan 19, às 1100h. 2019.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DO EMPREGO DO COMANDO CONJUNTO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CMG (FN) LEONARDO AUGUSTO ALMEIDA DE AZEREDO

CF (FN) ELDER VAZ

CC (FN) HEBERT DE MELO ALMEIDA

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de apresentar oportunidades de melhoria em publicações utilizadas como a base doutrinária para o emprego de meios das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem e também em operações interagências com base nas experiências colhidas pelo Comando Conjunto durante as ações realizadas no contexto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018.

Para isto, são consideradas as seguintes publicações para a verificação: MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, MD33-M-12 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS e MD33-M-01 DOUTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS. A abordagem adotada, para cada publicação, baseia-se na finalidade, na base legal, nas principais observações e nas oportunidades de melhoria em cada uma delas.

Para a publicação MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, há oportunidades de melhoria relativas a principais ações a serem executadas em Op GLO e a controle de indicadores.

A publicação MD33-M-12 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS apresenta orientações que correspondem ao realizado pelo Comando Conjunto no tocante às ações comunitárias, de forma que nela não são observadas oportunidades de melhoria.

Na publicação MD33-M-01 DOUTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS, verificam-se oportunidades de melhoria relativas à organização do Estado-Maior Conjunto, em especial referentes às seções D3 (Operações)

e D5 (Planejamento), e também no tocante à definição existente de operações correntes e operações futuras.

2. PUBLICAÇÃO MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Este capítulo apresenta inicialmente a finalidade da publicação e sua relação com a base legal existente, começando pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e discorrendo de forma sumária sobre a legislação dela decorrente. No prosseguimento, são apresentadas as principais observações, de forma a se obter um melhor entendimento das oportunidades de melhoria apresentadas ao final deste capítulo.

Esta publicação tem por finalidade estabelecer orientações para o planejamento e o emprego das Forças Armadas (FA) em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), considerando que o referido emprego é de competência exclusiva do Presidente da República. Dessa forma, observa-se que as referidas orientações não se confundem com uma autorização para o referido emprego, em face de existência do dispositivo legal disposto a seguir.

Os seguintes documentos servem de base legal para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999 que dispõe sobre as Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas (alterada pela LC nº 117, de 2 de setembro de 2004 e pela LC nº 136, de 25 de agosto de 2010); e o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Na Constituição de 1988, verifica-se o Art. 142, do Capítulo II, que trata das Forças Armadas, indicando a destinação das mesmas às ações de garantia da lei e da ordem, dentre outras:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Este mesmo artigo dá origem à lei complementar que normatiza o preparo e emprego das Forças Armadas:

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas (BRASIL, 1988).

A decorrente LC nº 97, de 9 de junho de 1999, trata do emprego das Forças Armadas em seu Capítulo V, regulamentando a subordinação das mesmas ao Comandante Supremo:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I - ao Comandante Supremo, por intermédio do Ministro de Estado da Defesa, no caso de Comandos conjuntos, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II - diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações conjuntas, ou por ocasião da participação brasileira em operações de paz;

III - diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força (BRASIL, 1997).

A LC nº 97 prossegue, no seu Art. 15, estabelecendo diretrizes para o estabelecimento da atuação em garantia da lei e da ordem:

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do

patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1997).

Os mencionados instrumentos destinados à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas são os órgãos de segurança pública (OSP), relacionados na Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

No prosseguimento do art. 15 da LC nº 97, define-se também as condições para se considerarem esgotadas as capacidades dos OSP:

§ 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional (BRASIL, 1997).

Nos parágrafos 4º, 5º e 6º deste mesmo artigo da LC nº 97, discorre-se sobre ativação de órgãos operacionais, definições de área e tempo de atuação, alocação de meios, e poder conferido à autoridade encarregada das operações:

§ 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias

para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins.

§ 6º Considera-se controle operacional, para fins de aplicação desta Lei Complementar, o poder conferido à autoridade encarregada das operações, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos dos órgãos de segurança pública, obedecidas as suas competências constitucionais ou legais (BRASIL, 1997).

O Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem previstas na LC nº 97, com a finalidade de orientar o planejamento, a coordenação e a execução das ações das Forças Armadas e OSP, conforme descrito em seu Art. 1º:

Art. 1º As diretrizes estabelecidas neste Decreto têm por finalidade orientar o planejamento, a coordenação e a execução das ações das Forças Armadas, e de órgãos governamentais federais, na garantia da lei e da ordem (BRASIL, 2001).

O referido decreto, em seu Art. 3º, define que as ações dos OSP, que serão desenvolvidas pelas Forças Armadas no caso de emprego em garantia da lei e da ordem, serão o policiamento ostensivo de natureza preventiva ou repressiva, já incluídos na competência legal das Polícias Militares:

Art. 3º Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações

de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico (BRASIL, 2001).

No prosseguimento, em seu Art. 4º, apresenta a atuação das Polícias Militares no controle operacional do comando militar responsável pelas operações, clarificando o que se entende por esta situação de comando:

Art. 4º Na situação de emprego das Forças Armadas objeto do art. 3º , caso estejam disponíveis meios, conquanto insuficientes, da respectiva Polícia Militar, esta, com a anuência do Governador do Estado, atuará, parcial ou totalmente, sob o controle operacional do comando militar responsável pelas operações, sempre que assim o exijam, ou recomendem, as situações a serem enfrentadas.

§ 1º Tem-se como controle operacional a autoridade que é conferida, a um comandante ou chefe militar, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos policiais que se encontrem sob esse grau de controle, em tal autoridade não se incluindo, em princípio, assuntos disciplinares e logísticos (BRASIL, 2001).

No Capítulo I, além da base legal acima descrita, destacam-se também as conceituações apresentadas – Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), Agente de Perturbação da Ordem Pública (APOPOP) e Ameaças, visando a facilitar o entendimento:

- Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto No 3.897, de 24 de agosto

de 2001).

- Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP) são pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

- Ameaças são atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2011, p. 14/64).

O Capítulo II da publicação traz disposições diversas, dentre as quais destaca-se a informação que orienta a não se considerar ações semelhantes como Op GLO, como ações preventivas e repressivas em faixa de fronteira, atuação como Polícia Judiciária Militar e segurança do Presidente da República quando em viagem no país:

2.1.6 Embora se assemelhe a ações de GLO, a atuação das Forças Armadas, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em cooperação com órgãos do Poder Executivo, especificada pelo art. 16-A da LC 97/1999, é atribuição subsidiária.

2.1.7 Existem, também, outros empregos que não se confundem com Op GLO, como por exemplo: a atuação das Forças Armadas como Polícia Judiciária Militar e na segurança do Presidente da República, quando em viagem no país (BRASIL, 2011, 17/64).

Em seu Capítulo III, a publicação trata de planejamento e coordenação das Op GLO, e define que a sistemática de planejamento das Op GLO será uma adaptação daquela preconizada na Doutrina de Operações Conjuntas, prevista na publicação MD30-M-01 - DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS:

3.1.4 O planejamento e o controle das Op GLO seguirão, normalmente, a Sistemática de Planejamento Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (SisPECFA), prevista na publicação “Doutrina de Operações Conjuntas” - MD30-M-01, com as devidas adaptações.

O Capítulo IV da publicação traz informações referentes a especificidades das Op GLO, especialmente em relação à atuação de forma integrada, inteligência, limitação de uso da força, comunicação social e principais ações realizadas.

Do exposto, e ainda considerando as experiências colhidas durante as ações do Comando Conjunto no período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, foram verificadas oportunidades de melhoria referentes às ações realizadas em Op GLO descritas na publicação e também referentes à inclusão de orientações relativas a controle de indicadores.

Em relação às ações realizadas em Op GLO, as principais são apresentadas ao final do Capítulo IV da publicação:

4.4.3 Principais Ações

Entre outras, dependendo da característica do emprego autorizado na GLO, podem-se relacionar as seguintes ações a serem executadas:

- a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado;
- b) controlar vias de circulação;
- c) desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento;
- d) garantir a segurança de autoridades e de comboios;
- e) garantir o direito de ir e vir da população;
- f) impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais;
- g) impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas;
- h) permitir a realização de pleitos eleitorais;
- i) prestar apoio logístico aos OSP ou outras agências;
- j) proteger locais de votação;

- k) realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc; e
- l) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado

(BRASIL, 2011, p. 29/64).

Neste inciso acima, sugere-se considerar as ações de ISOLAMENTO, de CERCO e de INVESTIMENTO DE LOCALIDADES, previstas no Glossário das FA, visto que foram adotadas com sucesso no nível do planejamento operacional e que contribuíram sobremaneira para o êxito das Op GLO realizadas pelo Comando Conjunto no contexto da Intervenção Federal, possibilitando, por fim, o sucesso na realização das ações acima listadas no inciso 4.4.3, que podem se enquadrar de forma mais apropriada como efeitos desejados destas três ações sugeridas para inclusão na publicação.

ISOLAMENTO - 1. Ação militar que visa a impedir o livre trânsito de tropas, civis, equipamentos ou suprimentos, entre determinadas áreas, por meio da ocupação de pontos ou regiões importantes, fogos, destruições ou outros processos adequados (BRASIL, 2015, p. 152/288).

CERCO - 1. Variante do desbordamento e do envolvimento, que tem por objetivo bloquear determinada área ou força, cortando-lhe as vias de comunicações terrestres. 2. Completo isolamento que uma força impõe ao adversário, impedindo seu retraimento e fuga em qualquer direção e cortando-lhe o recebimento de reforços e suprimentos, buscando sua capitulação, rendição pelo sítio ou destruição pela redução em força (BRASIL, 2015, p. 61/288).

INVESTIMENTO DE LOCALIDADES - Fase do combate em área edificada que consiste no avanço ordenado e metódico, edificação por edificação, quarteirão por quarteirão, através da mencionada área (BRASIL, 2015, p. 152/288).

Sobre o controle de indicadores, no caso de contextos de emprego prolongado das Forças Armadas em Op GLO, apresenta-se como de suma importância o modo a se obter informações tangíveis referentes à efetividade do emprego das forças, bem como à evolução da sensação de segurança na área de operações.

Estes indicadores foram obtidos com base em controles rotineiramente realizados pelo Comando Conjunto, somados a outros compartilhados pelos OSP, dentro de um escopo que incluem dados como: tipo da ação, efetivo empregado, comunidade/bairro envolvido, população diretamente e indiretamente beneficiada, número de patrulhas realizadas, quantidade de revistas realizadas, quantidade de veículos apreendidos, quantidade de armamentos apreendidos, quantidade de barricadas removidas, quantidade de presos e menores apreendidos, quantidade de eventos de disparo contra a tropa, óbitos de agente perturbador da ordem pública (APOPOP), óbito de militar, quantidade de viaturas utilizadas, quantidade de viaturas disponíveis, quilometragem percorrida, horas de voo disponíveis e utilizadas, inquéritos policiais militares instaurados, recursos financeiros disponíveis, atendimentos em ações comunitárias (lazer, saúde e cidadania), demandas respondidas pela imprensa, quantidade de roubos na área de atuação (cargas e veículos), latrocínio, homicídio doloso e morte por intervenção de agentes do Estado.

Figura 1 – Folheto informativo de indicadores (frente)

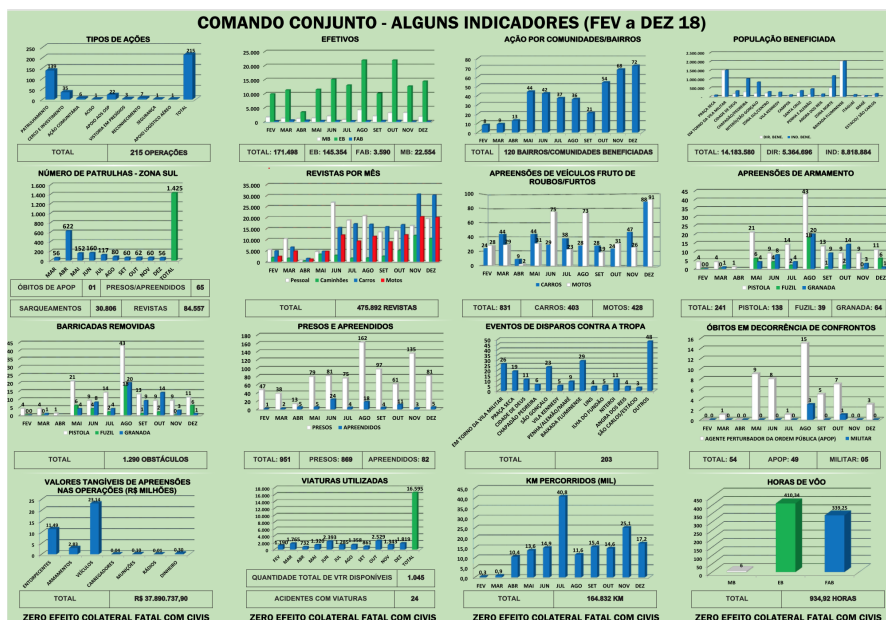
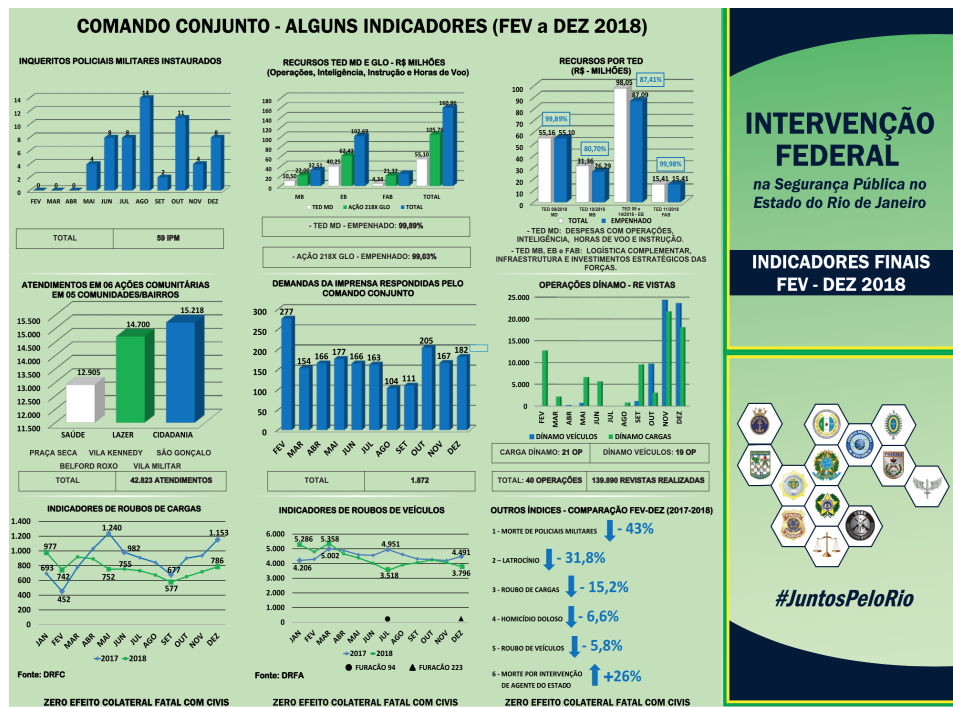


Figura 2 – Folheto informativo de indicadores (verso)



Fonte: GIF (2018).

O controle continuado destes indicadores geram parâmetros que, quando apresentados graficamente, permitem a mensuração e registro da efetividade do emprego das Forças Armadas em Op GLO (Figura 1), bem como a comparação com indicadores de meses anteriores ao emprego, ou de um mesmo mês de um ano anterior (Figura 2). Dessa forma, este controle possibilita a avaliação do desenvolvimento das operações em relação aos efeitos desejados, especificamente no que se refere a concepção geral do plano:

6) Indicadores de eficácia: Estabelecer as metas a serem atingidas durante a respectiva fase, constituindo parâmetros para a avaliação do desenvolvimento das operações em relação aos efeitos desejados da fase. (BRASIL, 2012, p. 38/46).

Pode-se considerar, também, a possibilidade de que os indicadores favoráveis se apresentem para incrementar positivamente as atividades de comunicação

social em proveito da imagem das Forças Armadas junto à opinião pública.

Portanto, sugere-se, como uma oportunidade de melhoria, a inclusão de orientação visando à criação de rotina de controle de indicadores, conforme acima apresentado.

3. PUBLICAÇÃO MD33-M-12 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

Este capítulo apresenta inicialmente a finalidade da publicação e informa que a base legal utilizada e relacionada com os assuntos tratados neste trabalho assemelham-se àquela utilizada na doutrina prevista para o emprego das Forças Armadas em Op GLO. No prosseguimento, são apresentadas as principais observações sobre o manual, concluindo-se que não foram vislumbradas oportunidades de melhoria, com base nas operações interagências realizadas pelo Comando Conjunto no período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Esta publicação tem por finalidade estabelecer os fundamentos doutrinários que orientarão as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas envolvendo relações institucionais com órgãos públicos, bem como organizações não governamentais, empresas privadas e agências na estrutura dos outros Poderes.

Quando se consideram especificamente os assuntos tratados neste trabalho, a base legal empregada na elaboração desta publicação assemelha-se à utilizada na publicação anteriormente comentada (MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM).

De seu Capítulo I, além da base legal apresentada, ressaltam-se também definições importantes empregadas na publicação:

1.3.3.1 Agência: organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituídas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional.

1.3.3.2 Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos

(BRASIL, 2012, p. 14/46)

No Capítulo II, que trata de coordenação interagências, observa-se que a publicação não foca nas operações realizadas em contexto de garantia da lei e da ordem, mas consideram, principalmente, aquelas com a participação de organizações não governamentais e organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas, Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho.

O Capítulo III, sobre aplicação em operações conjuntas, informa que o planejamento de uma operação conjunta interagência segue a sistemática prevista na publicação MD30-M-01 DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS. No prosseguimento, integra as relações interagências, o papel dos atores envolvidos e as condições nas quais se dão as operações e indica ferramentas significativas para uso na Área de Operações, apresentando o processo a ser seguido por cada elemento organizacional empregado.

Durante as ações do Comando Conjunto no período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, destacaram-se como operações interagências as ações comunitárias realizadas em áreas de comunidades onde o controle do Estado foi retomado por meio de ações de garantia da lei e da ordem, levando serviços não presentes e ainda fortalecendo a presença das instituições estatais nestas áreas.

Com base nestas ações, não foram verificadas oportunidades de melhoria nesta publicação, visto que as orientações nela constantes se adequaram de forma satisfatória às ações realizadas acima mencionadas.

4. PUBLICAÇÃO MD33-M-01 DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS

Este capítulo apresenta inicialmente a finalidade da publicação e informa que a base legal utilizada e relacionada com os assuntos tratados neste trabalho assemelham-se àquela utilizada na doutrina prevista para o emprego das Forças Armadas em Op GLO, assim como na publicação anteriormente verificada no capítulo anterior. No prosseguimento, são apresentadas as principais observações sobre a publicação, em especial sobre a sua organização, de forma a se obter uma melhor compreensão das oportunidades de melhoria apresentadas para esta publicação ao final deste capítulo, bem como a adequação das mesmas aos três volumes desta publicação.

Esta publicação tem por finalidade estabelecer os fundamentos doutrinários que orientarão as Forças no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas, baseado nas Hipóteses de Emprego.

Levando-se em consideração especificamente os assuntos tratados neste trabalho, a base legal empregada na elaboração desta publicação assemelha-se também à utilizada na publicação anteriormente comentada (MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM).

A publicação não apresenta novas conceituações e siglas, visto que estas informações já estão definidas nas publicações MD35-G-01 GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS e MD33-M-02 MANUAL DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS DAS FORÇAS ARMADAS.

1.5 Conceituações

1.5.1 As conceituações militares, comuns a mais de uma Força Armada ou específicas a uma delas estão contidas na publicação “Glossário das Forças Armadas”.

1.5.2 As abreviaturas, siglas, termos e definições que ainda não se encontram no Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas ou no Glossário das Forças Armadas estão inseridas no final de cada volume da presente publicação (BRASIL, 2011, vol. 1, p. 16/128).

Apesar disso, é ampla e traz uma grande quantidade de orientações, o que a faz ser dividida em três volumes.

O 1º volume abarca os seis capítulos da publicação. O Capítulo I é introdutório, percorrendo sobre antecedentes, finalidade, aplicação, referências (base legal), conceituações e aprimoramento. O Capítulo II trata da concepção de emprego das Forças Armadas em operações conjuntas (Op Cj). O Capítulo III traz, de uma forma mais ampla, informações sobre a sistemática de planejamento de emprego conjunto, em especial sobre os níveis estratégico, operacional e tático, sendo que as orientações detalhadas deste planejamento vem em um anexo específico, em outro volume (volume 2, anexo C), e será comentado posteriormente. O Capítulo IV discorre sobre as Op Cj, em especial sobre comando e controle, inteligência, operações e logística. O Capítulo V orienta sobre a estrutura dos comandos operacionais conjuntos. O Capítulo VI apresenta o Estado-Maior Conjunto e as atribuições de cada seção. Ainda neste volume, há o anexo A, que trata sobre a Arte Operacional, em especial fatores condicionantes, desenho operacional e uso de indicadores. Na sequência, traz o anexo B, com orientações sobre a elaboração

do Exame de Situação no nível estratégico, incluindo um memento para esta atividade, bem como o modelo de Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

O 2º volume traz somente o anexo C, que é integralmente dedicado ao Processo de Planejamento Conjunto (PPC), cujo produto final é o Plano Operacional. Inicialmente, apresenta generalidades, fundamentos e etapas do processo. Na sequência, traz orientações para a realização do Exame de Situação no nível operacional, com análise da missão e considerações preliminares, a situação e sua compreensão, possibilidades do inimigo, linhas de ação e confronto, comparação de linhas de ação, decisão e conceito preliminar da operação. Prossegue orientando sobre o desenvolvimento do conceito da operação e elaboração de planos de ordens. Por fim, trata do controle da ação planejada, trazendo na sequência modelos diversos que compõem o Plano Operacional.

O 3º volume apresenta o anexo D sobre Inteligência nas Op Cj, com orientações sobre estrutura básica, planos, necessidades, ciclos e produtos de inteligência. Prossegue com informações sobre a organização do Sistema de Inteligência e na sequência apresenta orientações sobre a inteligência nos planejamentos conjuntos e nas Op Cj. Em seguida, apresenta o anexo E, sobre Logística nas Op Cj, abordando estruturas básicas para o apoio logístico, além orientações sobre planejamento, estimativa, processos e tarefas logísticas, tanto no nível operacional do Estado-Maior Conjunto, como no nível tático, do Comando Logístico do Teatro de Operações (CLTO). Este volume finaliza fechando a publicação com o anexo F, sobre Comando e Controle para as Op Cj, abordando o comando, o processo decisório, a estrutura de comando e controle e planejamento, incluindo as atribuições da Seção de Comando e Controle do Estado-Maior Conjunto.

Considerando experiências colhidas durante as ações do Comando Conjunto no período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que há oportunidades de melhoria na publicação, sendo uma relativa à organização prevista para as seções do Estado-Maior do Comando Conjunto abaixo descrita, especificamente no que se refere às seções D3 (3ª Seção - Operações) e D5 (5ª Seção - Planejamento) e suas atribuições, e outra relativa ao horizonte temporal para se definir as operações como correntes e futuras.

De forma a proporcionar melhor visualização, seguem constituição do EMCj e um paralelo das atribuições das seções D3 e D5.

6.1.3 O EMCj será constituído pela chefia do estado-maior e, em princípio, pelas seguintes seções:

-
- a) D1 – 1ª Seção – Pessoal;
 - b) D2 – 2ª Seção – Inteligência;
 - c) D3 – 3ª Seção – Operações;
 - d) D4 – 4ª Seção – Logística;
 - e) D5 – 5ª Seção – Planejamento;
 - f) D6 – 6ª Seção – Comando e Controle;
 - g) D7 – 7ª Seção – Comunicação Social;
 - h) D8 – 8ª Seção – Operações Psicológicas;
 - i) D9 – 9ª Seção – Assuntos Cíveis; e
 - j) D10 – 10ª Seção – Administração Financeira.
- (BRASIL, 2011, vol. 1, p. 63/128).

D3 - Seção de Operações

6.3.6 O Chefe da Seção de Operações (D3) possui as seguintes atribuições:

- a) planejar, coordenar e integrar as ações do C Op;
- b) coordenar todos os assuntos de adestramento das forças componentes;
- c) conduzir e coordenar o processo de planejamento conjunto, de acordo com o Anexo C – PPC – 2º Volume, sendo o responsável pela consolidação e formalização do documento Exame de Situação;
- d) manter atualizados os dados e a avaliação do poder combatente do C Op;
- e) realizar o estudo e preparo dos planos e ordens atinentes às operações do C Op, com o apoio da seção de Planejamento, submetendo-os à apreciação do Ch EMCj, do Subcomandante, quando for o caso e do Comandante, para posterior autenticação e disseminação;
- f) levantar as Linhas de Ação (LA) para o cumprimento da missão do C Op, em coordenação com as demais seções do EMCj;
- g) elaborar os registros e relatórios operacionais, com especial atenção na avaliação dos danos infringidos aos alvos constantes na LIA;

- h) propor, em coordenação com a seção de Planejamento, a elaboração da Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), assim como a sua atualização ao longo da operação;
- i) propor ao Comandante as Regras de Engajamento a serem promulgadas no nível operacional, encarregando-se de disseminá-las aos escalões subordinados;
- j) zelar pelo registro e consolidação dos dados necessários à manutenção da Consciência Situacional por parte do Cmt Op;
- k) supervisionar e coordenar o andamento das operações, utilizando os recursos do centro de operações do C Op;
- l) consolidar o Sumário Diário de Situação do C Op, com base nas informações recebidas dos escalões subordinados e das demais seções do EMCj, submetendo-o à apreciação do Ch EMCj ou do Cmt Op, conforme o caso, e transmitindo-o ao escalão superior conforme as diretrizes estabelecidas; e
- m) estruturar a Seção de Operações do EMCj. (BRASIL, 2011, vol. 1, p. 67/128).

6.3.8 O Chefe da Seção de Planejamento (D5) possui as seguintes atribuições:

- a) auxiliar a seção de Operações na elaboração dos documentos afetos ao Exame de Situação e à etapa da Elaboração de Planos e Ordens;
- b) propor ao Comandante o Estado Final Desejado (EFD) da operação, caso este não tenha sido claramente definido pelo escalão superior;
- c) com base nos Centros de Gravidade identificados e no EFD, visualizar o desenho operacional básico para a operação, identificando os objetivos intermediários e levantando subsídios para o faseamento das ações, a elaboração da Diretriz de Planejamento do Comandante, a identificação de pontos decisivos na operação, das possíveis alternativas e avaliação dos riscos operacionais;
- d) propor ao Ch EMCj o cronograma para o planejamento e a rotina de trabalho para o EMCj, em todas as etapas da operação, verificando a adequação com as rotinas e peculiaridades das F Cte;
- e) consolidar a Lista Integrada de Alvos (LIA) e a Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), em coordenação com as seções de Operações e de Inteligência;
- f) elaborar as matrizes de sincronização (rascunhos), durante o confronto (jogo da guerra), consolidando a Matriz de Sincronização da Operação até o final da etapa da elaboração de Planos e Ordens;
- g) avaliar a campanha com base nos indicadores estabelecidos, durante a etapa do controle da operação planejada;

-
- h) assessorar o Ch EMCj no acompanhamento e condução das reuniões diárias previstas para o EMCj;
 - i) acompanhar o desenvolvimento das operações correntes, utilizando a Matriz de Sincronização, e realizar o planejamento das operações futuras em tempo hábil (em princípio após 72 horas), baseado em suas análises prospectivas e nas diretrizes do comando;
 - j) em coordenação com a seção de Operações, propor as alterações no planejamento das operações que, porventura, se façam necessárias, visando ao cumprimento da missão;
 - k) elaborar e propor ao Ch EMCj, em coordenação com a seção de Operações, a Ordem de Coordenação (O Coord); e
 - l) estruturar a Seção de Planejamento do EMCj (BRASIL, 2011, vol. 1, p. 68/128).

A observação às atribuições destas seções mostra a estreita ligação entre os trabalhos realizados na seção D3 (Operações) e os realizados na seção D5 (Planejamento). A condução dos planejamentos, a elaboração de desenho operacional e matrizes de sincronização, a visualização dos indicadores visando avaliar a operação, elaboração de documentos, supervisão e acompanhamento das operações, dentre outros trabalhos, traduzem-se em atribuições necessárias que se sobrepõem.

As experiências do Comando Conjunto mostraram que os trabalhos realizados pelas seções D3 e D5 não se separaram, de forma que os oficiais superiores que a compunham, em sua maioria, atuavam inicialmente como planejadores e, em seguida, como executantes dos planejamentos por eles realizados, gerando todos os documentos relativos aos planos e ordens necessários à operação da qual se encarregavam. Este arranjo possibilitou o revezamento entre os oficiais componentes destas seções, em face do continuado esforço do Comando Conjunto em operações sequenciadas.

Dessa forma, a oportunidade de melhoria aqui vislumbrada é relativa à criação de uma seção de Operações e Planejamento, unificando as atribuições das atuais seções D3 e D5 e substituindo-as, de forma a proporcionar um melhor fluxo dos trabalhos. Ressalta-se que esta oportunidade apresentada, caso julgada conveniente, afetará todas as menções a estas mencionadas seções encontradas nos volumes da publicação.

No que se refere ao horizonte temporal, segue abaixo o entendimento de

operações correntes e futuras atualmente previsto:

4.3.5 Para efeito de uniformização de conceito, dentro do escopo a que se destina este Manual de Planejamento, serão denominadas como “operações correntes” aquelas ações que se desenvolverão em um horizonte temporal de, normalmente, até 72 horas a partir do momento presente. Tais ações serão acompanhadas, controladas e sincronizadas pela Seção de Operações do EMCj, por meio de mensagens operacionais às F Cte para esclarecer, reforçar ou corrigir uma ordem emitida anteriormente. Paralelamente, a Seção de Planejamento do EMCj acompanhará o desenvolvimento das operações correntes com o propósito de planejar as chamadas “operações futuras”, ou seja, aquelas que deverão ocorrer, em princípio, a partir do horizonte temporal mínimo de 72 horas, conforme a evolução das fases da campanha. (BRASIL, 2011, vol. 2, p. 59/208).

O horizonte temporal existente para se definir o tratamento de uma operação como corrente ou futura não se adequa aos cenários experimentados pelo Comando Conjunto, visto que, durante o emprego em GLO, as intercorrências inopinadas são constantes, de forma que uma operação vista como “futura” pode se posicionar em uma janela de tempo inferior a 72 horas a partir do momento presente. Por outro lado, pode-se ter também a situação de uma operação já em andamento, ou seja, corrente com ações que estão prevista para um horizonte posterior a 72 horas, não sendo adequado a transferência do acompanhamento para outra seção, em face da conexão existente com o que já está em andamento.

Dessa forma, ainda corroborando com a proposta de se mesclar as células D3 (Operações) e D5 (Planejamento), observa-se uma oportunidade de melhoria à publicação, no sentido de deixar a critério do Comandante o entendimento de uma operação como “corrente” ou “futura”, com base no andamento das ações e necessidades que se apresentarem, não somente no caso de Op GLO, considerando também este entendimento para as demais operações conjuntas, caso julgado conveniente.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou apresentar oportunidades de melhoria em publicações que se apresentam como a base doutrinária para o emprego de meios

das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem.

Para isso, baseou-se nas experiências colhidas pelo Comando Conjunto durante as ações realizadas no contexto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, e considerou as seguintes publicações para a verificação: MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, MD33-M-12 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS, e MD33-M-01 DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS.

Para a publicação MD33-M-10 GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, concluiu-se que há oportunidades de melhoria relativas a principais ações a serem executadas em Op GLO listadas na publicação, que melhor se enquadrariam como efeito desejados, e que seria conveniente incluir as ações de ISOLAMENTO, CERCO e INVESTIMENTO como ações propriamente ditas a serem executadas. Há também a oportunidade de se incluir orientações referentes a controle de indicadores, de forma a possibilitar a mensuração da efetividade do emprego das Forças Armadas neste tipo de operação, e a utilização dos mesmos como instrumento de comunicação social.

Quanto à publicação MD33-M-12 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS, verificou-se que as orientações existentes corresponderam ao realizado pelo Comando Conjunto durante o planejamento e execução das ações comunitárias, de forma que não foram observadas oportunidades de melhoria.

No tocante à publicação MD33-M-01 DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS, constatou-se uma oportunidade de melhoria relativa à organização do Estado-Maior Conjunto, em especial referentes às seções D3 (Operações) e D5 (Planejamento), no sentido de concentrar as atribuições destas em uma só seção, de Operações e Planejamento, e outra no tocante à definição existente de operações correntes e operações futuras, de forma a considerar esta uma definição a critério do Comandante, ao invés de se considerar o horizonte temporal de 72 horas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Presidência da República, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL, Presidência da República, **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho**

de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília-DF. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97compilado.htm> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL, Presidência da República, **Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001**, que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Brasília-DF. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm> Acesso em 31 jan. 2019.

BRASIL, Ministério da Defesa, MD33-M-10 **GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**, Brasília, DF. 2011a.

BRASIL, Ministério da Defesa, MD33-M-12 **OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS**, Brasília, DF. 2012.

BRASIL, Ministério da Defesa, MD33-M-01 **DOCTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS**, Brasília, DF. 2011b.

BRASIL, Ministério da Defesa, MD35-G-01 **GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS**, 5ª edição, 2015.

CAPACIDADES RELACIONADAS À INFORMAÇÃO NA INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Maj Inf (QEMA) Guilherme Marques Almeida

1 INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes

A Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro constituiu-se no mais recente capítulo da história do Brasil, no qual as Forças Armadas novamente cumpriram sua missão de garantir a lei e a ordem.

Nas últimas décadas, o Estado do Rio de Janeiro tem vivenciado uma situação de degradação da segurança pública, ocasionando diversos episódios de emprego das Forças Armadas. Particularmente, em 2017, após solicitação do Governador do Estado, o Presidente da República emitiu o Decreto de 28 de julho do mesmo ano, autorizando o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Como os objetivos não foram atingidos nos prazos estabelecidos, novo Decreto prorrogou as ações até 31 de dezembro de 2018.

Diante da determinação de emprego de tropas das Forças Armadas, foi ativado o Comando Conjunto (C Cj) com a missão de auxiliar as atividades na esfera de segurança pública por meio de operações de GLO. Desde então, a atuação de militares vinha ocorrendo de forma constante no cotidiano fluminense.

Não obstante o emprego dessas tropas, no início de 2018, a conjuntura da segurança pública estadual deteriorou com maior gravidade: ações de grupos criminosos durante o carnaval carioca provocaram aumento da sensação de insegurança pela população fluminense. Essa percepção foi intensificada pelas cenas de saques e arrastões naquele período festivo, proliferadas instantaneamente nas mídias sociais e na grande mídia.

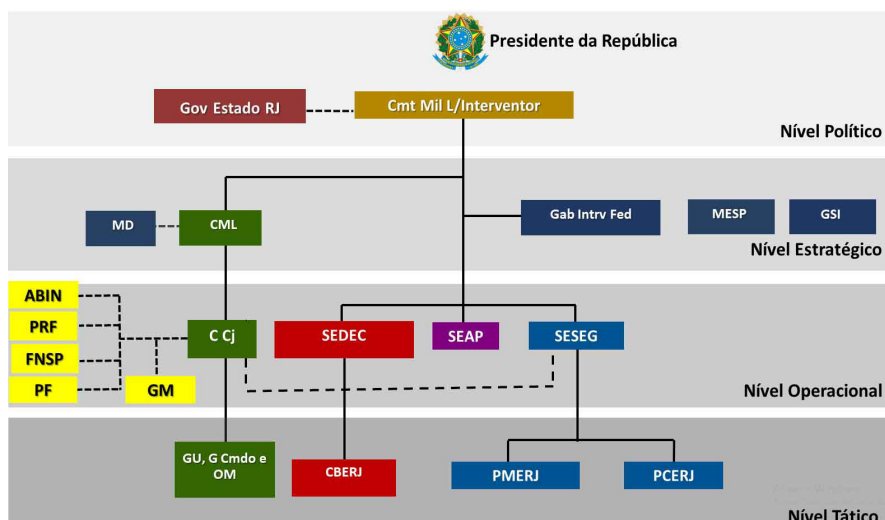
Posto que facções criminosas ameaçavam a paz social¹, acarretando grave

¹ Na visão de uma sociedade que cultua valores espirituais, a paz constitui condição necessária e efeito desejado. A Paz Social reflete um valor de vida, não imposto, mas decorrente do consenso, em busca de uma sociedade caracterizada pela conciliação e harmonia entre pessoas e grupos, principalmente entre o capital e o trabalho, e por um sentido de justiça social que garanta a satisfa-

comprometimento da ordem pública, caracterizava-se o quadro de não normalidade, no qual a quebra do pacto federativo por meio da intervenção da União nos estados torna-se admissível. Assim, em 16 de fevereiro de 2018, o Presidente da República decretou a Intervenção Federal (IF) restrita à área da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

Com a medida, o Interventor ganhou o status de governador, respondendo diretamente ao Governo Federal e tendo plenos poderes para reestruturar a área de segurança pública do estado. Estabeleceu-se, então, a estrutura “ad hoc”, exclusiva para a Intervenção, chamada Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (GIF/RJ), conforme Figura 1.

Figura 1 – Estrutura da Intervenção Federal



Fonte: Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal (2018, p.9)

1.2 Dimensão Informacional

A Intervenção Federal, sendo setorizada e tendo um Oficial-General da ativa nomeado como Interventor, configurou ineditismo não apenas político como também jurídico na história do Brasil. Essas características atraíram os holofotes da mídia, bem como a atenção da opinião pública em geral. Dessa forma, a dimensão informacional sofreu significativa transformação devido à intensa cobertura da mídia, bem como da participação da sociedade, mediante fóruns ou redes

ção das necessidades mínimas de cada cidadão, valorizando as potencialidades da vida em comum, beneficiando a cada um, bem como a totalidade da sociedade (ESG).

sociais, característica dos conflitos de 4ª geração.

Nesse contexto, a crescente relevância da dimensão informacional, intrínseca ao século XXI, exigiu implemento de Capacidades Relacionadas à Informação² (CRI). Além dos tradicionais atuadores preponderantemente cinéticos, o Comando Conjunto teve agregadas capacidades militares e capacidades operativas fundamentais para potencializar sua atuação, conferindo maior eficácia e eficiência nas ações e efetividade nos resultados.

Este artigo pretende apresentar as atuações das Capacidades Relacionadas à Informação na Intervenção Federal no Rio de Janeiro, destacando seus efeitos sobre as ações cinéticas desencadeadas. Por fim, busca-se concluir sobre a efetividade da sinergia entre os atuadores cinéticos e os não cinéticos³.

2. MISSÃO E ORGANIZAÇÃO DO COMANDO CONJUNTO

A Intervenção Federal envolveu um amplo conjunto de ações caracterizadas por dois eixos principais, sendo um estruturante e outro de ações emergenciais. As ações estruturantes visaram a recuperação da capacidade operativa dos órgãos de segurança pública, já o eixo de ações emergenciais foi direcionado para o enfrentamento à criminalidade. Neste último, o Comando Conjunto (C Cj) teve seu protagonismo durante a vigência do Decreto de Intervenção.

2.1 Missão

O Comando Conjunto teve por missão realizar Operações de GLO, em cooperação com os órgãos dos governos Federal, Estadual e Municipal, no Estado do Rio de Janeiro. As ações tinham duas finalidades: apoiar as ações e atividades previstas no contexto do Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública; e a segunda, de contribuir para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado, por meio da diminuição dos índices de criminalidade, com o consequente aumento na percepção da sensação de segurança.

O C Cj estabeleceu seu estado final desejado (EFD), que passava, entre outros, pela necessária redução da ostensividade das Organizações Criminosas (OR-

2 As CRI são aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e/ou difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica) (Manual de Operações de Informação, 2014, p.4-2).

3 São aquelas desencadeadas no interior da Área de Operações, que não envolvem movimentos (ações de guerra eletrônica, operações psicológicas, ações de assuntos civis, ações no ciberespaço) e produzem resultados intangíveis (interferências eletromagnéticas, bloqueio, percepção positiva da população sobre as forças amigas e suas operações), mas que contribuem para o sucesso da operação (GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES PARA USO NO EXÉRCITO – EB-20-MF-03.109, 5ª Edição, 2018, p.11).

CRIM), bem como por preservar a integridade física da população, dos integrantes das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública (OSP).

2.2 Organização

O desafio de diminuição dos índices de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro esteve concentrado, principalmente, em articular esforços, promover a integração, a coordenação e a interoperabilidade de sistemas e meios (pessoal e material), bem como direcionar as instituições responsáveis pela segurança pública para um esforço prioritário na atividade-fim.

O C Cj foi um órgão temporário, composto de meios ponderáveis de mais de uma Força Singular, sob comando único, constituído por integrantes da Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB), perfazendo o efetivo aproximado de 18.300 homens, com a disponibilidade permanente de 110 pelotões.

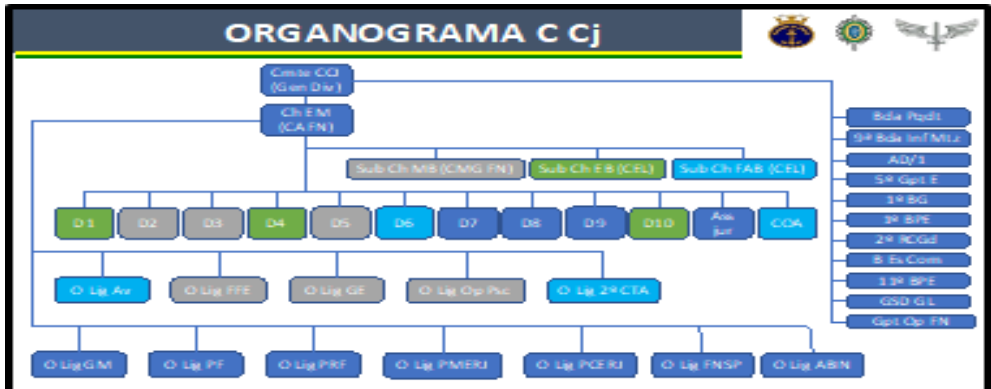
Além dos meios das Forças Armadas, outros vetores também tiveram importante papel junto ao Comando Conjunto. Diversas agências⁴ fizeram-se presentes com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de propósitos convergentes, visando ao bem comum. À luz dessas características, pode-se considerar que as operações ocorreram em ambiente interagências.

Neste contexto, foi constituído o Estado-Maior Conjunto (EM Cj) composto por 10 (dez) células nominadas pela letra “D”; uma Assessoria Jurídica; uma Assessoria de Avaliação Adestramento e Doutrina, a cargo do Centro de Adestramento-Leste; uma Célula de Operações Aeroespaciais com integrantes das Forças Armadas; e por Oficiais de Ligação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Força Nacional de Segurança Pública, Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Guarda Municipal do Rio de Janeiro, totalizando um efetivo com cerca de 130 integrantes.

A fim de obter êxito em sua missão, bem como atingir seu Estado Final Desejado, o C Cj teve a seguinte estrutura organizacional:

4 **Agência:** organização ou instituição com estrutura e competência formalmente constituída, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, nacional ou internacional (MD33-M-12, 2012, p.14).

Figura 2 – A estrutura organizacional do C Cj



Fonte: C Cj (2018)⁵

Ponderáveis meios de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico foram adjudicados ao C Cj, conferindo-lhe as capacidades necessárias ao alcance dos seus objetivos. Dentre essas capacidades militares, ações cinéticas apoiadas por ações não cinéticas, particularmente levadas a efeito pelas Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), interagiram de forma integrada, de modo a conferir sinergia dos esforços do Comando Conjunto.

As Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação metodologicamente integrada de CRI, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional (EB20-MC10.213, Operações de Informação, 1ª Edição, 2014, p.3-1).

Para obter a superioridade de informações⁶, o Comando Conjunto lançou

5 A fonte C Cj, 2018 publicou as seguintes abreviaturas: Cmte, Sub Ch, Ass jur e Bda Pqdt. Entretanto, as abreviaturas corretas, conforme o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (3ª Edição/2008) são: Cmt, S Ch, Asse Jur e Bda Inf Pqdt.

6 É traduzida por uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas

mão das CRI, destacando-se: a Comunicação Social (Com Soc), as Operações Psicológicas (Op Psc), a Guerra Eletrônica (GE), a Guerra Cibernética (G Ciber) e a Inteligência (Intlg). Além dessas CRI, os Assuntos Cíveis (As Cív) também foram empregados para apoiar os esforços das Operações de Informação do Comando Conjunto durante a Intervenção.

Doravante, este artigo tratará das capacidades de comunicação social, operações psicológicas, inteligência e dos assuntos cíveis relacionados ao Comando Conjunto e suas atuações no contexto da Intervenção Federal.

3. COMUNICAÇÃO SOCIAL⁷

A Comunicação Social, diante da importância crescente da informação em um mundo cada vez mais conectado e interdependente, esteve inserida em todas as atividades do Comando Conjunto, particularmente no emprego, constituindo-se em importante ferramenta no processo de planejamento e condução das operações.

A fim de atender à missão de “diminuir os índices de criminalidade”, coube às tropas no terreno o enfrentamento e a dissuasão das organizações criminosas. Nessa empreitada, incumbia à Célula D7 o encargo de coordenar as atividades de Comunicação Social, de maneira a aumentar a percepção da sensação de segurança, pela atuação eficaz junto à imprensa.

O ambiente informacional mostrou-se hostil em grande parte do período da Intervenção. Logo após a assinatura do Decreto Presidencial, diversos grupos de interesse passaram a compartilhar opiniões em redes sociais e na grande mídia, levantando questões quanto à legitimidade da medida e às possíveis ameaças à garantia dos direitos humanos com o emprego do Exército nas ruas do Rio de Janeiro. Como agravante, o ano eleitoral foi fator de acirramento de convicções opostas, levando candidatos a apoiarem ou criticarem as ações militares desencadeadas durante a Intervenção.

Diante de tamanha exposição do Comando Conjunto – de empreender ações em força no meio do povo, foi importante estabelecer premissas, como a necessidade de proteger a imagem das Forças Armadas, que gozam de ampla con-

habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional (espectros eletromagnético, cibernético e outros) por determinado tempo e lugar (PORTARIA Nº 309-EME, de 23 DEZ 14 – Catálogo de Capacidades do Exército).

7 Comunicação Social pode ser entendida como uma série de ações segundo as quais se pode exprimir ideias, sentimentos e informações visando ao estabelecimento de relações e soma de experiências (Manual de Campanha EB20-MC10.213 Operações de Informação, 1ª Edição, 2014, p.4-2).

fiabilidade da população brasileira. Era preciso que a divulgação de notícias e imagens fora de contexto, veiculadas especialmente em redes sociais, com a finalidade de desgastar as Forças Armadas, caracterizando as *Fake News* contrárias à Intervenção Federal, fossem prontamente esclarecidas.

A centralização de estruturas do D7 e Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste assegurou a celeridade nas respostas, a unidade de pensamento e a coerência das informações repassadas ao público externo. A arquitetura de comunicação social adotada conectava os diferentes atores ligados às operações de GLO, conduzidas pelo C Cj, ao Gabinete de Intervenção Federal, estabelecendo um canal técnico entre os níveis político, estratégico e operacional. Ainda foi definido que os resultados das operações militares seriam consolidados pela Célula de Operações (D3), o que assegurou informações de uma fonte única de dados.

Dentre as três atividades da comunicação social, as informações públicas ficaram sob encargo do Comando Conjunto. Por sua vez, a divulgação institucional e as relações públicas ficaram a cargo do Gabinete de Intervenção Federal e do Comando Militar do Leste.

A assessoria de imprensa teve como principais atribuições informar e responder aos questionamentos da mídia (mais de 1.800, de fevereiro a dezembro de 2018), bem como fornecer a palavra oficial do Comando Conjunto. As ferramentas tradicionais foram empregadas em sua plenitude: notas à imprensa (mais de setenta), notas de balanço durante ou após as operações, coletivas de imprensa conduzidas pelo porta-voz e *press release* com informações prévias de eventos que não envolviam sigilo. A rapidez no atendimento aos pedidos recebidos (por vezes antecipando informações que ainda não tinham sido solicitadas) e a precisão de informações demonstraram transparência na comunicação, contribuindo para a credibilidade e eficiência do Comando Conjunto.

O Comando Conjunto não operou plataformas de redes sociais. Entretanto, o sítio eletrônico e a conta no *Twitter* do Gabinete de Intervenção Federal, e do próprio Comando Militar do Leste, além da TV CML no *Youtube*, atuaram na dimensão informacional e foram de extrema importância, pois publicavam também os eventos realizados pelas tropas federais, contribuindo para uma imagem positiva das ações militares.

Com o objetivo de dar maior visibilidade às ações, em algumas oportunidades foi executado sobrevoo de helicóptero na área de operações com participação da imprensa a bordo. Esses profissionais embarcaram na aeronave e tiveram condições de realizar imagens e matérias com visão privilegiada, melhorando a

compreensão do ambiente operacional. O bom trato com a imprensa também foi fator de êxito na comunicação.

O apoio à produção de matérias por veículos de comunicação nacionais e estrangeiros foi outra atividade desenvolvida pela equipe de Comunicação Social, com acompanhamento inclusive no interior da área de operações. *The New York Times*, O Globo, Globo News, BBC, SBT, TV Bandeirantes e CGTN (*China Global Television Network*) foram alguns exemplos, todos com repercussão positiva para o emprego das tropas.

Figura 3 – Acompanhamento de reportagem no interior da área de operações



Fonte: Sistema Brasileiro de Televisão (2018)

O fornecimento de dados sobre as operações também contribuiu para a geração de publicações espontâneas nos veículos de comunicação, nas diversas plataformas existentes. Os resultados dessas publicações ajudaram a fomentar a percepção da sociedade sobre o trabalho da tropa, destacando mais um resultado positivo das ações de comunicação social. Outra importante tarefa desempenhada foi a análise das matérias publicadas pela mídia. Essa ferramenta proporcionou aumento da consciência situacional do Comando Conjunto.

Por ocasião do encerramento da Intervenção Federal, a percepção de melhora na sensação de segurança por parte da sociedade fluminense foi obtida. A imagem das Forças Armadas saiu fortalecida pelo êxito alcançado. Os meios de comunicação que inicialmente desacreditavam a Intervenção Federal tiveram que dobrar-se aos resultados publicados pelo Instituto de Segurança Pública com a significativa redução de diversos indicadores de criminalidade.

Tal melhora é identificada pela comparação da angulação entre matérias jornalísticas publicadas em fevereiro de 2018 e outras publicadas em dezembro de 2018. Ressalta-se ainda que, em dezembro, colunas editoriais (que refletem a opi-

ção do veículo de comunicação) apresentaram opiniões positivas acerca do desempenho das Forças de Segurança no contexto da Intervenção Federal.

Figura 4 – Notícia divulgada no início da Intervenção Federal



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo – 26 de fevereiro de 2018

Figura 5 – Notícias divulgadas no final da Intervenção Federal

Queda nos índices de violência reflete trabalho da intervenção

Legado deixado por militares, sobretudo no que diz respeito à integração, precisa ser mantido

Fonte: Editorial do Jornal O Globo – 21 de dezembro de 2018

O GLOBO RIO Assinatura BUSCAR ACESSO NO f t i

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Intervenção Federal na segurança reduz índices de homicídios e principais roubos

De 12 tipos de crimes, 8 registraram queda. Mortes decorrentes de ações policiais aumentaram

Elenice Bottari
27/12/2018 - 04:30 / Atualizado em 07/01/2019 - 14:18



Operação do Exército na Avenida Brasil, na altura da Vila Kennedy, para combater o roubo de carga. Foto: Arquivo / 19/06/2018 / Guilherme Pinto / Agência O Globo

Fonte: Página eletrônica jornal O Globo – 27 de dezembro de 2018

O emprego da CRI Comunicação Social associado à manobra tática teve efeito favorável na dimensão informacional, protegendo o C Cj do surgimento de versões falsas dos fatos. A atuação da comunicação social após as operações também preservou as tropas e a opinião pública das “pós-verdades” produzidas por entes de interesses escusos. Dessa forma, a comunicação social cooperou para a construção de narrativa lastreada em dados e fatos concretos.

4. OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS⁸

As Operações Psicológicas constituíram instrumento de relevância durante a Intervenção Federal. Elas foram planejadas e executadas pelo Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) que, por ser a única estrutura especializada nesta atividade, atuou hora em prol do Gabinete de Intervenção Federal, hora em proveito do Comando Conjunto. Operar em benefício dos níveis político-estratégico e tático-operacional acarretou vultosa carga de trabalho para o Destacamento.

Células funcionais do Estado-Maior do Comando Conjunto trabalharam em coordenação com o DOP, que designou um Oficial de Ligação (O Lig), agilizando o atendimento às demandas providas, principalmente, das Células de Inteligência e de Operações. Dentre as necessidades, o apoio ao Comando Conjunto para obter a consciência situacional permitiu a tomada de decisões acertadas, especialmente na condução de operações.

Para manter o sigilo sobre o local onde seria conduzida uma operação, de forma integrada, o DOP participou ativamente nas manobras de finta, conduzindo operações de dissimulação. Também ocorreu a integração das Operações Psicológicas e de Assuntos Cíveis. Nas ações comunitárias, particularmente nas Ações Cívico Sociais (ACISO), o DOP teve desempenho significativo na divulgação dos eventos, estimulando a participação das pessoas residentes nas cercanias dos locais de realização das ACISO. Para tanto, propagandas de áudio e cartazes foram utilizados, atraindo um grande número de moradores para o local onde ocorriam as atividades planejadas.

8 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS – Operações que incluem as ações psicológicas e a guerra psicológica e compreendem ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em grupos - inimigos, hostis, neutros ou amigos - emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de objetivos nacionais (MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas, 2015, p.196).

Figura 6 – Material utilizado em ações comunitárias



Fonte: Comando Conjunto (2018)

Outra forma de emprego bem sucedida do DOP foi a disseminação de panfletos com números do Disque-Denúncia e da Ouvidoria. Esta divulgação gerou um aumento significativo de contribuições anônimas, com informes sobre criminosos, chegando a aumentar em 300% durante uma operação conduzida na Vila Kelson, localizada no Complexo da Maré.

A conjugação do meio aéreo com as Operações Psicológicas serviu para demonstrar força e capacidade dissuasória, contribuindo para a construção de uma narrativa favorável à imagem das Forças Armadas, colaborando na manutenção da imagem positiva da Intervenção Federal. Como exemplo, houve a disseminação de panfletos por helicóptero nos complexos do Salgueiro e Jardim Catarina, em duas oportunidades, obtendo grande repercussão nas mídias de massa, com lugar de destaque nas manchetes dos principais veículos de comunicação.

Figura 7 – Material incentivando o uso do Disque-Denúncia e repercussão na mídia



Fonte: Comando Conjunto (2018)

Ações também foram planejadas para protegerem a tropa da desinformação decorrente de *fake news* nas mídias sociais. Tais ações visaram fortalecer as virtudes militares da tropa, sua motivação, disciplina e coesão.

Destaque especial deve ser dado à campanha de conscientização contra o comércio ilegal de produtos oriundos de cargas roubadas. A veiculação dessa propaganda teve apoio de colaboradores, permitindo sua exposição em locais de grande circulação de pessoas, especialmente onde havia forte incidência do comércio

ilegal: no interior de trens e metrô do Rio de Janeiro.

Figura 8 – Campanha contra roubo de cargas



Fonte: Comando Conjunto (2018)

As atividades realizadas com apoio do Destacamento de Operações Psicológicas contribuíram para a mudança de percepção por parte dos públicos-alvo alcançados. Elas ainda ajudaram na preservação das virtudes militares morais da tropa.

5. INTELIGÊNCIA

A Inteligência atuou de forma transversal em todas as ações do Comando Conjunto. Sua missão de buscar o dado negado, alimentando o sistema de comando, foi imprescindível para o êxito da missão.

No Estado-Maior Conjunto (EM Cj), a célula funcional de inteligência foi chefiada por Oficial do Quadro de Estado-Maior do Exército (QEMA) ou da Marinha do Brasil (MB), tendo outros oficiais superiores como adjuntos. A fim de garantir a integração com as demais células funcionais, o Subchefe do Estado-Maior da MB (ver Figura 2) tinha como atribuição coordenar e integrar as ações das Células Funcionais de Inteligência (D2) e Operações (D3/D5), de modo a realizar o planejamento e acompanhamento das operações, que totalizaram cerca de 215 (duzentas e quinze) durante a Intervenção Federal.

Em cada operação desencadeada eram designados D2 específicos. Essa sistemática permitiu a racionalização dos recursos humanos disponíveis, privilegiando a especialização dos oficiais encarregados de cada operação. Além disso, os oficiais de inteligência do EM Cj aprofundaram seus conhecimentos sobre determi-

nados ilícitos, como roubo de cargas e veículos, por exemplo, o que proporcionou assessoramento oportuno e preciso quanto ao emprego das tropas.

O emprego do Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) e de aeronaves equipadas com o sistema de Olho da Águia (SOA) possibilitou o aumento da consciência situacional, vital ao processo decisório. A combinação de dados obtidos por fontes humanas, de sinais e de imagens garantiu a obtenção da superioridade de informações⁹.

Entretanto, o emprego eficaz da inteligência não pressupõe ausência de confronto, simplesmente porque o modo de obtenção da informação desejada é dependente do comportamento do alvo que a retém. Nesse sentido, houve fricção entre as tropas do C Cj e facções criminosas. Entretanto, o desgaste foi muito maior do lado que não era apoiado pela inteligência.

Diante dos resultados alcançados, pode-se constatar que a integração de capacidades relacionadas à informação, capitaneadas pela Inteligência, viabilizou aumento na eficácia dos elementos do poder de combate do Comando Conjunto.

6. ASSUNTOS CIVIS

As Operações Conjuntas de Assuntos Civis¹⁰ tiveram maior atuação nos trabalhos típicos de Cooperação Civil-Militar¹¹ (CIMIC), nos quais as agências envolvidas cooperaram e integraram esforços para oferecerem serviços às comunidades

9 É traduzida por uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional (espectros eletromagnético, cibernético e outros) por determinado tempo e lugar.

10 ASSUNTOS CIVIS – Conjunto de atividades referentes ao relacionamento do comandante e dos demais componentes de uma organização ou força militar com as autoridades civis e a população da área ou território, sob a responsabilidade ou jurisdição do comandante desta organização ou força. Compreendem comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo (MD35-G-01 – Glossário de Termos das Forças Armadas, 2015, p.39).

11 Cooperação Civil-Militar – Função militar de ligação entre o comandante de uma força militar e as organizações civis com presença ativa em um ambiente operacional. São ações não estritamente realizadas em proveito dos civis. Tem por finalidade a participação dos militares na realização dos objetivos civis do plano de operações em todos os domínios, mas especialmente nos culturais, econômicos, sociais, de segurança pública e de proteção civil (MD 35-G-01-Glossário de Termos das Forças Armadas, 2015, p.77).

carentes selecionadas, tudo sob coordenação do C Cj.

Não faltam comunidades carentes na capital fluminense. A cidade do Rio de Janeiro vive o resultado da sucessão de administrações deficitárias no atendimento aos anseios sociais. Diversas causas, que não são foco deste trabalho, contribuíram para isso. Muito embora as ações assistenciais realizadas pela tropa não tenham a finalidade de resolver definitivamente as mazelas existentes nas comunidades, ao menos conseguem levar lampejo de cidadania e de esperança aos mais necessitados.

A atividade CIMIC atuou em comunidades e outros locais de grande circulação nas quais seus efeitos contribuíram para a conquista dos objetivos militares e para a garantia de um ambiente seguro e estável. Dessa forma, o emprego de esforços nesse sentido não foi dissociado da campanha militar em curso, pelo contrário, foram sincronizados quanto ao momento e locais apropriados, a fim de produzirem resultados intangíveis que contribuíssem para o sucesso da operação.

Foi encargo da Seção de Relações Institucionais do Comando Militar do Leste a tarefa de coordenar, no nível político-estratégico, as autoridades e lideranças dos componentes civis que poderiam participar das ações civis e militares em apoio à população. O estabelecimento dos pontos de contato institucionais, entre o C Cj e atores externos às Forças Armadas, contribuiu para que as ações tivessem sinergia. O conhecimento mútuo entre as instituições e a metodologia de trabalho conjunto de diversas agências fazem parte do legado intangível que a Intervenção Federal deixou para o Rio de Janeiro.

As Ações Comunitárias¹² reuniram esforços de instituições militares (MB, EB, FAB, PMERJ e CBMERJ), das instituições civis (Governo do Estado do Rio de Janeiro; Serviço Social do Comércio (SESC); Prefeituras do Rio de Janeiro, de Belford Roxo e de São Gonçalo; Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE); Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB); METRÔ RIO; SUPERVIA) e Fundação Leão XIII. As atividades desenvolvidas pelas Ações Comunitárias ocorreram em três grandes eixos: Saúde, Cidadania e Esporte, cultura e lazer.

A área de Saúde era conduzida majoritariamente por meios militares (MB, EB, FAB, CMBERJ e PMERJ), apoiando a atividade com profissionais (médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentre outros), materiais e viaturas. As Secretarias Municipais de Saúde, bem como a do Estado do Rio de Janeiro, participaram, de maneira limitada, com profissionais de saúde e material. Nas co-
12 AÇÃO COMUNITÁRIA – Atividade que visa, em cooperação com as lideranças civis, a estimular o espírito comunitário do cidadão brasileiro, a fim de preparar a comunidade para se auto-assistir e manter, em qualquer situação, a normalidade da vida comunitária (MD35-G-01 – Glossário de Termos das Forças Armadas, 2015, p.17).

munidades carentes, a área de Saúde é bastante procurada devido às dificuldades das famílias comparecerem aos postos de saúde ou hospitais.

Na área de Cidadania, o apoio das secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro foi fundamental, pois essas entidades possuem condições de proporcionar os diversos serviços afetos, tais como: emissão de carteira de identidade, de certidões de nascimento, casamento e óbito; isenções de taxas; atendimento ao idoso; atendimento ao benefício do Programa Bolsa Família; emissão do Cartão do SUS; dentre outros. Destaca-se a atuação da fundação que tratou especificamente de atendimento oftalmológico, desde a consulta até o fornecimento de óculos, tendo excelente receptividade.

Figura 9 – Atendimento na área de cidadania em Ação Comunitária

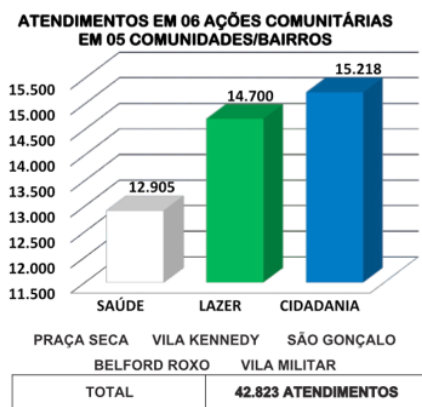


Fonte: Comando Conjunto (2018)

Na área de Esporte, Cultura e Lazer foram oferecidas diversas atrações para as crianças, jovens e adultos. Durante o atendimento de saúde e das ações de cidadania, eram realizadas apresentações de bandas de músicas civis e militares. Para entreter as crianças enquanto as mães eram atendidas, colocavam-se à disposição brinquedos infláveis, oficinas de pintura e de danças, apresentações de grupos de dança, dentre outros.

Os resultados conquistados pelas Ações Comunitárias, proporcionando milhares de atendimentos nos eventos realizados na Vila Kennedy, Praça Seca, Jardim Catarina, Belford Roxo e Vila Militar, permitiram que as mais de 42 mil pessoas atendidas experimentassem uma sensação de bem-estar e cidadania.

Figura 10 – Quantidade de atendimentos à população



Fonte: Comando Conjunto (2018)

Graças às Ações Comunitárias, o Comando Conjunto passou a ter uma visibilidade que foi além das ações em força realizadas pela tropa e sempre documentadas pelos órgãos de comunicação. Foi possível mostrar os benefícios de residir em uma área onde o Estado está presente, disponibilizando os serviços públicos aos cidadãos. Nessas áreas, onde as organizações criminosas aproveitam para subjugar seus moradores, ameaçando-os para evitar que haja contato com os militares, bem como propagando falsas informações sobre as intenções do C Cj, de modo a incutir o medo na população, as Ações Comunitárias demonstraram ser possível viver sob os auspícios de um estado democrático de direito.

Após o enfrentamento desses grupos dominadores, as ações comunitárias visaram tornar mais fluidos os contatos e a coexistência dos cidadãos locais e dos cidadãos fardados. Essa mudança de percepção favoreceu o estabelecimento de relação de confiança entre populares, lideranças locais e sensores de inteligência, o que contribuiu para maior rapidez no ciclo das informações, facilitando o processo de tomada de decisão.

Uma outra atividade desenvolvida, além das ações comunitárias, foi a de coordenação com organizações civis. As empresas METRÔ RIO e SUPERVIA (de trens urbanos) autorizaram a difusão de panfletos e mensagens de som para os passageiros, também divulgando o “disque denúncia” no interior das

composições e nas estações e plataformas, abrangendo um grande número de usuários diariamente.

Nessa mesma conjuntura, distingue-se também o efeito de fortalecimento da imagem da Instituição e do vínculo do Comando Conjunto com a população, em detrimento da liderança do crime organizado. Neste caso, as ações realizadas ultrapassaram os limites das comunidades, uma vez que os feitos foram disseminados pelas diversas mídias que cobriram ações ligadas à Intervenção Federal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro desencadeou um intenso debate sobre suas condicionantes. Em particular, o ambiente informacional tornou-se palco da guerra de narrativas de diferentes posições.

Para a obtenção da vantagem informacional, as Capacidades Relacionadas à Informação (comunicação social, operações psicológicas, guerra eletrônica, guerra cibernética e inteligência) e o vetor de assuntos civis foram empregados sinergicamente, buscando informar e influenciar grupos e indivíduos, protegendo o ciclo decisório do Comando Conjunto e afetando o das organizações criminosas. Tais ações na dimensão informacional foram empreendidas de maneira coordenada com os atuadores cinéticos, a tropa nas ruas, tendo assim, substancial influência nos resultados.

A efetividade da atuação do C Cj no ambiente informacional pode ser verificada na precisão da atuação das tropas, permitindo economia de meios e de tempo, além dos relevantes frutos das operações na contenção da criminalidade. Esse produto final, traduzido em números expressivos, propiciou o aumento da percepção de segurança e consequente estabilidade no Estado do Rio de Janeiro.

A eficácia da atuação de cada capacidade relacionada à informação presente no Comando Conjunto buscando contribuir para o resultado comum nas operações, permitiu à população o acesso às informações sobre a atuação das tropas. Essa transparência demonstrada nas informações prestadas por meio de ouvidoria, da assessoria de imprensa ou da propaganda, protegeu a opinião pública de falácias contrárias à Intervenção Federal, transmitindo a mensagem de legalidade durante o período considerado.

A eficiência da atuação das tropas na dimensão informacional ficou evidente no apoio da opinião pública à Intervenção Federal. Com mais de 70% de aprovação popular – resultante de trabalho de todos os envolvidos: órgãos de segurança pública, forças militares do Comando Conjunto, e diversas outras entidades pú-

blicas – as ações capitaneadas pelas Forças Armadas tiveram o reconhecimento da sociedade.

Por fim, a missão foi cumprida, absolutamente respaldada pela Constituição e pelas leis complementares brasileiras. Nas palavras do General Villas Bôas, “o Exército é uma instituição de Estado, e nos momentos de crise as instituições sólidas acabam se tornando referência para a sociedade como um todo. A ela miram e dela aguardam atitudes que sinalizem como sair da crise”¹³. A premissa se amplia à Marinha do Brasil e à Força Aérea, que juntas, mais uma vez escreveram páginas memoráveis na história da pátria.

13 Comandante do Exército prega respeito à Constituição. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/comandante-do-exercito-prega-respeito-constituicao-18952888>. Acesso em 3 de junho de 2019.

A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE ADESTRAMENTO - LESTE NA PREPARAÇÃO DAS TROPAS DO COMANDO CONJUNTO (C Cj) E NAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TC Cav QEMA ANDRÉ RICARDO DA CONCEIÇÃO BARRETO

1. INTRODUÇÃO

Por meio do Decreto Presidencial nº 9288, de 16 de fevereiro de 2018, foi decretada a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

O Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (GIF/RJ) apresentou, em 29 de maio de 2018, um Plano Estratégico com a finalidade de “estabelecer as bases do planejamento estratégico e de gestão das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do GIF/RJ”. O Plano apresentou estratégias de gestão, reestruturação e integração entre os Órgãos de Segurança Pública (OSP).

Considerando o tempo da intervenção, a complexidade e a abrangência das ações a serem realizadas, o Plano expôs ações denominadas “**emergenciais**”, que buscavam resultados de curto prazo e “**ações estruturantes**” e que visavam resultados a médio e longo prazo. O Gabinete teve 4 (quatro) objetivos apresentados no seu Plano Estratégico:

- diminuição dos índices de criminalidade;
- recuperar a capacidade operativa dos OSP do Estado do RJ e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP);
- articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos; e
- fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) passou a realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), visando pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, a fim de **proporcionar a melhoria da sensação de segurança da população fluminense e a redução dos índices de criminalidade**.

A expressão militar da solução da questão de Segurança Pública no RJ ficou a cargo do Comando Conjunto (C Cj), representado pelo Comando da 1ª Divisão de Exército, que comandou e coordenou pessoal e meios pertencentes às três Forças Armadas até 31 de dezembro de 2018, buscando também integrar suas

ações com os Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado.

Levando-se em conta esse ambiente operacional, cabe ressaltar os inúmeros desafios superados pelo Comando Conjunto e por suas tropas subordinadas para o cumprimento de suas missões durante a Intervenção Federal, dos quais se destacaram:

- um ambiente operacional extremamente difuso e complexo, onde as operações militares eram realizadas em áreas altamente humanizadas;

- as características de um combate assimétrico, cujo Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP) estava no meio da população, com a vantagem de ser o conhecedor do terreno, utilizando-se de táticas tipicamente de Forças Irregulares, sem respeitar qualquer tipo de norma de conduta nos combates e, tampouco, a segurança da população das comunidades que dominavam;

- a forte presença da mídia, a qual, por vezes, apresentava conduta desfavorável à atuação das Forças de Segurança, buscando explorar em algumas oportunidades as possíveis falhas das ações da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro;

- a necessidade de se manter o apoio da população para o desenvolvimento das operações, além de se buscar incessantemente a integração e o apoio dos OSP do Estado do Rio de Janeiro; e

- a necessidade de atuar com efetividade contra APOP fortemente armados, preservando a segurança da tropa e da população, mitigando as possibilidades de danos colaterais decorrentes das operações.

Diante das diversas ocorrências de confrontos entre as tropas do EB e os APOP, ao longo do primeiro semestre de 2018, o Comandante Conjunto identificou a necessidade de intensificar o adestramento de suas frações operacionais, visando o aprimoramento e o nivelamento de Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) afetos às ações de combate urbano, no contexto das Op GLO. Do mesmo modo, o GIF/RJ realizou uma avaliação da capacidade operativa da PMERJ e identificou que necessitaria aplicar um Programa de Treinamento naquele OSP, capaz de proporcionar ao Policial Militar maior efetividade nos confrontos com criminosos fortemente armados.

Por atribuição do GIF/RJ e do C Cj, coube ao Centro de Adestramento-Leste (CA-Leste) a missão de contribuir para o Programa de Recuperação da Capacidade Operativa da PMERJ e para o Preparo das Tropas do EB, empregadas na Intervenção Federal. Além disso, o Centro ainda contribuiu para o desenvolvimento de um projeto de proteção balística para as Viaturas Marruá, empregadas pelas tropas nas operações no RJ, bem como, em conjunto com o 15º RC Mec, atuou na elaboração e validação de procedimentos operacionais para emprego das Viaturas Lince, recém adquiridas pelo EB e já empregadas nas Op GLO durante a Intervenção Federal.

O CA-Leste é um Centro de Excelência do EB, que possui uma expertise de treinamento de tropas acumulada há mais de 22 anos de sua história, apoiada em

modernos meios de simulação de combate existentes nessa OM. As peculiaridades dessa organização tornaram possível proporcionar importante contribuição à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, conforme o que será exposto a seguir.

2. O CENTRO DE ADESTRAMENTO - LESTE

O CA-Leste, Centro de Adestramento General Álvaro Braga, foi criado no ano de 1996¹, com a denominação de Centro de Avaliação de Adestramento do Exército (CAAdEx), como uma resposta do Exército Brasileiro à necessidade de avaliar a qualidade do adestramento de suas tropas, seguindo uma tendência mundial das Forças Armadas na criação de organismos especializados na preparação e certificação de seus combatentes.

O CAAdEx adquiriu extensa experiência na Simulação Viva², estando vocacionado para o adestramento de tropas, como a Infantaria Paraquedista, Infantaria Leve, Infantaria Motorizada, Infantaria Mecanizada e Operações Especiais. Ao longo de sua história, as Forças de Emprego Estratégico foram os principais clientes da atividade do CAAdEx. Entretanto, sob coordenação do Comando de Operações Terrestres (COTER), diversas outras Brigadas realizaram exercícios no terreno com emprego da Simulação Viva. Mais de 50 (cinquenta) Organizações Militares, de cerca de 16 (dezesesseis) Brigadas do EB, passaram pelos olhares atentos dos Observadores e Controladores do Adestramento (OCA) do CAAdEx, aprimorando as competências das tropas adestradas e contribuindo para o estado de prontidão da Força Terrestre, tanto para as Operações de Defesa da Pátria, quanto para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Outras contribuições dessa Unidade para o Exército foram os apoios prestados na preparação dos contingentes de Força de Paz da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), em cooperação com o Centro Conjunto

1 O CA-Leste recebeu a denominação histórica de Centro de Adestramento General Álvaro Braga, em homenagem ao General de Exército Álvaro Alves da Silva Braga, militar que dedicou sua vida profissional à Instrução Militar. Como Capitão, publicou, no ano de 1937, o livro “Problemas de Instrução”, obra que serviu de um verdadeiro guia para os oficiais daquela época, no que se referia ao adestramento das frações de infantaria. Tal obra foi uma das precursoras dos atuais Programas Padrão de Instrução Militar. Destacou-se ainda por sua participação na Revolução de 1930, na Revolução 1935 e na preparação da 1ª DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária) da FEB (Força Expedicionária Brasileira), na 2ª Guerra Mundial (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, Fundação Getúlio Vargas).

2 A **Simulação Viva** envolve pessoas reais, operando sistemas reais (armas, viaturas e equipamentos), no ambiente real. Esta modalidade caracteriza-se pelo emprego dos Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático (DSET), um sistema capaz de simular os efeitos destrutivos do combate, por meio de emissores laser nos armamentos e receptores em coletes individuais e em viaturas (Diretriz para o Funcionamento do Sistema de Simulação do Exército – SSEB, EB20-D-10.016, 2014).

de Operações de Paz (CCOPAB). De 2004 até 2017, o Centro participou da preparação de 15 (quinze) contingentes, focando no aperfeiçoamento das TTP de combate para aquele tipo de missão. Esse trabalho tem sido continuado por meio dos treinamentos das tropas alocadas ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS - *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*), como o realizado em 2017 com a 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha) e com a Companhia de Polícia do Exército de Força de Paz (Cia PE F Paz), em 2018.

Em setembro de 2017, por meio da Portaria nº 1.270 do Comandante do Exército, o CAAdEx passou a ser denominado **Centro de Adestramento - Leste**. Dessa mudança, fruto de um natural processo de evolução do Preparo da Força Terrestre, recebeu a missão de implementar e executar as modalidades de Simulação de Combate Virtual e Construtiva³, adicionalmente à Simulação Viva, já consagrada no Centro. Assim, a missão do CA-Leste pode ser sintetizada em: “contribuir para o preparo da Força Terrestre, conduzindo o adestramento de tropas, visando o emprego em operações no amplo espectro dos conflitos⁴, aos níveis mais próximos da realidade, por meio da Simulação de Combate”.

O CA-Leste, desde sua criação, realiza adestramentos com o emprego da Simulação Viva, valendo-se de quatro pilares pertencentes a essa modalidade: **Força Oponente (ForOp), Observadores e Controladores do Adestramento (OCA), Dispositivo de Simulação de Engajamento Tático (DSET) e Análise Pós-Ação (APA)**.

A **Força Oponente** é uma tropa orgânica do CA-Leste, formada por militares profissionais e com alto nível de adestramento, que tem como propósito apresentar o grau de dificuldade adequado ao combate simulado, como força de oposição à

3 A Simulação de Combate pode ser definida como a reprodução, conforme regras pré-determinadas, de aspectos específicos de uma atividade militar ou da operação de material de emprego militar, empregando um conjunto de equipamentos, softwares e infraestruturas. Pode ser conduzida em três modalidades: **Simulação Construtiva, Simulação Virtual e Simulação Viva**. As modalidades diferem-se de acordo com o nível de participação humana e dos ambientes:

- **Simulação Virtual** envolve pessoas reais, operando sistemas simulados ou gerados no computador, no ambiente simulado. A simulação virtual caracteriza-se pelo uso de ferramentas que emulam o equipamento real, como simuladores de voo e cabines de simulação de carros de combate.

- **Simulação Construtiva** envolve pessoas simulando tropas, operando sistemas simulados, em ambiente simulado. Conhecida como Jogos de Guerra, a simulação construtiva tem a finalidade de adestrar os escalões Brigada e Divisão de Exército, bem como os Estados-Maiores desses escalões (Brasil, 2014).

4 É o Conceito Operativo do Exército, que interpreta a atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos nas operações, **mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, Cooperação e Coordenação com Agências, simultânea ou sucessivamente**, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, **em situações de Guerra e de Não Guerra** (Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações. 5ª Edição, Brasília, 2017).

Força Adestrada (F Adst). A ForOp adota a doutrina de acordo com a missão que lhe é atribuída, seja como força regular, irregular ou APOP (Agente Perturbador da Ordem Pública), impondo dificuldades ao cumprimento da missão da tropa em adestramento, levando o exercício a níveis de fidelidade mais próximos possíveis da realidade do combate.

Os **OCA** são militares dotados de experiência militar e de capacidades técnicas e táticas para conduzir e controlar adestramentos. Eles mantêm a neutralidade durante o exercício e arbitram os combates simulados, zelando sempre pela segurança e coletando observações, objetivas e subjetivas, relevantes a serem exploradas por ocasião da APA.

Os **DSET** são equipamentos que permitem a verificação objetiva dos engajamentos realizados entre a F Adst e a ForOp nos adestramentos. Atualmente, os DSET usados pelo CA-Leste são de origem sueca, da fabricante SAAB, sendo em número suficiente para mobiliar um Companhia reforçada e um pelotão da ForOp. O Centro ainda conta com simulacros de armadilhas explosivas improvisadas, antipessoal e anticarro, simulacros de granada de mão, simulacros de canhão sem recuo Carl Gustav e AT- 4.

Por fim, a **APA** é o processo conduzido por um mediador, entre os OCA, a ForOp e a F Adst, a fim de que se obtenha o entendimento das relações de causa e efeito, relativas às situações vivenciadas no adestramento. Procura-se extrair desse debate os ensinamentos que levam, a curto prazo, ao aprimoramento dos militares treinados, e a longo prazo, das TTP utilizadas pela Força Terrestre.

Figura 1 – Os Pilares do Adestramento por meio da Simulação Viva



Fonte: CA-Leste

3. A ATUAÇÃO DO CA-LESTE NO APOIO ÀS AÇÕES DO GIF/RJ PARA A RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No que diz respeito ao atingimento de um dos Objetivos Estratégicos propostos pelo GIF, relacionado à recuperação da capacidade operativa dos OSP, o Exército Brasileiro participou da condução de um programa de treinamento de policiais militares, sob a coordenação do Centro de Coordenação Tático Integrado do GIF (CCTI/GIF), integrado por elementos do Comando de Operações Especiais do EB (COPEsp) contando, também, com o apoio do CA-Leste, como forma de contribuir para o aprimoramento da capacidade técnica, tática e operacional da PMERJ.]

Como parte dessa capacitação, policiais militares foram inseridos no Estágio de Aplicações Táticas (EAT), sob encargo do Comando de Operações Especiais da PMERJ (COE) e supervisão do CCTI/GIF. Durante esse Estágio, 560 (quinhentos e sessenta) policiais militares, de diversas organizações policiais militares, participaram de um treinamento conduzido pelo CA-Leste.

Esses policiais tiveram a oportunidade de realizar um treinamento o mais próximo possível da realidade da cidade do Rio de Janeiro, empregando suas TTP, utilizando os DSET, com a atuação de uma Força Oponente (ForOp) e sob o acompanhamento dos OCA, meios disponíveis no Centro. O treinamento consistiu na realização de três oficinas básicas: Pista de Técnica de Ação Imediata (TAI) durante o Patrulhamento Motorizado, Progressão em Área Edificada e Tiro Real da Guarnição Policial.

Foram exploradas nessas atividades: a conduta adequada do policial militar durante a progressão em ambiente urbano, a utilização de maneira eficiente de seu armamento individual e procedimentos de segurança em caso de policiais feridos em combate, além da prática do tiro real, que foi conduzida por integrantes do CopEsp.

As atividades conduzidas pelo CA-Leste prestaram uma importante contribuição para a redução da carência de adestramento das tropas da PMERJ, particularmente aos assuntos afetos às TTP de combate urbano e Técnicas de Atendimento de Saúde em operações. Seguramente, os conhecimentos colhidos pelos policiais militares nesse estágio serão difundidos no âmbito da corporação. O adestramento realizado proporcionará maior efetividade da Polícia Militar durante suas missões em áreas conflagradas do Rio de Janeiro, preservando vidas de agentes de segurança e de civis, mitigando os riscos dos danos colaterais em ações policiais.

Figura 2 – Treinamento de Policiais Militares no CA-Leste



Fonte: <https://destakjornal.com.br/cidades/rio-de-janeiro/detalhe/pms-fazem-curso-de-reciclagem-com-equipamentos-de-ponta-do-exercito>.

4. CONTRIBUIÇÃO DO CA-LESTE PARA O ADESTRAMENTO DE TROPAS DO COMANDO CONJUNTO

As operações realizadas pelo Comando Conjunto, durante o período da Intervenção Federal no Estado no Rio de Janeiro, foram denominadas “Operações Furacão”, as quais consistiram na realização de patrulhas motorizadas, investimentos e cercos em localidades de alto risco, vasculhamento de áreas, vistorias em presídios, ações comunitárias e ações cívico-sociais.

Para se obter o êxito diante das complexas missões a serem executadas, houve a necessidade de se implementar um programa de adestramento de tropas vocacionado a nivelar conhecimentos sobre técnicas, táticas e procedimentos inerentes ao combate em ambiente urbano.

De forma semelhante ao treinamento ministrado à PMERJ, a partir de 07 de julho de 2018, o CA-Leste foi encarregado de realizar o nivelamento da instrução do Programa de Adestramento Básico para as Op GLO (PAB-GLO) do efetivo operacional designado pelo Ccj.

Os exercícios tiveram por finalidade aumentar o desempenho geral da tropa que atuaria no contexto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, foram treinados 183 (cento e oitenta e três) pelotões, com suas frações constituídas, totalizando mais de 5.129 (cinco mil cento e vinte e nove) militares, das seguintes tropas:

- | | | |
|----------------------|-----------------------|--------|
| - Bda Inf Pqdt | - GUEs/9ª Bda Inf Mtz | - AD/1 |
| - 11ª Bda Inf L | - 12ª Bda Inf L (Amv) | |
| - 4ª Bda Inf L (Mth) | | |
| - 11º BPE/1ªDE | - 1º BPE/CML | |
| - 1º BG/CML | | |
| - 2º RCG/CML | - 12º BI/4ª RM | |

Para atender aos objetivos propostos, foram concebidas 3 (três) oficinas de treinamento que funcionaram no Campo de Instrução do Gericinó (CIG):

- Técnicas de Ação Imediata (TAI) durante o patrulhamento motorizado;
- Pista de Progressão em Ambiente Urbano; e
- Tiro do Grupo de Combate (GC).

A oficina de TAI durante o patrulhamento motorizado teve por finalidade adestrar o pelotão para reagir de maneira adequada numa situação na qual estivesse realizando uma operação, embarcado na viatura (Vtr) $\frac{3}{4}$ ton Marruá e, ao adentrar numa via de acesso de uma área de alto risco no RJ, fosse atingido por tiros vindos de criminosos. A ação esperada pela tropa era que ela desembarcasse rapidamente, buscando a sua proteção em abrigos existentes, junto ou próximos das viaturas. Em seguida, que esclarecesse a situação e iniciasse uma progressão, a fim de neutralizar as ameaças existentes.

Figura 3 – Oficina de TAI no Patrulhamento Motorizado



Fonte: CA-Leste

A oficina de Pista de Progressão em Ambiente Urbano teve por finalidade adestrar a fração por ocasião do engajamento com APOP, durante um avanço sobre uma área dominada por criminosos, característica de uma comunidade carioca. Nesta pista, os pelotões realizaram um treinamento de progressão em área edificada, diante da ação da ForOp, a qual representava integrantes do crime organizado. A ação esperada pela tropa foi a realização da progressão de maneira adequada, a fim de neutralizar as ameaças existentes, ocupando corretamente os abrigos e coordenando o fogo e o movimento, por meio da ação de comando dos Cmt Fração, evitando, contudo, danos colaterais à população. Após a neutralização das ameaças, a tropa deveria ocupar e manter um Ponto Forte na área designada pelo Escalão Superior, estabelecendo a segurança do ponto, realizando patrulhas e outras ações complementares, como a condução de presos e a evacuação de mortos ou feridos na ação.

Figura 4 – Oficina de Progressão em Ambiente Urbano



Fonte: CA-Leste.

O Tiro do GC teve por finalidade executar essa atividade com a fração constituída, visando o seu emprego em ambiente urbano, fortalecendo assim a ação de comando e o espírito de corpo da pequena fração. Esse adestramento permitiu que o Cmt GC conduzisse a realização do tiro real de sua fração, onde, integrado ao seu grupo, emitia os comandos para a progressão e para a realização do tiro de todos os seus subordinados. A ação esperada era que o GC executasse a oficina ocupando adequadamente os abrigos existentes, realizando progressões para a frente e para a retaguarda, identificando positivamente as ameaças a sua frente e que empregassem o seu armamento com efetividade. Habilidades, como executar o tiro seletivo (atirar somente no que vê), controlar a quantidade de munição e verificar a manutenção do funcionamento do fuzil (realizando a checagem do armamento após os disparos), progredir em segurança e de maneira coordenada por meio da ação de comandantes de GC e Esquadra, foram também objetivos intermediários a serem atingidos com esse treinamento.

De maneira geral, as três oficinas concebidas pelo CA-Leste buscaram atingir os seguintes objetivos de adestramento:

- executar as posições de tiro corretamente (pé, joelho e deitado), ocupando adequadamente abrigos existentes no ambiente urbano;
- aplicar corretamente as técnicas de progressão em ambiente urbano, enquadrados na fração e de maneira coordenada, por meio da ação de comando dos diversos níveis;
- identificar positivamente as ameaças, para realizar o tiro seletivo com efetividade, evitando danos colaterais (atirar somente no que vê);
- controlar a munição e o armamento durante os confrontos (realização da checagem do armamento após os disparos);
- progredir em segurança, realizando o tiro enquadrado na fração;
- aumentar a confiança do militar em relação ao seu treinamento, armamento e equipamento individual;
- reagir prontamente quando a guarnição for surpreendida pela ação do APOP, mantendo a iniciativa das ações;
- realizar procedimentos adequados diante feridos ou mortos em ação;
- estabelecer corretamente a segurança do ponto forte; e
- fortalecer a ação de comando dos comandantes das pequenas frações.

Figura 5 – Oficina do Tiro real do Grupo de Combate



Fonte: CA-Leste

O módulo de treinamento de tropas aplicado pelo CA-Leste propiciou o grau de confiança necessário para a tropa atuar com alta efetividade nas mais diversas missões realizadas pelo Comando Conjunto. Nessas operações, em diversas ocasiões, houve o confronto real com elementos de facções criminosas do Rio de Janeiro, em diferentes níveis de intensidade, onde as frações reagiram adequadamente, sobrepunhando o oponente, sem que houvesse registro de danos colaterais provocados pela tropa.

Do ciclo de adestramento realizado foi possível identificar alguns aspectos que podem contribuir para o aprimoramento do preparo de tropas para as ações de combate em ambiente urbano, no contexto das Op GLO, os quais serão abordados a seguir.

a. Necessidade de reduzir o nível de exposição dos militares embarcados nas Vtr Marruá, na posição de “Torre”

A grande vulnerabilidade dos militares embarcados na viatura Marruá foi constatada por meio do uso do DSET, tendo em vista que muitos dos militares que estavam na posição de “Torre” eram atingidos no primeiro momento dos confrontos com a ForOp. Essa posição tem como objetivo aumentar o grau de atenção da guarnição nos patrulhamentos motorizados. No entanto, a posição de “Torre” expõe os militares diante dos fogos dos APOP, principalmente na entrada de áreas críticas, dominadas por facções criminosas. Assim, buscou-se orientar

que os militares permanecessem sentados quando estivessem percorrendo áreas de risco, mantendo a observação e a posição de tiro sobre o teto da viatura.

Figura 6 – Alteração na posição de Torre (menor exposição do militar)



Fonte: CA-Leste

b. Necessidade de aprimorar a ação de comando dos comandantes das pequenas frações durante os confrontos, pela verbalização entre os seus integrantes.

Durante os adestramentos de dupla-ação, com o uso do DSET, observou-se a sensível inibição dos militares após a quebra do sigilo da ação, no sentido de identificarem positivamente as ameaças, pela descrição das características dos APOP, direção, distância e pontos de referências, por meio da verbalização. Nesse momento, os comandantes nível pelotão, grupo de combate e esquadra, não provocavam em seus subordinados a necessidade de esclarecer a situação, resultando na inércia e na permanência por tempo prolongado na ocupação dos abrigos existentes, perdendo-se assim a impulsão e a iniciativa do combate.

Foi recomendado, então, que os comandantes das pequenas frações executassem a ação de comando de forma enérgica e firme, de forma a orientar seus subordinados pela voz e por gestos, com clareza, a fim de manobram corretamente quando estivessem sob os fogos dos APOP. Deve-se ter sempre em mente que a tropa não pode ser subjugada pelas ações dos APOP, buscando sempre manter a iniciativa do combate.

c. Necessidade de se aprimorar o entendimento das frações sobre os setores de tiro durante a progressão em ambiente urbano versus **riscos de fratricídio**

No emprego das técnicas de progressão em ambiente urbano, a fração deve preocupar-se em proporcionar a sua segurança em 360°. Cada militar deve ter definida a sua área de responsabilidade durante os deslocamentos, considerando

à frente, flancos e à retaguarda da tropa, tanto no plano horizontal, quanto em alturas e declives.

Dessa forma, quando a ameaça é encontrada à frente da fração, somente os militares responsáveis pelo setor frontal, “os pontas”, realizam disparos à frente. Portanto, por questões de segurança, deve ser recomendado expressamente à tropa que os militares que estão à retaguarda dos “pontas” devem evitar atirar naquela direção, sob o risco de cometerem o fratricídio.

d. Necessidade de aprimoramento das técnicas de tiro

1) Ocupação correta das posições de tiro utilizando os abrigos existentes. O ambiente urbano oferece diversas formas de abrigo ao militar como postes, carros, muros, paredes e etc. Nesse sentido, é importante que a tropa treine a tomada de posições de tiro, ocupando abrigos de diferentes alturas e formas, por vezes em posições desconfortáveis. Esse treinamento garantirá que o militar proporcione corretamente a autoproteção e a estabilidade da posição de tiro, para poder ser efetivo na neutralização das ameaças existentes, evitando, contudo, o disparo contra inocentes.

2) Foi observado que muitos militares encontraram dificuldades para a adoção da posição de tiro deitado “modificada/lateral”, utilizada por ocasião da ocupação de posições de tiro em abrigos mais baixos, assim como na tomada de posição de tiro com a “mão fraca”. Na progressão em ambiente urbano é muito comum a alternância de lados por ocasião da ocupação de abrigos e da realização de tiros. Nesses momentos, o militar deve ser capaz de manter a sua eficiência no combate, utilizando o seu armamento, inclusive com a sua mão fraca ou expondo-se o mínimo necessário para a realização do tiro pelo “lado forte”. Tais dificuldades aumentavam a exposição dos militares aos tiros da ForOp, os quais eram normalmente atingidos com tiros na cabeça e na lateral do corpo, além de comprometerem a devida estabilidade da posição de tiro, perdendo assim a eficiência nos engajamentos.

3) A prática do tiro em seco é uma importante ferramenta para aprimorar as técnicas de ocupação de abrigo e obter a memória muscular adequada do militar para manter a sua eficiência em combate nessas posições.

Figura 7 – Ocupação da posição de tiro deitado modificada.



Fonte: CA-Leste.

4) Depanagem do armamento em combate. Observou-se que, em algumas situações, militares ainda tinham dúvidas sobre o que fazer com relação aos procedimentos para sanar incidentes de tiro. Tal fato interrompia a manobra da fração, aumentando o seu grau de exposição em relação à ForOp. Destacase que esse treinamento pode ser realizado exaustivamente nos corpos de tropa com o uso de munições de manejo, cartuchos deflagrados e até mesmo durante a realização do tiro de festim, o qual promove por muita das vezes a falha de extração do cartucho.

5) Uso inadequado do conceito de base de fogos. No combate em ambiente urbano, no contexto das Op GLO, pressupõe-se que o ambiente esteja humanizado, com a presença de inocentes e de patrimônio que necessitam ser preservados. Nesse sentido, as regras de engajamento são claras ao orientarem os militares a somente responderem com fogo quando identificarem positivamente as suas ameaças, dentro do princípio da proporcionalidade. Observou-se que algumas tropas estavam empregando a base de fogos para progredir, sem que, contudo, estivessem com uma ameaça evidente à sua frente. Nesses casos, os militares estavam realizando tiros em excesso, sem controlar o consumo de munição e ferindo a premissa de atirar somente em alvos positivamente identificados.

6) Disparo em movimento. A tropa deve evitar a realização do disparo em movimento, por ocasião do lanço para a ocupação dos abrigos. As técnicas de progressão em ambiente urbano pressupõem que um militar esteja ocupando um abrigo, encarregando-se da observação de seu setor de tiro ou do engajamento de uma ameaça, oferecendo a devida proteção para o lanço de outro militar. Este último, ao receber o “pronto” de seu companheiro para realizar o lanço, deve fazê-lo o mais rápido possível, até chegar na próxima posição abrigada, onde será repetida essa sequência. Dessa forma, o tiro em movimento nesse momento

deve ser evitado, pois tem a sua eficácia reduzida e aumenta os riscos de danos colaterais, devendo ser empregado somente em último caso.

e. Necessidade de aprimoramento das técnicas e aprestamento para o Atendimento de Saúde em Combate

Durante as operações em áreas urbanas de alto risco, por vezes, a tropa poderá se encontrar em áreas de difícil acesso e sob fogos dos APOP, normalmente longe de sua equipe de saúde e de ambulâncias. Nessas operações, os ferimentos mais prováveis que possam vitimar os integrantes da tropa são aqueles provenientes de Perfuração por Arma de Fogo (PAF). Tais ferimentos demandam um pronto atendimento, para que seja possível preservar a vida do ferido, até que ele seja atendido por pessoal especializado com os meios adequados. Daí cresce de importância que a tropa seja dotada de **kits individuais e coletivos de primeiros socorros para PAF** e que, **também, receba um nivelamento de conhecimentos sobre as técnicas de socorro para esse tipo de ferimento, além de procedimentos de segurança e técnicas de extração de feridos.**

Figura 8 – Treinamento de remoção de feridos em combate



Fonte: CA-Leste.

f. As três oficinas concebidas pelo CA-Leste atenderam aos princípios da simplicidade, segurança e economicidade de meios. Embora simples, as oficinas atenderam na plenitude os objetivos de adestramento afetos às ações críticas em Ambiente Urbano, as quais podem ser reproduzidas e incorporadas nas rotinas de treinamento dos corpos de tropa.

g. O treinamento constante das técnicas de progressão, ocupação de

abrigos e procedimentos das frações, quando em contato com a Força Adversa, proporcionaram um elevado grau de prontidão da tropa para o cumprimento de suas missões nas Op GLO. Fato que ficou comprovado nas operações realizadas pelo CCj, durante o período da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, pela efetividade nos combates e pela não observância de danos colaterais provocados pelas tropas durante as mais de duzentas operações realizadas.

5. ESTUDOS SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA O EMPREGO DAS VIATURAS LINCE (VBMT-LR LINCE) NAS OPERAÇÕES DE GLO

Recentemente, o Exército Brasileiro fez a aquisição de 16 viaturas Lince para serem empregadas em proveito das ações do Comando Conjunto na Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Devido à aquisição desse novo Material de Emprego Militar (MEM), que possui diversas peculiaridades, foi necessária a elaboração de procedimentos operacionais para o seu emprego nas Op GLO na cidade Rio de Janeiro.

O 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º RC Mec), como OM gestora desse novo MEM, participou de um esforço conjunto com o CA-Leste na elaboração de procedimentos operacionais, visando à capacitação técnica das guarnições para o uso da viatura, contribuindo com as suas experiências no emprego de tropas mecanizadas em Operações em Ambientes Urbanos. Dessa maneira, foi possível consolidar tais conhecimentos com a expertise do Centro, na preparação de tropas para operações dessa natureza.

Foram concebidas três situações que envolviam a necessidade de maior grau de proteção, proporcionado pelas Vtr Lince, para a tropa:

- ações de patrulhamento motorizado em áreas críticas;
- ações de cerco e isolamento de áreas, e
- ações de investimento.

Nos dias 03 e 04 de dezembro de 2018, foi realizado o primeiro adestramento de emprego de frações utilizando as Vtr Lince. Nessa oportunidade, elementos do 15º RC Mec e do 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista (1º Esqd C Pqdt) participaram de instruções relativas à capacitação técnica para o uso da Vtr e de oficinas com o uso do DSET, com a participação dos OCA e da ForOp do CA-Leste.

Dos estudos e adestramentos realizados com a Vtr Lince, observou-se que, embora a Vtr forneça uma célula de sobrevivência blindada para a sua guarnição, os danos causados pelos projéteis nos para-brisas e na sua lataria demandariam, posteriormente, a substituição das peças atingidas, acarretando custos elevados de manutenção. Tal ação deve-se à perda das características balísticas do material avariado, diante de um futuro confronto. O para-brisas da Vtr oferece uma resistência de até 300 tiros e ao ser atingido ele fica fragmentado, diminuindo assim o

campo visual do motorista a cada tiro recebido. Essas características evidenciaram uma diferença de emprego em relação às VBTP URUTU e GUARANI, tendo em vista que essas não são avariadas quando atingidas por projéteis.

Para as operações com maior grau de risco de confronto com os APOP, como nas ações de cerco e investimento, foram levados em consideração as peculiaridades do emprego das Vtr Lince. Dessa maneira, considerou-se mais adequado que se colocasse à frente da coluna de marcha do pelotão uma Vtr URUTU ou GUARANI, a fim de receber os possíveis “fogos iniciais de contenção” dos APOP. Isso permitiu que a tropa chegasse em segurança nas posições de cerco ou de investimento, onde as Vtr Lince seriam empregadas, a fim de dar maior flexibilidade para a manobra nas demais vias de acesso não batidas pelos fogos diretos dos APOP.

Figura 9 – 1º Adestramento utilizando as Vtr Lince, com tropa do 1º Esqdt C Pqdt e guarnições do 15º RC Mec



Fonte: CA-Leste.

Pelas suas reduzidas dimensões, em relação às VBTP, a Vtr Lince permite o deslocamento da fração embarcada em vias de acesso mais estreitas, garantindo que a tropa atinja os objetivos mais profundos em sua Zona de Ação, evitando assim o confronto ao longo do itinerário e garantindo a ocupação de um ponto no interior da localidade com maior rapidez.

Os procedimentos para o emprego das Vtr Lince, visualizados durante os treinamentos com a participação dos meios do CA-Leste, foram posteriormente ratificados por ocasião do emprego real dessas Vtr em comunidades do Rio de

Janeiro. Nesse sentido, verificou-se que a melhor constituição de um pelotão dotado de proteção blindada, para operar em áreas de favela, seria pelo uso simultâneo das Vtr Lince, URUTU e GUARANI.

A VBTP URUTU, dotada de elevada proteção blindada e ação de choque, sendo um pouco mais estreita que a Vtr GUARANI, quando deslocada à frente da fração, ofereceu maior proteção à tropa aos fogos de contenção dos APOP e maior facilidade para a transposição de obstáculos lançados por facções criminosas no interior das favelas.

Por outro lado, as Vtr Lince, mais ágeis e com relativa proteção blindada à tropa contra fogos fortuitos dos APOP, evitariam a concentração inicial dos fogos de contenção dos criminosos, atuando em vias de acesso adjacentes e explorando o avanço na localidade pelos flancos dando maior flexibilidade à manobra das frações. Além disso, essas Vtr podem ser utilizadas na extração e apoio a elementos sob fogo, em áreas de difícil acesso.

O emprego da Vtr GUARANI à retaguarda ofereceu a devida proteção blindada à tropa, além de possibilitar o aprofundamento de fogos precisos de proteção da fração com o uso da estação de armas remotamente controlada REMAX⁵.

Figura 10 – Proposta de organização de pelotões dotados de VBMT-LSR



5 O REMAX é uma estação de armas remotamente controlada giro-estabilizada para metralhadoras 12,7 mm e 7,62 mm que foi desenvolvida a partir dos requisitos do Exército Brasileiro por meio de uma parceria da ARES com o CTEx (Centro Tecnológico do Exército). Trata-se de um projeto ambicioso iniciado em 2006 com a promessa de desenvolvimento da primeira estação de armas 100% nacional. Hoje é uma realidade no Exército Brasileiro e já equipa as primeiras unidades da viatura blindada sobre rodas média VBTP-MR 6X6 Guarani. Além de equipar a viatura média 6X6, o REMAX irá equipar as futuras viaturas de reconhecimento 4x4 do Exército Brasileiro. (<http://ares.ind.br/new/pt/sistemas-terrestres/remax.php>, acessado em 5 de abril 2019).

A Vtr Lince, tendo em vista uma gama de peculiaridades para a sua operação e emprego, não pode ser encarada como uma simples Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP). O preparo das frações deve ser realizado nos mesmos moldes das guarnições de blindados, onde a capacitação técnica e tática é realizada mantendo-se a integridade tática da fração.

Do exposto, pode-se concluir que a melhor constituição de um pelotão para seu emprego em Op GLO em áreas de alto risco na cidade do Rio de Janeiro, pode ser pela combinação da dotação das VBTP (GUARANI e URUTU), associadas ao emprego das Vtr LINCE.

Os procedimentos operacionais concebidos pelo trabalho conjunto entre o CA-Leste e o 15º RC Mec foram ratificados pelo largo e exitoso emprego das Vtr Blindadas nas Op GLO realizadas pelo CCj durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro. Essas Vtr proporcionaram às tropas maior mobilidade tática, proteção blindada e ação de choque, em particular nas Operações de Cerco e Investimento em áreas críticas. Além disso, contribuíram também para o aumento do poder dissuasório da tropa, inibindo, assim, qualquer iniciativa por parte dos APOP, mitigando os riscos de danos colaterais nas operações realizadas.

6. DESENVOLVIMENTO DE PROTEÇÃO BLINDADA PARA A Vtr MARRUÁ

Durante as Operações em proveito da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, surgiu a demanda do Comando Conjunto em aumentar o nível de proteção das tropas embarcadas nas Vtr ¾ ton Marruá. Nesse contexto, o CA-Leste recebeu a missão do Comandante Conjunto de conceber uma solução mais prática e econômica possível, no sentido de proporcionar alguma proteção blindada para os militares embarcados nessas viaturas.

O Centro contou com o apoio integral de engenheiros especialistas, constituindo um Grupo de Trabalho com representantes do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR-RJ), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Centro de Avaliações do Exército (CAEx), 25º Batalhão Logístico (Escola) - 25º B Log (Es) e Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS), os quais se dedicaram com afinco na busca da melhor solução para essa demanda. Como produto dos trabalhos do GT, de forma inovadora e num curto espaço de tempo, foram produzidas pelo AGR-RJ 06 (seis) Vtr Marruá com proteção blindada, além de terem sido cedidos ao C Cj 02 (dois) protótipos de Vtr Bld Leves desenvolvidos pelo CTEx, os quais foram devidamente mantidos pelo 25º B Log (Es).

Figura 11 – Estudos para a concepção da proteção blindada das Vtr Marruá
(AGR/RJ e CA Leste)



Fonte: CA-Leste

Figura 12 – Testes de desempenho com lastro simulado da blindagem e pessoal realizados no CAEx



Fonte: CAEx

Figura 13 – Vtr Marruá adaptada com blindagem pronta para o emprego



Fonte: CA-Leste e 6ºBIL

Figura 14 – Protótipos Vtr Especial de Patrulhamento (VESPA) desenvolvidos pelo CTEX, utilizados nas Op GLO



Fonte: CA-Leste

7. CONCLUSÃO

As missões atribuídas ao Centro de Adestramento-Leste no preparo das tropas do Comando Conjunto e nas ações de recuperação da Capacidade Operativa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro tiveram por finalidade aumentar o desempenho geral das tropas, nivelando capacidades relativas ao emprego em combate, no contexto das Operações de Garantia da Lei e da Ordem em ambiente urbano.

Em síntese, as três oficinas concebidas pelo CA-Leste atenderam aos princípios

da simplicidade, segurança e economicidade de meios. Embora simples, as oficinas cumpriram na plenitude os objetivos de adestramento afetos às ações críticas em Ambiente Urbano, as quais podem ser reproduzidas e incorporadas nas rotinas de treinamento dos corpos de tropa.

O período de adestramento específico das tropas do C Cj evidenciou a importância do Centro de Adestramento-Leste no seu papel de contribuir para a evolução do Preparo da Força Terrestre. A passagem das tropas pelas três oficinas permitiu o treinamento de frações constituídas, empregando TTP de combate em ambiente urbano, no contexto das Op GLO, nos níveis mais próximos possíveis da realidade, por meio do uso dos DSET, da atuação da Força Oponente e do assessoramento dos OCA. Dessa forma, as ações realizadas pelo CA-Leste foram altamente pertinentes e imprescindíveis para o sucesso do emprego de tropas em áreas críticas do Estado do Rio de Janeiro.

Essa experiência vivida pelas tropas possibilitou o desenvolvimento da liderança e da ação de comando em todos os níveis, garantindo a autoconfiança necessária de seus integrantes quando submetidos às situações de alto risco, mantendo a sua efetividade durante os inúmeros confrontos contra os APOP nas Op GLO realizadas. Essas ações contribuíram diretamente para a mitigação dos riscos de emprego de tropas em áreas controladas por facções criminosas. Cabe ressaltar que tais feitos tiveram reflexo direto na opinião pública, colaborando para o fortalecimento da credibilidade do Exército Brasileiro junto à sociedade.

O CA-Leste adestrou 183 pelotões constituídos, perfazendo um total de 5.129 (cinco mil cento e vinte e nove) militares capacitados em operações em ambiente urbano, nas Op GLO. Tendo em vista a expressiva quantidade de oficiais e sargentos que tiveram a oportunidade de participar desse ciclo de adestramento, bem como de ratificarem os seus conhecimentos no emprego real nas operações realizadas, pode-se inferir que tais experiências serão disseminadas para o restante do EB em curto espaço de tempo.

As operações do C Cj contaram com a inserção de novos meios adquiridos em proveito da Força Terrestre e das demais Forças Singulares. Destaca-se a aquisição de 16 (dezesseis) VBMT-LR Lince, pelo EB, a qual promoverá um novo salto de qualidade para a evolução da Doutrina Militar Terrestre, atinentes ao seu emprego em Operações de GLO em Ambiente Urbano, bem como, futuramente, nas demais operações militares.

Diante dos altos índices de risco de letalidade nas operações realizadas em áreas sob o domínio de facções criminosas, ficou evidente a necessidade de se aprimorar a proteção das tropas empregadas no Estado do Rio de Janeiro, por meio do uso de viaturas blindadas.

Nesse contexto, o CA-Leste participou de um trabalho conjunto com AGR-RJ, CTEx, CAEx, 25º B Log (Es) e BCMS para a concepção e elaboração de uma proteção blindada para as Vtr Marruá de dotação das tropas do Comando

Conjunto. Os produtos obtidos desse trabalho podem servir de subsídios para o estudo de viabilidade, sobre uma possível produção, em larga escala, de proteções dessa natureza para viaturas leves no âmbito do EB.

A aquisição das novas VBMT-LR demandou a realização de estudos em conjunto entre o CA-Leste e o 15º RC Mec para o estabelecimento de procedimentos operacionais para o emprego dessas Vtr nas Op GLO no RJ. Os estudos e adestramentos realizados com a Vtr Lince, empregando meios de simulação de combate do CA-Leste, foram ratificados por ocasião do seu emprego real em áreas conflagradas dessa cidade.

Foi possível constatar que a proteção blindada, a ação de choque e a mobilidade, proporcionadas pelo uso das VBTP URUTU e GUARANI e aprimoradas com a aquisição das Vtr Lince, permitiram o aumento da segurança das tropas diante dos confrontos realizados contra os APOP. Do mesmo modo, o efeito dissuasório provocado reduziu sobremaneira as possibilidades de confronto, evitando também efeitos colaterais para a tropa e para a população local.

A experiência ímpar das tropas do Rio de Janeiro, quanto ao emprego de Tropas Mecanizadas em áreas de alto risco em ambientes de favelas, associada aos testes de procedimentos realizados com os meios de simulação de combate do Centro, demonstraram que uma das melhores configurações para o emprego de um pelotão em missões de GLO nessa cidade seria a mescla do uso de Vtr Bld, da seguinte maneira: 01 GC, dotado de VBTP URUTU, à frente da coluna de marcha; um GC, dotado de Vtr Lince, ao centro da coluna; e 01 GC, dotado de VBTP GUARANI com metralhadora REMAX, à retaguarda da coluna de marcha. Essa configuração proporciona as seguintes vantagens de emprego para tropa: a devida proteção blindada, a ação de choque para a transposição de barricadas, a mobilidade e a flexibilidade em vias de difícil acesso, além do apoio de fogo preciso proporcionado pelas estações de armas REMAX das VBTP GUARANI.

O largo emprego das VBTP GUARANI e URUTU nas Operações do CCj evidenciou a sua importância para a atuação de tropas em Op GLO no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, pode-se inferir que há a necessidade de se estudar a transformação de pelo menos um dos Batalhões de Infantaria da GUEs/9ª Bda Inf Mtz em Batalhão de Infantaria Mecanizado (BI Mec). Tal transformação também se justificaria pelo fato dessa Brigada ser denominada de “Brigada Escola”, cuja a validação dos estudos doutrinários desse MEM são imprescindíveis ao ambiente operacional dessa cidade.

Por fim, as contribuições do Centro de Adestramento-Leste, em proveito das ações realizadas no contexto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, serviram para ratificar a importância da missão desse Centro de Excelência para a evolução do preparo e do consequente emprego da Força Terrestre.

8. REFERÊNCIAS

ARES. **REMAX**. Disponível no site <<http://ares.ind.br/new/pt/sistemas-terrestres/remax.php>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

BRASIL. PR. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília, 2018.

_____. **Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro**. Disponível no site: <<http://www.intervencaofederalrj.gov.br>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BRASIL. MD. EB. **Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102)**. 1a ed. Brasília, 2014.

_____. **Catálogo de Capacidades de Exército Brasileiro 2015-2035**. EME. Brasília, 2015.

_____. **Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações**. 5ª Edição, Brasília, 2017.

_____. **Ordem de Instrução Nr 01/E3 - 1ª DE. Adestramento CA-Leste para o Comando Conjunto**, de 10 de julho de 2018. Rio de Janeiro, 2018.

_____. **Portaria Nº 1.270, de 25 de setembro de 2017**. Altera a denominação do Centro de Avaliação de Adestramento do Exército e dá outras providências.

_____. **Programa de Instrução Militar do COTER 2018 (PIM COTER - 2018)**. Brasília, 2017.

_____. **Portaria nº 55-EME, de 27 de março de 2014**. Aprova a Diretriz para o Funcionamento do Sistema de Simulação do Exército - SSEB (EB20-D-10.016). Brasília, 2014.

_____. **Relatório Final do Comando Conjunto-GIF 2018**. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. FGV. Disponível no site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/braga-alvaro-alves-da-silva>. Acesso em 05 de abril de 2019.

O TRABALHO DE ESTADO-MAIOR DE BRIGADA NAS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA VISÃO PRAGMÁTICA

TC Miguel Angelo Azevedo Lima

TC Paulo Cesar Neri dos Santos

Maj Arones Lima da Rosa

Maj Rodrigo Pereira Pinto

1. INTRODUÇÃO

As operações de Cooperação e Coordenação com Agências destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum¹. Ao lado das Operações ofensivas e defensivas, compõem as três operações básicas que podem ser executadas pelo Exército Brasileiro (EB).

A Força Terrestre vem sendo empregada com frequência neste tipo de operação, particularmente, na garantia da lei e da ordem (GLO). O ambiente complexo, o uso limitado da força, a coordenação com outros órgãos governamentais e a interação com a população, entre outras, se apresentam como características deste tipo de operação².

No caso do Rio de Janeiro, desde julho de 2017, estavam em curso as ações decorrentes de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem que desencadeou as chamadas Operações Furacão. Estas foram planejadas e executadas após a estruturação de um Comando Conjunto, tendo por base a 1ª Divisão de Exército (1ª DE). Com a decretação da Intervenção Federal, a 1ª DE veio a constituir-se como o componente militar do Gabinete de Intervenção Federal.

O planejamento destas ações de GLO requeriam um minucioso trabalho de Estado-Maior que levasse em consideração o ambiente operacional caracterizado pelas dimensões física, humana e informacional³.

1 BRASIL. Comando do Exército. Manual de Operações. 2017.

2 Ibid.

3 Ibid.

Pode-se destacar na dimensão física do ambiente operacional fluminense as características do relevo da cidade do Rio de Janeiro que possui dois domínios fisiográficos principais: o relevo montanhoso representado pelos maciços da Pedra Branca, da Tijuca e Gericinó e as zonas de baixadas circundantes denominadas localmente de Santa Cruz, Jacarepaguá e Fluminense⁴.

A influência do relevo nas operações se dá pelo uso das regiões de morros e florestas pelos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOPOP) como área de homizio de armamento, munição e drogas, bem como para realização de deslocamentos.

No que tange à dimensão humana, foi necessário estabelecer regras de engajamento para que não houvesse dúvidas quanto às ocasiões em que o armamento poderia ser empregado, bem como a forma de utilizá-lo quando necessário, evitando danos colaterais pela proporcionalidade do uso da força.

A dimensão informacional merece atenção em função da velocidade com que as informações circulam por meio da internet. Neste diapasão, o trabalho do Estado-Maior de Brigada deve atentar para medidas que mitiguem os riscos para as operações em relação a vazamento de dados, bem como valer-se da referida dimensão para realizar Operações de Apoio à Informação.

As operações desenvolvidas na Intervenção Federal ocorreram em um ambiente que, no aspecto jurídico, possuíam algumas peculiaridades que influenciaram no trabalho do Estado-Maior. O emprego de tropa se deu com a plena manutenção em vigor dos direitos e garantias do cidadão, acarretando algumas limitações ao planejador em todos os níveis, sobretudo no nível tático.

Como a Intervenção Federal aconteceu em ambiente interagências, coube ao Estado-Maior conhecer as capacidades e competências de cada agência envolvida, sobretudo das polícias civil, rodoviária federal e militar. Assim, pode-se afirmar que conhecer a área de atuação de cada uma dessas organizações foi fator de sucesso nas operações.

A estrutura militar da Intervenção Federal na segurança pública no Rio de Janeiro calcou-se na estrutura do Comando Conjunto (comando estruturado com meios ponderáveis de mais de uma Força Armada⁵). Os elementos de com-

4 COELHO NETTO, Ana L. O Geoecossistema da Floresta da Tijuca. In: ABREU, Mauricio de Almeida [et al.]. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. 352 p.

5 BRASIL. *Doutrina de Operações Conjuntas*. 2011.

bate do Exército Brasileiro são as Brigadas (Grandes Unidades de combinação de armas, num conjunto de unidade de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação⁶). Foram empregadas a Brigada de Infantaria Pára-quedista, a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército, a 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha) e o Grupamento de Unidades Escola-9ª Brigada de Infantaria Motorizada, que somavam mais de 20 (vinte) mil militares.

Abordaremos, a seguir, o trabalho do Estado-Maior sob uma perspectiva pragmática, compartilhando experiências ao lado da Doutrina Militar aplicada ao caso.

2. INTELIGÊNCIA

Os desafios encontrados para as ações de inteligência durante as operações militares não diferem das demais operações em tempos de normalidade institucional. Entretanto, destacam-se algumas características do ambiente operacional, da cultura organizacional e das Organizações Criminosas (ORCRIM) do Estado do Rio de Janeiro na atualidade.

A Função de Combate Inteligência é uma ferramenta de consciência situacional e de apoio à decisão do comandante tático (no caso do GUEs/9ª Bda Inf Mtz) e que:

[...] compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis.⁷

Independente dos adventos tecnológicos ou da permeabilidade da população local em um ambiente de normalidade institucional, a missão da Inteligência Militar não se altera, buscando seu “objetivo básico de identificar ameaças, minimizando incertezas e possibilitando o aproveitamento de oportunidades”⁸.

O ambiente em que a Função de Combate Inteligência se desenvolve no Rio de Janeiro é de ameaças fluidas, difusas e imprevisíveis⁹. Como característica principal deste contexto “as operações militares podem estar se desenvolvendo

6 Glossário das Forças Armadas. 2015.

7 BRASIL. Estado-Maior do Exército: Inteligência, 2015, p. 2-1.

8 BRASIL. Comando de Operações Terrestres: Planejamento e Emprego da Inteligência Militar, 2016, pg 1-2.

9 BRASIL. Estado-Maior do Exército: Inteligência Militar Terrestre, 2015.

prevalentemente em áreas humanizadas, e a preservação de vidas humanas, imersas ou não em conflitos ou catástrofes, caracteriza os perfis preditivo e preventivo da Inteligência”¹⁰.

Cabia à Inteligência disponibilizar conhecimentos que traduzissem (1) as características das ORCRIM, bem como de suas lideranças; (2) as áreas e comunidades onde as operações iriam ter lugar, incluindo o tipo de comportamento que a população local tenderia a apresentar em presença da tropa.

2.1 Considerações sobre as ORCRIM

O Rio de Janeiro encontra-se sob a influência de ORCRIM que desenvolvem atividades ilícitas nas comunidades do estado por décadas. Estas organizações gozam de relativa liberdade de ação nas zonas onde operam e contam com a convivência e apoio de pessoas que se beneficiam – direta ou indiretamente – de suas atividades criminosas.

As principais Organizações Criminosas que atuam no cenário carioca e fluminense atualmente são o COMANDO VERMELHO (CV), o TERCEIRO COMANDO PURO (TCP), os AMIGOS DOS AMIGOS (ADA) e uma multiplicidade de MILÍCIAS.

Um erro comum ao estudar as ações de ORCRIM no Rio de Janeiro é tratar MILÍCIA como uma única Organização Criminosa. Cada comunidade dominada por milícia está sujeita a um conjunto de regras e tipos criminosos característicos daquela região. São lideranças distintas e independentes que conduzem as ações criminosas segundo critérios próprios e atendendo a interesses pessoais e locais.

Analisar de forma linear, sistematizada e uniforme o “fenômeno” MILÍCIA pode levar a erros que comprometeriam o resultado das ações militares. Para o assessoramento de inteligência e produção de conhecimento sobre áreas de influência de milícia é necessário um estudo particular e minucioso do comportamento da liderança local e dos tipos criminosos desenvolvidos na região.

Para fins didáticos, podem-se estabelecer alguns preceitos observados em áreas sob o jugo das ORCRIM que estabelecem procedimentos e regras comuns na maior parte dos casos. Assim sendo, existem características que são peculiares às áreas sob influência do CV, do TCP, da ADA e das MILÍCIAS.

Como característica básica, destaca-se que o CV apresentava as maiores reações e enfrentamentos à presença de tropa. A ação inconsequente e irracional

¹⁰ Ibid.

desta Facção Criminosa em enfrentar as tropas das Forças Armadas produziu o maior número de vítimas fatais, o maior número de apreensões de armas e drogas, o maior número de prisões em flagrante delito, acarretando, também – e infelizmente, maior risco à população das comunidades.

Tanto o TCP quanto a ADA apresentaram baixo nível de enfrentamento, sendo marcante o confronto na chegada da tropa no início das operações. De maneira geral – não como regra – estas Facções Criminosas não se caracterizaram pelo embate com tropas das Forças Armadas e, talvez por isso, as operações desenvolvidas nas comunidades sob domínio do TCP e ADA não se caracterizaram por deixar vítimas, nem por grandes apreensões de drogas, armas ou materiais ilícitos. Ao que tudo indica, existia uma ação intencional e premeditada de “retraimento” durante as ações das FA nestas localidades, onde a criminalidade passava a agir com baixo perfil.

Nas áreas dominadas por MILÍCIAS (feitas as considerações apresentadas anteriormente) não se notava a presença de APOP armado, tráfico de drogas ou até mesmo de crimes de grande vulto, restando flagrantes de exploração irregular de canais de TV a cabo (“gatonet”), transporte alternativo, comércio clandestino de serviços (principalmente gás de cozinha), além do comércio de segurança privada – com cobrança de uma taxa de segurança. As operações militares que ocorreram nas comunidades controladas por milicianos foram as que apresentaram menor número de ações violentas contra a tropa e menor número de apreensões.

2.2 Considerações sobre a área de operações (comunidade) e sobre a população

Mais de 30 comunidades do Rio de Janeiro foram palco de operações militares na Intervenção Federal. O que a experiência das ações de Inteligência nessas áreas mostrou foi que alguns fatores relacionados à comunidade e sua população impactaram diretamente no resultado obtido pela tropa.

Tanto o Complexo da Maré, quanto o Complexo do Alemão/Penha – que contaram com “Operações de Pacificação” em um passado recente – apresentavam população cética com relação aos resultados que as ações de intervenção poderiam apresentar. Esse ceticismo se devia, em grande parte, à incapacidade das Forças de Pacificação, eminentemente calcadas na Expressão Militar do Poder, em prover um legado duradouro à sociedade local. Nestes casos, a população se apresentava por vezes indiferente ou neutra, e por vezes hostil à presença das tropas.

Localidades em que a liderança da Facção Criminosa possuía raízes e

vínculos com a comunidade (os chamados “crias”) também tendiam a se mostrar hostis à presença das Forças Armadas. Neste cenário, quanto mais carismática a liderança do criminoso e quanto menor a comunidade que ele liderava, maiores seriam seus vínculos com a população local e o comprometimento entre moradores e os criminosos.

Lideranças criminosas apresentavam a capacidade de mobilizar a população local para realizar protestos e promover ações para captar a atenção da mídia e dificultar o desencadeamento das ações. A manifestação orquestrada pela liderança do tráfico de drogas nas comunidades do Alemão e da Penha, por exemplo, em agosto de 2018, dificultou a progressão dos blindados no interior da comunidade e diminuiu ainda mais a liberdade de ação das tropas da Brigada.

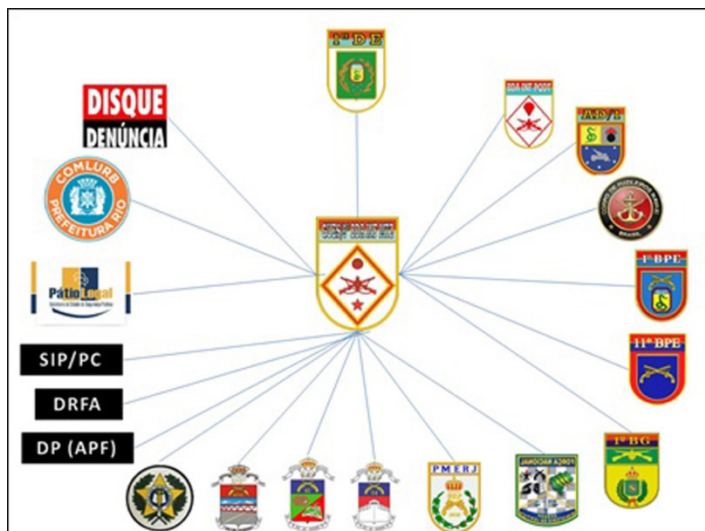
De maneira geral, praticamente todas as comunidades do Rio de Janeiro têm suas populações com posicionamento oscilando entre o favorável e o neutro em relação à ação da tropa no combate ao crime organizado. Parte significativa deste apoio se baseia no auxílio prestado pela Engenharia em retirar as barricadas e obstáculos que impediam a livre circulação de moradores e prestadores de serviço no interior da localidade. Como exemplo do benefício levado aos moradores, somente no Jardim Catarina (São Gonçalo) foram retirados mais de 200 obstáculos que impediam o trânsito de veículos e pessoas.

2.3 A personalidade para a atividade de inteligência

A atividade de inteligência requer pessoal confiável, experiente e discreto. Os dados obtidos são tratados com sigilo e a transmissão de conhecimento se dá – de modo geral – entre pessoas que adquiriram confiança mútua. A experiência comprovou, com algumas variantes, o que prescreve a doutrina, pois:

A troca de informações entre todos os atores é importante para que ocorra uma efetiva coordenação das operações, principalmente em um ambiente interagências [...]. Nesse ambiente, a troca dos conhecimentos obtidos pela Inteligência é de execução mais complexa, pois **há uma dificuldade natural na obtenção de laços de confiança entre os atores**¹¹.

Figura 1 – Diagrama de relações – Operação Chapadão/Pedreira



Fonte: 9ª Bda Inf Mtz

A multiplicidade dos atores envolvidos na Intervenção Federal dificultou, em um primeiro momento, a identificação e o relacionamento profissional entre as agências (grande diferença de cultura organizacional) capazes de produzir inteligência. Apenas o tempo e a aproximação funcional foram capazes de dirimir as incertezas que impediam o estabelecimento de laços de confiança característicos da atividade de inteligência. Na figura acima verificamos a quantidade de órgãos e agências envolvidos na Operação Militar realizada no Complexo do Chapadão/Pedreira em junho de 2018.

As FA são instituições disciplinadas e hierarquizadas, permitindo que as ligações na cadeia de comando sejam replicadas pelo ramo de inteligência em todos os escalões, até alcançar o nível tático. A emissão de uma Ordem de Operações pelos comandantes no nível estratégico ou operacional era suficiente para que uma cadeia de ligações fosse operacionalizada automaticamente pelos elementos de inteligência subordinados. Estas ligações perduravam por toda a operação, independente do tempo que durassem.

Entretanto, embora seja uma instituição militar igualmente hierarquizada, as ligações com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro se faziam necessárias desde o maior nível em presença (Comando Conjunto x Comando da PMERJ) até o nível tático, realizando contatos pessoais com os elementos de

Operações e Inteligência dos Batalhões de PM com interesse sobre a Operação na Zona de Ação do GUEs/9ª Bda Inf Mtz.

Embora o Comando da PMERJ, o Comando de Policiamento de Área e o Comando do BPM soubessem de uma determinada operação, os policiais no terreno, geralmente, desconheciam o assunto. Foi o que aconteceu, por exemplo, na região do Complexo do Chapadão/Pedreira. Naquela ocasião, os policiais de serviço e um dos oficiais de inteligência dos três BPM que abrangiam a área de interesse da Operação não estavam informados das tratativas acertadas anteriormente entre a 9ª Bda Inf Mtz e a Polícia Militar.

A duração prolongada de algumas Operações ressaltou outra diferença cultural e organizacional entre as instituições envolvidas, pois os turnos e os regimes de trabalho são diferenciados, atrapalhando a continuidade das atividades. A troca de equipe de plantão fazia com que novos contatos devessem ser feitos e novas coordenações se fizessem necessárias.

Em dezembro de 2018, a Brigada permaneceu em operações ininterruptas no Complexo do Chapadão/Pedreira por três dias. Foi necessário estabelecer contatos, explicar a Operação e requerer informações/autorizações ao menos uma vez por dia para todos os órgãos envolvidos (Figura 1) que não pertenciam ao Comando Conjunto. No caso do Pátio Legal¹², esse contato devia ser renovado a cada 06 (seis) ou 08 (oito) horas.

Para minimizar este desgaste foi fundamental comprometer as chefias na passagem das atribuições entre as equipes. Com isso os novos integrantes das operações ficavam sabendo, no mínimo, que estava havendo uma operação militar e que alguém entraria em contato para acertos. Desta forma, gastava-se menos tempo com explicações e dispensava-se a busca por autorizações que já existiam.

As relações interpessoais nos diversos níveis foram, assim, fundamentais para o estabelecimento de vínculos que extrapolavam a esfera funcional, agregando esforços na busca pelos resultados no cumprimento das missões no contexto da Intervenção.

12 O Pátio Legal foi inaugurado em julho de 2005 como resultado de Convênio entre o Sindicato das Seguradoras do Rio, a FENASEG, a Secretaria de Segurança e o Detran. O objetivo do Pátio Legal é abrigar os veículos roubados ou furtados, recuperados pela Polícia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, oferecendo aos cidadãos serviços com mais conforto, tecnologia e velocidade, independente do veículo ser ou não segurado. Disponível em <http://www.patialegal.com.br/oquee>. Acesso em 2 de maio de 2019.

3. OPERAÇÕES

Para abordar operações militares devemos, antes, compreender conceitos como: função de combate movimento e manobra, função de combate comando e controle, bem como entender o emprego de blindados em operações.

Inicialmente, vale ressaltar quais missões normalmente foram atribuídas à Brigada na Intervenção Federal pelo Comando Conjunto: cercar, isolar, investir, realizar ações dinâmicas de estabilização, estabelecer postos de bloqueio de vias urbanas e de estradas (PBCVU e PBCE), além de realizar patrulhamentos.

O conceito “ações dinâmicas de estabilização” não se encontra descrito em manuais do Exército, mas foi empregado largamente pelo Comando Conjunto significando, em sentido amplo, ações táticas ou tarefas realizadas com o objetivo de retirar a liberdade de ação dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), a fim de contribuir com o aumento da percepção de segurança por parte da população e permitir o desencadeamento de ações a cargo dos OSP e demais agências.

Imagem 1 – Realização de PBCVU pelo 57º BIMtz no Complexo do Lins (11/07/2018).



Fonte: 3º Sgt Ana Montenegro.

A função de combate movimento e manobra é definida como o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, empregados para deslocar forças, de modo a posicioná-las em situação de vantagem

em relação às ameaças¹³. Segundo a WIKIDOUT¹⁴,

Movimento é o deslocamento ordenado de forças até a área de concentração estratégica, na entrada do teatro de operações ou área de operações (TO/AOP), visando ao cumprimento de uma missão, em condições nas quais **não se prevê uma interferência significativa do oponente**.

Manobra é o deslocamento de uma **tropa que esteja em contato** ou que tenha a previsão de contato com uma força oponente, sempre com a finalidade de posicionar-se de maneira vantajosa em relação à ameaça que esse inimigo representa, buscando derrotá-lo. (grifo nosso).

O deslocamento para a zona de ação, saindo da Vila Militar, já podia ser considerado como “manobra” no contexto das operações do GUEs. Isso em virtude da possibilidade de contato com os APOP durante todo o deslocamento dos comboios, o que exigiu, inclusive, a realização de fintas por meio da adoção de variados itinerários para dissimular qual seria, de fato, a Zona de Ação a ser alcançada.

Na concepção da Manobra, buscou-se o princípio de guerra da Massa, que requer a aplicação de forças superiores às do oponente em um ponto e tempo decisivos, tanto em quantidade quanto em qualidade¹⁵. Conforme previsto no manual EB 70-MC-10.242 – Operações de Garantia da Lei e da Ordem – “A dissuasão consiste na conjugação de esforços, particularmente por meio de demonstrações de força, e por uma ampla superioridade de meios (massa), especialmente do componente militar, que desencorajem ameaças e potenciais APOP” (EB 70-MC-10.242, 2018, p.2-2).

A utilização da massa mostrou-se eficaz na consolidação dos cercos às comunidades, nos estágios iniciais das Operações. A simples observância e aplicação deste princípio de guerra no cerco – empregando grandes efetivos desde esta fase inicial – era suficiente para proporcionar relativa estabilização de toda a área de operações por algumas horas.

13 BRASIL. Comando do Exército. Movimento e Manobra. 2015.

14 WIKIDOUT. Disponível em http://wikidout.coter.eb.mil.br/mediawiki/index.php/Movimento_e_Manobra. Acesso em 2 de maio de 2019.

15 Ibid.

Figura 2 – Esquema de Manobra da Operação Furacão CXV.



Fonte: 9ª Bda Inf Mtz.

No que tange à mobilidade e contramobilidade, a retirada de barreiras e bloqueios contribuiu para o sucesso das operações e criou condições para atuação dos Órgãos de Segurança Pública nas comunidades. Ao todo foram retirados pelas tropas mais de 1.000 (mil) obstáculos de várias naturezas, o que garantiu o direito de ir e vir da população local.

A função de combate comando e controle compreende o conjunto de atividades mediante as quais se planeja, dirige, coordena e controla o emprego das forças e os meios em operações militares. Constitui o elo entre o escalão superior e subordinado¹⁶, destacando a condução do processo de planejamento e a operação do Posto de Comando (PC) da Brigada.

As ações da Brigada eram sempre precedidas pela instalação do PC. Convencionou-se na Brigada que a abertura dos trabalhos do PC se daria sempre uma hora antes do início do primeiro deslocamento de tropa. As ações iniciais do PC consistiam na abertura da rede rádio e estabelecimento dos meios de obtenção da consciência situacional: o Sistema Pacificador e a carta de situação.

16 BRASIL. Comando do Exército. Comando e Controle. 2015.

A localização do PC era decidida durante o exame de situação, devendo o Estado-Maior considerar aspectos relacionados à dimensão humana do ambiente operacional para a sua locação. Geralmente, eram escolhidos como local de PC as instalações de Organizações Militares das três Forças Armadas, evitando usar instalações civis que poderiam sofrer represálias após o término da Operação.

Acerca dos enlaces estabelecidos entre o comando e os escalões subordinados da Brigada durante as operações, destaca-se que a grande capacidade dos meios de comunicações orgânicos proporcionou à Brigada operar com elevado número de peças de manobra valor Unidade, chegando a um total de onze unidades durante a operação FURACÃO XCV nos Complexos do Alemão e da Penha, bem além do conceito comum de que a um comando devem estar subordinados até 5 unidades.

O Estado-Maior contava com pouco tempo para o planejamento das operações. A fim de mitigar a falta de tempo, lançava-se mão de planejamentos paralelos (com a emissão de ordens de alerta) para não prejudicar o planejamento dos escalões subordinados. Com isso, as unidades eram informadas do tipo de operação que realizariam, o dia da operação e – salvo exceções – a comunidade em que seriam empregadas. Ao receber a ordem de operações com a decisão do comandante do GUEs podiam, enfim, adequar e pormenorizar seus planejamentos.

Ainda quanto à condução do processo de planejamento, o exame de situação do Estado-Maior é sempre realizado, ainda que se tenha pouco tempo. As linhas de ação são apresentadas ao Comandante da Brigada que decide no mais curto prazo. Normalmente, o recebimento da missão, o exame de situação e a emissão de planos ou ordens ocorrem no mesmo dia, de modo a mitigar o pouco tempo disponível dos escalões subordinados.

A exiguidade de tempo para planejamento possui vantagens e desvantagens. A principal vantagem era a diminuição do risco de vazamento de informações, pois quanto mais perto do início da operação era comunicado às OM a AOp, menos pessoas tinham conhecimento, sendo menor a possibilidade de vazamento. Ainda nesse mister, recolhiam-se os celulares dos Cabos e Soldados no momento da distribuição do armamento, que ainda não sabiam onde seria a missão.

O sigilo proporcionava a surpresa por ocasião do desencadeamento das ações e otimizava a Operação. A desvantagem, por outro lado,

era a falta de um planejamento mais detalhado, bem como a adequação da manobra com as necessidades logísticas e administrativas referentes à operação.

A fim de atenuar a falta de tempo, o Estado-Maior da Brigada repetia o emprego, na medida do possível, das unidades que já operaram anteriormente naquelas comunidades, reduzindo a necessidade de realização do reconhecimento da área.

O uso de plataforma aérea se deu nas referidas operações para o transporte de tropa (reserva), apoio à consciência situacional, como apoio de fogo por meio dos atiradores designados e apoio à evacuação de feridos. Aeronaves eram, assim, utilizadas para realizar o transporte de feridos da zona de ação para os hospitais militares da guarnição do Rio de Janeiro.

O emprego da plataforma aérea como apoio à consciência situacional valeu-se do uso do recurso do “olho da águia” e de aeronaves remotamente pilotadas. Em ambos os casos os comandantes recebiam imagens em tempo real da zona de ação. O alto custo do emprego da plataforma aérea requeria do Estado-Maior da Brigada um estudo criterioso a fim de garantir o emprego judicioso deste meio, de maneira que a aeronave estivesse em voo nos momentos mais críticos da operação.

O uso de blindados (URUTU e GUARANI) se mostrou essencial neste tipo de operação, pois a proteção blindada permitiu o deslocamento da tropa em segurança até próximo dos objetivos. O emprego deste meio ensejava o estudo do terreno para verificar a possibilidade de seu deslocamento devido à existência de obstáculos artificiais construídos pelos APOP, bem como as limitações impostas pelos arruamentos estreitos nas comunidades onde seriam empregados. A aquisição de viaturas modelo LINCE, distribuídas ao 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado Escola, contribuiu sobremaneira para a proteção blindada da tropa, uma vez que esta viatura podia transitar por locais onde as viaturas GUARANI e URUTU não tinham acesso. Outra característica dos blindados é a potência de fogo proporcionada pelo uso das metralhadoras das torres REMAX¹⁷ das viaturas GUARANI.

17 2º Sgt João Carlos Machado Oliveira. **“A torre REMAX no Pelotão de Cavalaria Mecanizado”**. O REMAX é uma estação de armas remotamente controlada e de giro estabilizado que possui configuração para utilizar as metralhadoras MAG 7,62mm ou M2HB-QCB.50. O REMAX possui três funções principais: a OBSERVAÇÃO, através das câmeras diurna e termal; a PROTEÇÃO com sua metralhadora MAG 7,62mm ou M2HB-QCB.50; e a MEDIÇÃO DE DISTÂNCIAS com o LFR. Disponível em http://www.epex.cb.mil.br/images/pdf/Torre_REMAX-Pelotao_Cmec.pdf. Acesso em 2 de maio de 2019.



Fonte: 2º Sgt João Carlos Machado Oliveira.

4. LOGÍSTICA

A Função de Combate Logística desempenha papel fundamental no sucesso das operações militares. Para tanto, deve ser planejada e executada desde o tempo de normalidade e sincronizada com todas as ações planejadas. Deve ser meticulosamente coordenada para assegurar que os recursos sejam disponibilizados aos usuários em todos os níveis¹⁸.

O planejamento logístico do GUEs-9ª Bda Inf Mtz foi confeccionado de forma integrada com os membros do EM, direcionando os esforços da logística para atender às necessidades operacionais. Este planejamento buscou, ainda, fornecer capacidades que auxiliassem no cumprimento da missão e tinha por foco a execução da prova de APA (Adequabilidade, Praticabilidade e Aceitabilidade).

Desde o início do planejamento, a logística foi incorporada aos condi-

18 BRASIL. Comando do Exército. Doutrina Militar de Defesa. Volume 1. 2014.

cionantes operativos e foi considerada na elaboração das linhas de ação. O plano logístico contemplou, dentre outras: a escolha dos itinerários, o emprego de meios não militares, o emprego de viaturas mecanizadas (e sua particular logística) e o transporte de pessoal.

As possibilidades e limitações logísticas foram consideradas desde as fases iniciais de planejamento operativo, o que acarretou a formulação de linhas de ação exequíveis. O assessoramento de Estado-Maior se fazia ininterruptamente, o que permitiu a alocação oportuna de meios essenciais para que fossem atingidos os objetivos da Brigada.

O apoio logístico foi realizado tendo por base o levantamento das necessidades das OM subordinadas. Tanto a necessidade de Material de Emprego Militar quanto a necessidade de materiais e meios especiais eram supridas de acordo com planejamentos específicos, tendo em vista as peculiaridades de cada missão desencadeada pelo GUEs/9ª Bda Inf Mtz.

Os meios podiam ser disponibilizados por intermédio da exploração de recursos locais ou mediante a contratação de operadores civis, como exemplo, a instalação e manutenção de banheiros químicos para uso da tropa durante ações nas comunidades.

Em média, cada operação utilizava cerca de 250 viaturas, exigindo que a atividade de manutenção, sobretudo das viaturas mecanizadas, recebesse especial atenção logística. Além disso, o fornecimento de ração e de coletes balísticos para grandes efetivos empregados constantemente, bem como o repasse de combustíveis, de munição e de meios de comunicações, em uma área urbana complexa, com mais de 3 milhões de veículos em circulação, população superior a 6,7 milhões de pessoas, apresentando uma média de 80 quilômetros de engarrafamento nos dias de semana, demonstram as dificuldades superadas no planejamento e na execução das atividades logísticas durante a Intervenção Federal.

O quadro abaixo apresenta o consumo e emprego de materiais diversos utilizados em uma operação com aproximadamente 24 horas de duração:

CI I	Ração quente	5.260
	Ração Operacional	etapas
	(diversos tipos)	2.900
CI III	Óleo Diesel	11.800L
	Gasolina	430L

Quando as Zonas de Ação estavam afastadas da sede, eram utilizadas 4 (quatro) cozinhas de campanha na confecção das refeições quentes.

Para dar celeridade à logística, o GUEs-9ª Bda Inf Mtz utilizou uma plataforma de dados exclusiva, desenvolvida pela 4ª Seção do GUEs na linguagem WEB PHP e batizada *SDS LOGÍSTICO GUEs*. Esta plataforma digital era preenchida “online” com mais de 24 horas de antecedência ao início do deslocamento para o cumprimento da missão. Esta ferramenta aumentou a consciência situacional e agilizou, dentre outros, o processo de confecção de relatórios.

O GUEs/9ª Bda Inf Mtz, geralmente, recebia em reforço 2 (dois) Batalhões de Infantaria oriundos das 11ª e 12ª Bda Inf L, que eram escalados em sistema de rodízio. Com efetivos aproximados de 890 militares, eram distribuídos entre alojamentos de 4 (quatro) OM valor Unidade, subordinadas ao GUEs. Este acréscimo de efetivo significou um aumento considerável no consumo de gêneros das diversas classes e tornou mais complexo o planejamento logístico.

Coube à logística confeccionar o planejamento e a execução da Ordem de Movimento de tropas e meios empregados durante as operações.

Figura 3 – Ordem de Movimento de uma manobra realizada pelo GUEs.



Fonte: 9ª Bda Inf Mtz.

O sucesso das Operações esteve intimamente ligado à chegada das tropas em suas zonas de ação no horário previsto. Para isto, era realizado o planejamento meticuloso dos itinerários, que contava com o aproveitamento das melhores vias de acesso para o escoamento das tropas, bem como o planejamento do emprego de motociclistas como batedores.

Após o estabelecimento do itinerário, eram definidos o horário de saída, a sequência de escoamento das tropas, a velocidade de movimento, bem como eram estabelecidas linhas de controle, pontos de liberação (P Lib) e Zonas de

Reunião.

O planejamento logístico foi um dos fatores que possibilitou a multiplicação do poder de combate da Brigada e, sendo considerado no estudo do Estado-Maior desde as fases iniciais do planejamento, se converteu em importante ferramenta de apoio à decisão do Comandante do GUEs/9ªBda Inf Mtz.

5. PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO

A precisão e a confiabilidade das informações relativas aos Recursos Humanos (RH) impactam na execução das atividades relacionadas direta e indiretamente nas operações de Cooperação e Coordenação com Agências. A correção dos dados inseridos nos sistemas de informação de pessoal afeta a efetividade do processo decisório nos mais altos níveis.

Nas operações de GLO, as necessidades de pessoal surgem durante o planejamento das operações, definindo quais são as competências (o que), as quantidades (quanto), os prazos (quando) e os locais (onde) que cada tropa deverá estar disposta, bem como os reforços a serem realizados.

A preparação do pessoal transformou o capital humano selecionado e incorporado em efetivos prontos para o combate. Exemplo disso se viu na formação dos motoristas (carteira Cat “B”) das VBTP-MSR 6X6 GUARANIS, que no período de 30 dias estavam aptos a conduzir o blindado em missão real.

No Grupamento de Unidades Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada (GUEs/9ªBda Inf Mtz), o preparo tático se deu pelas instruções sobre GLO o mais cedo possível no ano de instrução, de maneira a garantir o máximo de efetivo pronto para as Operações que a Brigada desempenhava. Desta feita, ao término de 15 (quinze) semanas de instrução, no mês de julho de 2018, a Brigada estava com todo o seu pessoal qualificado para realizar operações reais de Garantia da Lei e da Ordem no contexto da Intervenção Federal.

Os efetivos passaram por constante reciclagem no Centro de Adestramento Leste, OM responsável pela simulação viva do combate no âmbito do EB, tornando-os capacitados para cumprir as mais de 200 (duzentas) operações realizadas durante a Intervenção Federal.

O emprego constante dos meios mecanizados da Brigada fez surgir a necessidade de criar a função de Gerente de Frota das VBTP-MSR GUARANI 6x6, cabendo-lhe amplas atribuições, com o foco na manutenção dos meios, pos-

sibilitando obter altos índices de disponibilidade dos blindados. A criação desta função possibilitou um salto na disponibilidade de 53% para 82%, potencializando o poder de combate das tropas do GUEs.

Nas operações desencadeadas durante a intervenção, o bem-estar e a manutenção do moral foram obtidos pela confecção e distribuição da ração quente (R1), bem como pela utilização de camas de campanha. Apesar da dificuldade de confecção e entrega da ração e do transporte dos meios para pernoite, ambas contribuíram de forma salutar para manutenção do moral da tropa.

No que se refere à administração financeira, foi criada a função do gestor financeiro operativo (E10), espelhando a mesma função do escalão superior, facilitando a captação, distribuição e manutenção dos recursos necessários ao cumprimento das diversas atividades operativas.

A descentralização dos recursos ao GUEs-9ª Bda Inf Mtz possibilitou a aquisição e manutenção dos Materiais de Emprego Militar (MEM), bem como os Produtos de Defesa (PRODE), contribuindo de forma eficaz com o cumprimento das missões atribuídas à GU.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Sendo uma Grande Unidade diretamente subordinada ao Comando Conjunto, o GUEs/9ª Bda Inf Mtz buscou adequar a estrutura de seu Estado-Maior espelhando-a com a organização estabelecida no nível operacional, otimizando as ligações realizadas pelo canal técnico.

Doutrinariamente, um Comando Conjunto é composto por componentes de cada uma das Forças Armadas. A Marinha fornece a Força Naval Componente; o Exército, a Força Terrestre Componente (FTC); e a Força Aérea, a Força Aérea Componente. O que se observou na prática foi um “achatamento” nos níveis operacional e tático, pelo fato de o comandante da 1ª DE ter sido também designado Comandante Conjunto. Neste sentido, um mesmo chefe militar desempenhava o papel de comandante nestes dois níveis.

Por outro lado, ao considerarmos o Comando Conjunto de forma isolada, concluímos que as tropas orgânicas do Exército Brasileiro subordinadas ao CCj podiam constituir-se em distintas FTC, cumprindo missões isoladas ou no contexto de uma grande operação planejada pelo nível Operacional. Desta forma, mais de uma FTC seria organizada com base em Grandes Unidades.

As Operações Furação desencadeadas nas áreas urbanas do Estado Fluminense foram conduzidas em meio a ambientes operacionais extremamente complexos nas três dimensões do combate. A necessidade do uso limitado da força em regiões densamente humanizadas; o caráter difuso das ameaças; bem como as incertezas proporcionadas pelas peculiaridades das dimensões física e humana impuseram aos planejadores o constante e desafiador exercício de análise e confrontação da doutrina vigente com o que vinha sendo praticado com sucesso no terreno.

Dentro do processo de planejamento e condução das operações, o Estado-Maior da Brigada considerou como fatores primordiais na elaboração das linhas de ação a serem postas ao decisor todos os princípios de guerra consagrados pela Doutrina Militar Terrestre. Não obstante à evidente abrangência sugerida por esta premissa, destacaram-se como princípios prioritários: a legitimidade, a massa e a surpresa.

A legitimidade buscava assegurar a percepção positiva da população sobre o emprego da Força.

A massa tinha por objetivo gerar o efeito dissuasório imprescindível às operações de GLO, por meio do emprego massivo de forças e efeitos. Salienta-se que a necessidade de se obter a massa empregando o maior poder de combate possível nas ações principais conduz à adoção de reservas fracas ou até mesmo hipotecadas.

O princípio de guerra da surpresa foi buscado no planejamento pela adoção de procedimentos com o objetivo de reduzir as possibilidades de vazamento de informações acerca da operação. A compartimentação do conhecimento nos diversos níveis de comando, a proibição do uso de equipamentos celulares por parte dos cabos e soldados e a exigência da assinatura do termo de manutenção do sigilo pelos comandantes, foram alguns exemplos de medidas que se mostraram eficazes.

No que se refere às ações táticas realizadas no terreno, destacaram-se as grandes operações levadas a cabo em comunidades dominadas por facções criminosas. Tais operações contaram com o emprego massivo de Grandes Unidades/ Unidades adjudicadas ao Comando Conjunto, em ação sinérgica junto aos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Estas ações foram denominadas ações dinâmicas de estabilização, que possibilitavam aos OSP cumprir suas missões em ambiente seguro e estável nas comunidades.

A ação de choque proporcionada pelas VBTP Guarani assegurou subs-

tancial vantagem tática sobre os APOP, sobretudo durante as ações de investimento (**Massa de efeitos**). Ademais, a significativa precisão de tiro proporcionada pelo sistema de armas das torres REMAX possibilitava o engajamento de alvos de maneira segura para a tropa, com a diminuição das chances de incidência de efeitos colaterais sobre a população civil.

Foi imperiosa a adoção de procedimentos e rotinas logísticas que contribuíam com a manutenção da alta disponibilidade dos meios blindados. Sendo assim, no âmbito do GUEs/9ª Bda Inf Mtz, realizaram-se instruções de adestramento para as guarnições das VBTP, além de ter sido criada a função de Gerente da Frota Blindada, com amplas atribuições no que concerne ao acompanhamento cerrado da situação destes preciosos meios.

Em síntese, pode-se inferir que, durante a Intervenção Federal, restou claro que as ações desenvolvidas pelo GUEs/9ª Bda Inf Mtz, sob o ponto de vista dos ensinamentos colhidos no terreno, sem olvidar dos princípios doutrinários vigentes, contribuíram sobremaneira para o sucesso obtido pelo Gabinete de Intervenção Federal, em particular seu braço armado, o Comando Conjunto. Isso é comprovado pela análise do Relatório de Indicadores de Criminalidade do Estado, publicado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), que apresenta substancial queda nos índices de diversos delitos, em relação ao ano de 2017¹⁹.

Cabe ainda ressaltar que o presente trabalho não tem como objetivo esgotar a abordagem do tema, mas sim de servir como subsídio para futuras discussões sobre o assunto, em fóruns de debates nos meios militar e acadêmico.

19 Instituto de Segurança Pública. Visualização de dados. Disponível em <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>. Acesso em 25/Dez/2019.

AUTORES

- O TC Miguel Angelo Azevedo Lima, do Exército Brasileiro, foi declarado aspirante a oficial de infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 1995. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre suas principais comissões, destacam-se sua atuação como Chefe da Seção de Planejamento e Oficial responsável pela preparação de contingentes no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Chefe de Estado - Maior do Grupamento de Unidades Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada. Atualmente, é o Comandante do 57º Batalhão de Infantaria Motorizado Escola - Regimento Escola de Infantaria, sediado no Estado do Rio de Janeiro.

- O TC Paulo Cesar Neri dos Santos, do Exército Brasileiro, foi declarado aspirante a oficial de infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 1998. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre os principais encargos destacam-se: oficial logístico e fiscal administrativo do Comando de Fronteira do Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva. Atualmente, é o oficial de logístico do Grupamento de Unidades Escola - 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada no Rio de Janeiro/RJ.

- O Maj Arones Lima da Rosa, do Exército Brasileiro, foi declarado aspirante a oficial de infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 2000. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre suas principais comissões, destacam-se: Sub-comandante do 1º Batalhão de Guardas, oficial de operações da 9ª Bda Inf Mtz, atualmente é instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sediada no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- O Maj Rodrigo Pereira Pinto, do Exército Brasileiro, foi declarado aspirante a oficial de infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 2000. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre suas principais comissões, destacam-se: instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, comandante de Companhia de Polícia do Exército no 1º BPE e oficial de Comunicação Social da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada. Atualmente é o oficial de inteligência do Grupamento de Unidades Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada.

UMA AÇÃO DE INVESTIMENTO NO CENÁRIO DE NÃO GUERRA DA INTERVENÇÃO FEDERAL DA SEGURANÇA PÚBLICA- NO RIO DE JANEIRO

Maj Cav João Carlos de Almeida Lima

1. INTRODUÇÃO

Uma das missões constitucionais das Forças Armadas (FA) é a Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Entretanto, o emprego do poder militar no Brasil em operações desta natureza somente ocorrerá quando configurarem-se esgotadas as capacidades das forças tradicionais de segurança pública dos Estados, em caso de grave perturbação ou comprometimento da ordem. Ressalta-se que cabe ao Presidente da República a decisão para o emprego das tropas, “por motivação ou não dos governadores ou dos presidentes dos demais Poderes constitucionais”¹.

Essas operações de GLO enquadram-se no rol das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), assim denominadas pela Força Terrestre em seu manual de operações. Elas se tornaram rotineiras, não apenas para o Exército, mas para todas as FA, merecendo destaque as contribuições para garantir a realização dos grandes eventos ocorridos no Brasil recentemente, tais como a Copa das Confederações, Copa do Mundo e as Olimpíadas/Paraolimpíadas de verão, reforçando a importância da preparação e do adestramento das tropas direta e indiretamente envolvidas.

Para atender a essa nova conjuntura social, o Exército acompanha e estuda as doutrinas empregadas na garantia da lei e da ordem e no combate em localidade, com o objetivo de buscar as melhores práticas para o enfrentamento desses desafios, no intuito de atender aos anseios da sociedade.

Uma das explicações para a participação frequente das FA em operações de GLO está diretamente relacionada às transformações da vida em sociedade. A dependência humana de novas tecnologias e a maior oferta de trabalho disponível nos aglomerados urbanos resultaram em uma elevada concentração de pessoas no entorno desses locais, em busca de melhores condições de vida. Dados apontam 1 Ministério da Defesa. Garantia da Lei e da Ordem. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em 9 de abril de 2019.

que cerca de 80% da população brasileira residem nas cidades. Dessa porcentagem, cerca de 20% são residentes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A acelerada urbanização traz em seu bojo uma série de problemas sociais, muitas vezes de difícil solução e com reflexos no aumento da violência, como é o caso do Rio de Janeiro.

As forças estaduais de segurança pública enfrentam uma onda de violência sem precedentes no Rio de Janeiro. Por diversas vezes, o governo do Estado reconheceu a incapacidade de suas polícias realizarem plenamente suas funções e requereu o emprego das Forças Armadas para atuar em benefício da população fluminense. O emprego das FA em GLO tornou-se cada vez mais corriqueiro com o passar dos anos. Entre 2010 e 2017, das cerca de 30 operações militares desse tipo no Brasil, 10 foram conduzidas no Rio de Janeiro, de acordo com dados do Ministério da Defesa.

As operações de GLO conduzidas nesse estado, a partir de agosto de 2017, foram determinadas por Decreto Presidencial publicado em julho do mesmo ano. Tais operações, denominadas de “Furacão”, intensificaram-se e ganharam maior robustez com o passar do tempo. Durante a vigência desse dispositivo legal, as FA apoiavam os Órgãos de Segurança Pública (OSP) que realizavam operações de busca e apreensão na zona conturbada.

Em fevereiro de 2018, o Presidente da República decretou intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Reportagem da época assim noticiou: **“Crise, falência de UPPs, banalização de fuzis, violência na folia: veja motivos que levaram à intervenção federal no RJ”**.² Para o Coronel R1 PMSP José Vicente Filho³:

Um dos principais motivos de intervenção não é pelo aumento das estatísticas. Há uma qualidade de violência no Rio de Janeiro que é diferente de todo o país. Você tem centenas de comunidades dominadas pelo crime organizado. Os criminosos estão armados com armas de guerra como em nenhum local do país, talvez do mundo.

A decretação da intervenção federal na segurança pública modificou a con-

2 Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crise-falencia-de-upps-banalizacao-de-fuzis-violencia-na-folia-veja-motivos-que-levaram-a-intervencao-federal-no-rj.ghtml>. Acesso em 10 de abril de 2019.

3 Idem.

figuração do emprego das tropas federais, que passaram a ter maior autonomia, atuando, por vezes, sem a presença dos OSP e passaram a realizar o investimento nas comunidades.

O investimento em uma localidade, conforme previsto no Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (EB 70-MC-10.242), constitui-se em uma das fases do emprego da tropa nesse tipo de operação, não sendo, entretanto, imperativa a sua execução. Essa fase depende da escalada da crise, do exame dos fatores da decisão e dos dispositivos legais garantidores das ações das tropas na zona de operações. Pelas características da situação existente, a execução do investimento em localidade foi realizada em diversas ocasiões, exigindo um meticuloso planejamento nos níveis operacional e tático, além do cuidado no emprego dos militares.

E é justamente um desses investimentos, ocorrido na localidade de São Gonçalo, que este artigo apresentará os aspectos mais significativos do planejamento e da execução da operação.

2. SITUAÇÃO GERAL

a. Caracterização do ambiente

A ação de investimento deste artigo ocorreu no município de São Gonçalo, RJ, mais precisamente, no bairro Jardim Catarina. Essa cidade localiza-se no lado leste da Baía de Guanabara, cerca de 30 quilômetros a partir do centro do Rio de Janeiro, utilizando-se como opção de trajeto a ponte Rio-Niterói. Os criminosos, aqui tratados como Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), começaram a migrar para São Gonçalo depois que houve, na capital, grandes enfrentamentos entre eles e as forças estaduais de segurança. Constatou-se que os índices de criminalidade subiram naquele município de destino, assim como aponta o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, que divulgou um mapa da criminalidade em que o município de São Gonçalo apareceu com crescimento em 10 dos 11 tipos de crime mapeados, isso entre março de 2017 a março de 2018.

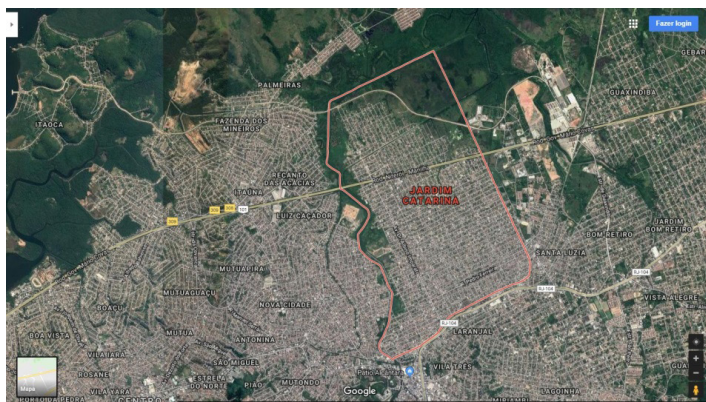
A respeito do local preciso onde ocorreu a operação, sabe-se que o bairro Jardim Catarina teve sua ocupação e valorização intensificada a partir dos anos 1980, favorecida, em boa parte, pela chegada da BR-101 e da construção da Ponte Rio Niterói, ocorrida em meados dos anos 70.

A população do bairro gira em torno de 20 mil pessoas, sendo a maioria da comunidade pertencente à classe média ou pobre da sociedade. As pessoas residem em um ambiente de aproximadamente 6 km² de área, margeada tanto a

leste como a oeste por linhas de fundo (córregos ou talvegues, chamados pelos habitantes locais de “valões”), que funcionam como espécie de sistema para drenagem das águas pluviais, diminuindo os efeitos da possível elevação das águas do Rio Alcântara, que por ali passa muito próximo.

O bairro não possui desníveis de vulto, sendo praticamente plano em toda sua extensão, ou seja, não há pontos que permitam a observação ou controle da área (acidentes capitais chamados de “pontos de comandamento”) em seu interior, diferentemente das comunidades da cidade do Rio de Janeiro que se desenvolvem, mormente, nas encostas dos morros da cidade, ou seja, posições que privilegiam o controle e a observação do terreno. Esse é um aspecto importante para quem deseja manter a posse de um território, pois nesses pontos se estabelecem posições de observação.

Figura 1- Limites do bairro Jardim Catarina.



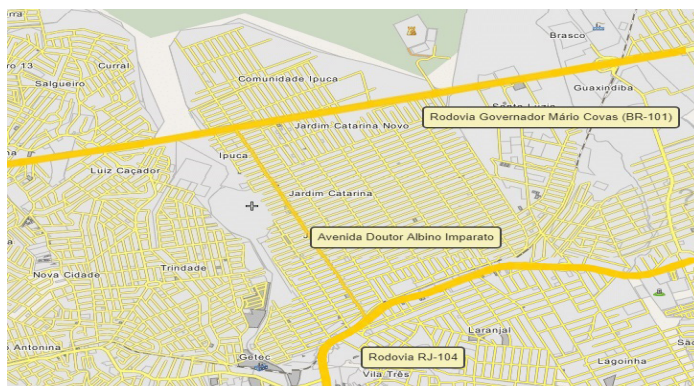
Fonte: Google Maps – acesso em 06 março de 2019.

No Jardim Catarina, assim como em boa parte das comunidades mais humildes do estado fluminense, existe a carência na prestação de serviços do Estado. As Organizações Criminosas (ORCRIM), à medida que bloqueiam as ruas do bairro, impedem o acesso dos serviços de limpeza urbana e dos agentes da secretaria de obras ou infraestrutura, por exemplo, contribuindo significativamente para o agravamento daqueles problemas e prejudicando o bem-estar dos habitantes locais. À época da operação, estimava-se que cerca de 60 vielas estavam impedidas à circulação de veículos naquela área.

As principais vias de circulação da região são a Rodovia Governador Mário Covas/BR-101 (Niterói-Manilha), direção leste-oeste; a Rodovia Amaral Peixoto/RJ-104, com direção sudoeste-nordeste; e a Avenida Doutor Albino Imparato,

que se desenvolve no sentido norte-sul. Essa última avenida é uma ligação de grande valor estratégico, pois permite a conexão entre as duas grandes rodovias citadas, servindo como itinerário de aproximação ou trajeto de fuga.

Figura 2 – Principais ligações no bairro Jardim Catarina.



Fonte: wikimapia.org – acesso em 06 de março de 2019.

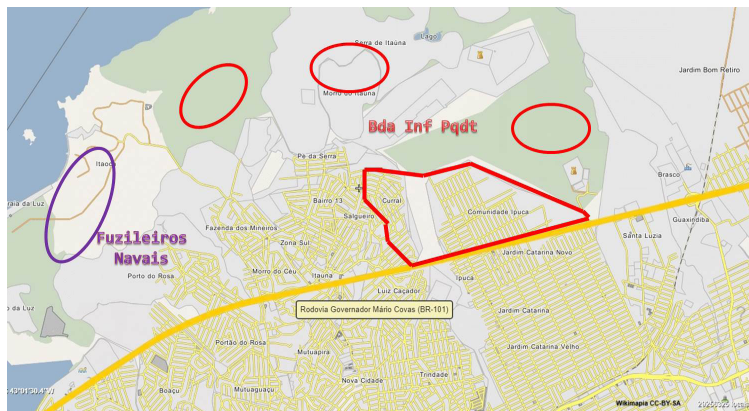
b. Caracterização das forças envolvidas

1) Forças amigas

As forças amigas presentes foram basicamente tropas das Forças Armadas, sendo as tropas do Exército mais largamente empregadas. O Grupo Operativo dos Fuzileiros Navais recebeu como missão isolar a área da baía de Guanabara, estabelecendo com a colaboração da Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) um cinturão de isolamento nas direções oeste-noroeste-norte da zona de ação (Figura 3).

O Exército empregou no cumprimento da missão, além da Bda Inf Pqdt, a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada – Grupo de Unidades Escola (9ª Bda Inf Mtz – GU Es) e a Artilharia Divisionária Nr 1 (AD/1). Com esses grandes comandos aprestados, o Comando Conjunto emitiu a ordem de operações e, a partir daí, os comandantes de brigada desencadearam seus planejamentos, emitindo suas diretrizes aos escalões subordinados.

Figura 03: Isolamento e Z Aç Bda Inf Pqdt.



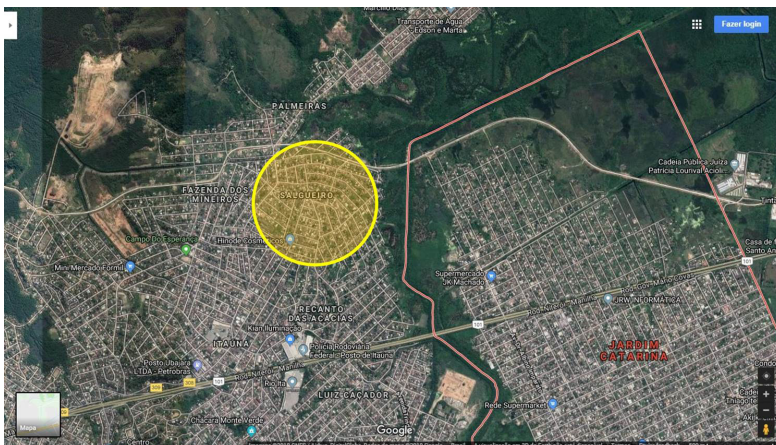
Fonte: autor com base em imagem do wikimapia.org.

A Bda Inf Pqdt recebeu como zona de ação (Z Aç) a parte do bairro conhecida como Comunidade Ipuca, parte Norte que se desenvolve da BR-101 até o sopé da Serra de Itaúna e a parte mais a oeste, no bairro do Salgueiro. Portanto, a BR-101 balizou o limite entre a 9ª Bda Inf Mtz e a Bda Inf Pqdt. O Comando Conjunto atribuiu à AD/1 a Z Aç do bairro Laranjal, ao sul do Jardim Catarina, sendo o limite com a 9ª Bda Inf Mtz balizado pela Rodovia Amaral Peixoto/ RJ-104.

Os batalhões tiveram pouco tempo para seus planejamentos. Tal fato se deu, basicamente, por duas razões: sigilo e grau de adestramento. O primeiro, relacionado diretamente com o princípio de guerra da surpresa, desejável para o cenário daquele momento. O segundo, pela própria rotina de operações das Organizações Militares (OM), que conduziram missões naquela região em ocasiões anteriores, estando com seus efetivos bem preparados.

Vale destacar que o Comando Conjunto emitiu sua ordem em 11 de julho para emprego das tropas entre os dias 14 e 16 de julho, sendo que uma das frações operou isoladamente na área em 12 de julho (Figura 04). Essa missão isolada se caracterizou como uma ação diversionária, prevista em doutrina, buscando iludir as forças adversas quanto às reais intenções das tropas federais na região. A ação ocorreu na região do Salgueiro, área a noroeste do bairro Jardim Catarina.

Figura 4 – Ação Diversionária em 12 de julho.



Fonte: Google Maps – acesso em 06 de março de 2019.

A 9ª Bda Inf Mtz operou com seus três Batalhões de Infantaria Motorizados e o Regimento de Cavalaria Mecanizado. As unidades de artilharia e comunicações orgânicas dessa brigada não receberam áreas de responsabilidade para o investimento. Entretanto, o 31º Grupo de Artilharia de Campanha Escola (31º GAC Es) cooperou para o completamento dos efetivos das frações dos batalhões ou do regimento.

Figura 5 – Z Aç 9ª Bda Inf Mtz e AD/1.



Fonte: autor com base em imagem do wikimapia.org.

A respeito dos efetivos, destaca-se que as unidades da 9ª Bda Inf Mtz atuaram com valor Subunidade (SU), isto é, foi empregado 1/3 do seu valor de combate. A isso foi somada a estrutura de comando e reforçada a estrutura de apoio do escalão subunidade. Tomou-se essa decisão porque as Organizações Militares (OM) continuaram com suas rotinas de instrução, serviços internos e externos e outras atividades administrativas durante todo o período da intervenção federal.

2) Forças Adversas

O Comando Vermelho é a facção criminosa que atua naquela área. Entretanto, não existiam dados precisos quanto à quantidade de pessoas envolvidas diretamente com o tráfico na região. Essa organização criminosa adotou como *modus operandi* fechar ruas para impedir o acesso das forças policiais e o uso de violência para manter o domínio do território por meio do medo.

O crime organizado bloqueou as ruas do bairro e manteve elementos em posições de observação nos principais acessos. Em boa parte, os obstáculos eram construídos com trilhos de trem, blocos de concreto ou até mesmo montes de terra posicionados nas ruas vicinais à Avenida Dr Albino Imparato (figura 06). Os valões tinham armações que se assemelhavam a pontilhões improvisados para permitir a travessia. Os bandidos usaram mobílias (sofás, estantes, grades de colchão) ou mesmo lixo entulhado para confeccionar as “pontes”, garantindo a possibilidade de fugir para o bairro de Trindade (a oeste da Z Aç) ou Santa Luzia (a leste da Z Aç) sem ter que contornar pelos acessos principais.

Figura 6 – Obstáculo encontrado no Jardim Catarina, São Gonçalo, RJ.



Fonte: Márcio Rosa Braz – arquivo Pessoal.

Figura 7 – Engenharia liberando acesso no Jardim Catarina, São Gonçalo, RJ.



Fonte: Márcio Rosa Braz – arquivo Pessoal.

Dados de inteligência indicaram a existência de armas de fogo pesado em posse dos APOP, mas sem armas anticarro (AC), o que permitia empregar carros blindados ou mecanizados sem maiores preocupações. Os criminosos empregaram o armamento para manter os obstáculos sob fogos. Durante uma ação preliminar, elementos de tropas especiais relataram que abriram fogo contra um grupo de APOP que vigiava uma barreira de obstáculo na comunidade Ipuca. Após a evasão dos criminosos, o veículo blindado da tropa sofreu avarias ao tentar contorná-lo.

3. MISSÃO DAS FORÇAS FEDERAIS

A missão da tropa era retomar o controle da área, de modo a possibilitar que as agências públicas realizassem os serviços em benefício da população. Também tinha como missão capturar os três chefes da organização na região, que configuravam o “tripé” do tráfico em São Gonçalo. Para isso, a localidade precisava ser isolada e, em sequência, ser investida para limpar a área e conquistar objetivos para cercar um possível local de homizio desses elementos no Jardim Catarina.

A desobstrução das ruas foi outra tarefa atribuída às tropas. Para esse fim, empregou-se a engenharia, que retirou barreiras das ruas e liberou o trânsito nas ruelas, permitindo que a polícia pudesse, ao amanhecer, conduzir operações de busca e apreensão.

4. PLANEJAMENTOS

a. A contribuição da inteligência e o reconhecimento para o planejamento

Após as ordens do Comando Conjunto, as brigadas tiveram pouco mais de 24 horas para emitir suas ordens aos batalhões. Considerando o prazo disponível, as brigadas optaram por conceder um maior período de tempo para que seus batalhões realizassem o planejamento, a fim de cumprir a missão imposta. O mesmo princípio não foi replicado dos batalhões para as subunidades. As ordens aos elementos subordinados foram emitidas no dia da ação no objetivo, não permitindo que as SU planejassem nas condições mais adequadas. Essa medida tentou evitar possíveis vazamentos de informação, buscando obter a surpresa da operação.

Outro aspecto a ser destacado é que o planejamento não contemplou o reconhecimento. Essa atividade comprometeria o caráter confidencial da operação. A falta do reconhecimento no terreno impossibilitou a ratificação ou retificação das informações dos canais de inteligência. A fim de diminuir esses reflexos, foram dispostas tropas no terreno antes da ação principal. Elas ocuparam postos de observação para monitorar regiões de interesse para a inteligência (RIPI) e também com a finalidade de garantir a segurança nos locais de aterragem dos elementos aerotransportados da Bda Inf Pqdt.

Com isso, o planejamento baseou-se nos informes dos canais de inteligência elaborados a partir de imagens dos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) do Esquadrão HÓRUS da FAB e do “Olho da Águia” da Aviação do Exército, bem como de conhecimento de inteligência produzido pela agência do Comando Conjunto. Esses canais caracterizaram o oponente como desorganizado e relativamente fraco, constatando que o armamento utilizado pelos APOP não seria suficiente para impedir o sucesso do investimento das forças de segurança, fortalecendo a opção pelo “investimento seletivo” durante o exame de situação do comandante.

Observou-se também que medidas de coordenação e controle, julgadas importantes para a efetividade dos resultados, não foram estabelecidas. Por exemplo, citam-se as linhas de controle ou pontos de controle que não foram planejados no itinerário de deslocamento para aproximação da área problema. Destaca-se que o trajeto foi relativamente longo, cerca de 100 quilômetros, pois não se utilizou o trajeto pela ponte Rio-Niterói, optando-se por contornar a baía de Guanabara em sua porção norte. Acrescenta-se a isso a falta de pontos de ligação dentro da Z Aç, uma medida importante que permite a troca de informações, garante a segurança na progressão e mantém a integridade dos limites dentro da zona de ação.

b. O planejamento do deslocamento

O horário de partida foi definido para 22 horas. Com isso, o deslocamento dos 1º e 2º escalões, que duraria aproximadamente duas horas, faria a tropa chegar à área problema em horário não amparado por lei para a realização dos mandados de busca e apreensão. Além do mais, decidiu-se por não avisar o Batalhão de Polícia Militar de São Gonçalo, na intenção de manter a confidencialidade, ficando os OSP encarregados das buscas na aurora do dia seguinte.

Para obter a surpresa, o planejamento do itinerário evitou passar pela ponte Rio-Niterói, que seria o caminho mais provável e curto. Os comandantes conduziram a marcha de aproximação por um deslocamento longo, valendo-se das BR-040 e BR-493 (Saracuruna – Magé – São Gonçalo). Esse itinerário seria utilizado pelos 1º e 2º escalões. O escalão reserva seguiria pela ponte. A tropa tomou conhecimento do trajeto apenas durante o deslocamento, evidenciando-se a preocupação com o sigilo da operação.

Junto ao 1º escalão estariam o comandante do Batalhão, o oficial de operações e o comandante da SU, que contaria com um pelotão para manobrar. Após o desembarque em uma área de apoio dentro da zona de operações de cada OM e com a segurança da orla da área problema estabelecida, ocorreria o embarque das frações nas viaturas operacionais que chegariam com o 2º escalão. Terminado o embarque nas viaturas, iniciaria o investimento na localidade para a conquista dos objetivos planejados. Em resumo, o 1º escalão seguiu em ônibus administrativo até uma área de apoio na zona de ação; lá chegando, aguardou as viaturas operacionais que vinham com o 2º escalão; com as viaturas operacionais, iniciou o investimento na localidade.

Ressalta-se que essas áreas de apoio são os chamados “objetivos de orla”, onde a sua conquista é uma ação prevista na doutrina de ataque a localidade, conforme o previsto no manual C 7-20. Com base nessa doutrina, houve a opção pelo “investimento seletivo”, que é uma forma de imprimir rapidez ao processo de ocupação do território, permitindo a consecução de parte das tarefas propostas para a missão.

c. A documentação empregada para o planejamento

Ao verificar-se o planejamento das frações, ficou clara a obediência ao que prescreve a seguinte documentação: MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem, do Ministério da Defesa; C 85-1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem (EB-70-MC-10.242); C 7-20 Batalhões de Infantaria; e o EB70-CI-11.408 Caderno de Instrução o Pelotão de Fuzileiros no Combate em Área Edificada. Essa documentação destaca a atuação das tropas em GLO, mas alguns procedimentos de

progressão no ambiente urbano são mais bem detalhados nos manuais que não tratam especificamente de garantia da lei e da ordem, abordando o combate em área edificada ou em localidade, termo que varia conforme o manual consultado.

O combate em localidade segue várias etapas lógicas de acordo com a doutrina em vigor. São elas: o isolamento, a conquista de uma área de apoio na periferia e a progressão no interior da localidade (investimento). No caso da operação no bairro Jardim Catarina, a Bda Inf Pqdt ficou com a responsabilidade pelo isolamento de localidade e a 9ª Bda Inf Mtz foi encarregada pela conquista das áreas de apoio na periferia da área problema, mantendo os pontos para reagrupamento de forças, a fim de permitir o início do investimento.

Uma discussão interessante sobre o investimento é o tratamento dado a essa ação pelos diferentes manuais. Ele é considerado como uma das fases do emprego de tropa no manual de GLO – C 85-1. De acordo com este manual, o investimento é “a entrada de grupos especiais na área conturbada para conquistar os acidentes capitais que permitam o controle da área, neutralizar grupos armados e capturar líderes”, sendo “realizado durante ou logo após o cerco” (C 85-1, p.6-6). Por sua vez, nos demais manuais mencionados, o investimento é uma ação tática que ocorre durante o ataque a localidade, que pode ser conduzida de forma sistemática ou “seletiva”.

A opção pelo “investimento seletivo” pareceu ser acertada para o cenário existente da GLO no Rio de Janeiro. De acordo com o C 7-20, Batalhões de Infantaria, a terceira fase do investimento em localidade consiste na “progressão sistemática, de casa em casa, quarteirão por quarteirão, através da área edificada. Nesta fase, adquire particular importância a coordenação das unidades empenhadas” (BRASIL, 2003).

Por sua vez, o conceito de “investimento seletivo” atende ao pressuposto doutrinário de considerar necessário impor velocidade ao deslocamento, pois se a progressão for lenta, há o risco da força oponente inviabilizar o acesso a um acidente capital planejado para ser conquistado pela força de investimento. Outro aspecto a se destacar é a menção a um adversário fraco na localidade, desobrigando a tropa em 1º escalão da limpeza da área edificada pelo processo sistemático, cabendo tal tarefa às tropas de acompanhamento ou até mesmo à reserva.

O manual C 17-20 Forças-Tarefas Blindadas descreve as medidas de coordenação e controle a serem adotadas para os processos de investimento. Quando se trata do “seletivo”, o manual ressalta que, nas localidades fracamente defendidas, a progressão deve ser rápida para conquista da orla posterior da cidade e as tropas que vierem à retaguarda realizarão a limpeza (BRASIL, 2002). Em novem-

bro de 2018, quase ao final da Intervenção Federal, o Comando de Operações Terrestres aprovou o manual EB70-MC-10.303 Operação em Área Edificada, detalhando melhor esse tipo de investimento.

Na literatura de GLO encontram-se também parâmetros específicos de conduta para as operações, as quais carecem de maior estudo. Verifica-se, por exemplo, que as tropas de Forças Especiais são consideradas as mais aptas para cumprir as tarefas de aprisionamento de lideranças, atendimento à população e captura de armas. No entanto, são tarefas que podem ser executadas por elementos de tropas convencionais bem adestradas, deixando as tropas especiais mais dedicadas aos seus reais propósitos.

Outro aspecto a se ressaltar é o uso do termo vasculhamento. Enquanto que na GLO ele é considerado uma ação, no ataque à localidade ele é um procedimento do investimento. Portanto, em GLO parece haver uma separação momentânea, inferindo a possibilidade de que tropas diferentes realizem as tarefas de investir e vasculhar, enquanto no combate em localidade, há uma conduta para vasculhar inserida no investimento, ou seja, caracterizando sua execução por um mesmo elemento de manobra.

5. EXECUÇÃO

a. O deslocamento até a área problema

O deslocamento ocorreu conforme o planejamento, deslocando-se o 1º escalão por meio descaracterizado e o 2º com as viaturas blindadas. Houve uma preocupação quanto ao equipamento a ser transportado, ao armamento e às vagas disponíveis dentro dos veículos disfarçados. Para isso, foi providenciado o escurecimento dos vidros dos meios de locomoção, dificultando a visualização da tropa em seu interior. Além disso, foi imprescindível a total disciplina de luzes internamente nos veículos utilizados, com a finalidade de seus ocupantes não serem identificados. O uso do equipamento individual, particularmente do capacete e do colete à prova de balas, compensou a falta de proteção blindada nas viaturas utilizadas pelo 1º escalão.

Durante o deslocamento das tropas do 2º escalão, detectou-se o uso de dispositivos móveis com aplicativos que permitiam identificar melhores rotas para atingir a área de operações. Esses aplicativos possibilitam antever se a rota está livre, com trânsito pesado, leve ou moderado, bem como se possui impedimento no itinerário planejado. São informações quase em tempo real e funcionam de forma colaborativa, ou seja, o usuário insere as alterações percebidas nas ruas. Assim, o equipamento GPS de campanha pareceu ter perdido lugar para os *smartphones* quando se opera em ambiente urbano.

Destaca-se que as novas tecnologias dependem de outros sistemas para o bom funcionamento. No caso dos aparelhos inteligentes de telefonia, sua eficiência está diretamente ligada à existência da rede de dados oferecida pelas estações rádio base, operadas por empresas de comunicações civis. Sem essa cobertura, o dispositivo não é eficaz. Portanto, na operação em tela, parte do longo itinerário de deslocamento poderia ser afetado pela ausência do sinal de dados, o que demandaria dos executantes outro meio para auxiliar na navegação em caso de falha da tecnologia mencionada.

b. O investimento

Após o desembarque, as forças de segurança se reorganizaram para realizar o investimento a partir das áreas de reunião ocupadas próximas às linhas de partida. O investimento executado foi o “seletivo” e os objetivos marcados no interior do bairro foram conquistados sem reação da parte dos APOP, possibilitando que os elementos subordinados iniciassem o patrulhamento ostensivo, ocupando pontos estratégicos dentro da zona de operação. Vale ressaltar que a primeira fase do investimento ocorreu sem a presença do escalão reserva na área de operações. Em caso de necessidade de substituição ou reforço dos elementos do 1º escalão, ao menos nos primeiros momentos, as forças em reserva não poderiam cumprir suas tarefas previstas.

As unidades detinham três formas de estruturar os pelotões com suas viaturas. A primeira, com as chamadas “leves”, reunindo apenas viaturas (Vtr) “Marruá” do tipo cargo (com compartimento maior na carroceria e que possibilita transporte de um grupo de combate a nove homens); a segunda, combinando as VBTP (blindados com capacidade para transportar 11 homens) e as Vtr Cargo, no mesmo pelotão, composição chamada de “média”; e, uma terceira, empregando apenas o material blindado (VBTP), nomeada como “pesada”.

Assim, como ocorreu com as viaturas, houve a necessidade de flexibilização na constituição de pessoal das frações, pois os militares eram oriundos das mais diversas OM. Isso ocorreu porque a vida administrativa nas organizações militares continuou normalmente. Esse tipo de situação dificulta a ação de comando do líder da pequena fração por não ter sido respeitada a integridade tática, uma vez que comandantes e subordinados travaram contato entre si pela primeira vez no momento da ação real, dificultando o desenvolvimento da liderança.

Os patrulhamentos continuaram durante toda a permanência das tropas no local. Essas ações foram executadas empregando dois terços do efetivo empenhado e um terço em condições de reforçar. O reforço ficou localizado em pontos de reunião, próximos aos postos de comando (PC) dos Comandantes de

Subunidade, permitindo uma ação rápida e com envergadura em toda a zona de operação.

A tropa empregada no patrulhamento, também, recebeu como missão o bloqueio dos acessos à zona de operação, bem como vasculhamento de áreas suspeitas. Assim, atingiu-se de maneira ampla e irrestrita um ambiente seguro e estável, possibilitando a execução de mandados de busca por parte dos agentes das outras agências.

Na tarde do dia 16 de julho, as tropas exfiltraram-se da área de operações sob a coordenação do Estado-Maior da 9ª Bda Inf Mtz. Essa ação transcorreu sem problemas e a tropa seguiu para o aquartelamento.

c. A participação do apoio à mobilidade, do apoio logístico e do sistema de comando e controle

Após a consolidação das ações de vasculhamento, elementos do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (Escola), orgânico da 9ª Bda Inf Mtz, iniciaram a desobstrução das vielas para permitir a livre mobilidade dos cidadãos.

O apoio logístico cerrou para o local previsto onde seria estabelecida uma zona de reunião (Z Reu). A área escolhida coincidia com um dos objetivos propostos para a força de investimento, conforme o planejado. A partir dali, o comandante de Batalhão conduziu os *briefings* no sentido de orientar os procedimentos dos elementos subordinados.

O comando e controle utilizou o sistema Pacificador, assegurando uma consciência situacional satisfatória. O PC do comandante do batalhão (Cmt Btl) esteve durante todo o tempo em ligação com seus elementos subordinados e com o escalão superior, permitindo que o comandante acompanhasse a evolução dos acontecimentos da SU no terreno. Isso facilitou sobremaneira a ação de comando do próprio comandante, que passou a fiscalizar alguns pontos da área de operações já ocupados realizando rondas motorizadas.

6. CONCLUSÃO

Esse artigo possibilitou uma reflexão sobre a doutrina da garantia da lei e da ordem, bem como explorou outros aspectos do combate urbano. Os manuais que pormenorizam os dois temas se complementam, principalmente em relação aos detalhes das táticas, técnicas e procedimentos do combate em área edificada, formando uma concepção básica para o emprego em GLO.

Um dos ensinamentos doutrinários colhido foi a flexibilização na consti-

tuição das frações. A quebra na rigidez da estrutura de material dos pelotões foi necessária quando da indisponibilidade da totalidade de viaturas, em especial as que ofereciam proteção blindada adequada, inviabilizando a organização dessas frações apenas e exclusivamente com esses meios. Ressalta-se que a 9ª Bda Inf Mtz, por vezes, cedeu esse tipo de viatura àquelas unidades que não a possuíam, como foi o caso da Bda Inf Pqdt e da AD/1, além de tropas especiais, como já mencionado neste artigo.

O enfrentamento aos APOP, empregando um módulo com fuzileiros mecanizados, providos de proteção blindada, não pôde ser plenamente alcançado. Além da diversidade de material citada, a viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP), do porte do Guarani ou do Urutu, possui manobra restrita dentro das vielas das comunidades. Sendo assim, coube aos comandos operativos decidir por composições variadas. Em linhas gerais, para o emprego no cenário da intervenção, cada comunidade a ser investida carecia de uma proposta diferente de composição dos meios blindados. A opção mais adequada baseou-se nos fatores da decisão: a missão, o oponente, o terreno, os meios e tempo disponíveis e as considerações civis.

O líder da pequena fração precisa conquistar o respeito e admiração do subordinado. O comandante de pelotão, ao conhecer suas praças apenas no momento da operação, limitará o desenvolvimento da confiança, pois isso requer tempo de convivência. Por meio dela, conquistará o respeito e a admiração inerente à liderança. Às vezes, em uma situação real, podem não bastar apenas a hierarquia e a disciplina.

A essa questão, soma-se o fato de que as tropas empregadas durante a Intervenção Federal, diferentemente do modelo adotado nas Operações Arcanjo e São Francisco, mantiveram suas rotinas administrativas, desviando a atenção, os esforços e parte dos efetivos para atividades distintas das operações de GLO.

Outra oportunidade de discussão surgiu ao se verificar a presença do Cmt e elementos do seu estado-maior junto ao pelotão do 1º escalão que realizou a primeira investida na Z Aç. É desejável que o comandante esteja próximo à ação principal e a doutrina defende que uma das formas de intervenção no combate é por meio da sua presença, passando a influenciar seus subordinados no cumprimento da missão pela liderança. Todavia, há de se pensar no reflexo ao moral da tropa em caso de uma baixa do comandante ou de um elemento do estado-maior.

Uma observação julgada importante foi a de não deixar aspectos consagrados das normas de comando em segundo plano. Mesmo que as novas tecnologias permitam ou pareçam oferecer recursos em substituição a essas normas, tais

medidas de coordenação e controle são importantes para melhor compreensão da manobra e redução de possíveis situações de conduta durante a execução. Além disso, é desejável praticar a máxima da redundância ou “dobra de meios”, muito comum nos planejamentos militares, pois em caso de pane de algum equipamento, deve haver outro em condições de dar solução de continuidade, contribuindo para o sucesso da missão e não gerando improvisações.

Na doutrina atual, parece existir espaço para o estudo detalhado do combate urbano nos maiores escalões táticos. Ratificando essa afirmação, constata-se que há, ao menos, um caderno de instrução atualizado para o pelotão, mas a documentação doutrinária atual destina pouca atenção sobre o como fazer no nível tático da SU e do batalhão, incitando um olhar mais crítico sobre técnicas recentes que podem melhorar procedimentos, como o investimento e seus três processos, por exemplo.

Em termos doutrinários, a maneira de planejar e conduzir o investimento possui diferenças significativas nos tipos de operações militares. Para o investimento em um ataque a localidade, a doutrina indica a realização de um isolamento prévio da área, tendo que seu “principal objetivo é impedir que o inimigo receba reforços ou suprimentos” (EB70-MC10.303 Operação em Área Edificada, 1a Edição, 2018, p.3-5). Por sua vez, o investimento em uma operação de garantia da lei e da ordem é realizado após o cerco da área conturbada, com o “objetivo de impedir a saída ou entrada das F Adv ou de material da área cercada” (C 85-1, 2010, p.6-5). Para investir em um ataque a localidade, o isolamento é feito a distância. Em uma operação de GLO, o cerco é feito próximo do local que será investido.

O atual Manual de Campanha EB70-MC10.242 Operação de Garantia da Lei e da Ordem, 1ª Edição, 2018, aborda superficialmente o investimento, o cerco e o isolamento.

Por fim, verifica-se que as operações realizadas trouxeram resultados positivos para as Forças Armadas, em particular ao Exército. A produção do conhecimento de interesse doutrinário, com base nos relatórios e ensinamentos colhidos, permitirá a atualização e edição de manuais. As lições aprendidas contribuirão para o êxito em novas missões com características similares e para o aperfeiçoamento de técnicas, táticas e procedimentos, contribuindo para o engrandecimento da Força Terrestre.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.** Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Diário Oficial da União, Edição Extra Brasília, DF, 16 fev. 2018. Seção 1, p.1.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-10. Garantia da Lei e da Ordem. 2. Ed.** Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas. 5. Ed.** Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Operação Segurança e Paz:** 8.500 militares das Forças Armadas atuarão em GLO no Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/33430-operacao-seguranca-e-paz-8-500-militares-das-forcas-armadas-atuarao-em-glo-no-rio-de-janeiro>> Acesso em 06 mar. 2019.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 17-20: Forças-Tarefas Blindadas. 3. Ed.** Brasília, DF, 2002.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 7-20: Batalhões de Infantaria. 3. Ed.** Brasília, DF, 2003.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem. 2ª Ed.** Brasília, DF, 2010.

_____. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.242. Operação de Garantia da Lei e da Ordem. 1 Ed.** Brasília, DF, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. **Observatório da intervenção.** Disponível em: < <https://www.ucamcesec.com.br/projeto/observatorio-da-intervencao/>>. Acesso em: 09 de nov. 2018.

DEFESA NET. **Modernização do sistema pneumático da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal EE 11 - URUTU.** Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/26765/Modernizacao-do-sistema-pneumatico-da-Viatura-Blindada-de-Transporte-de-Pessoal-EE-11---URUTU/>>. Acesso em: 01 nov. 18.

FLUMINENSE, O. **Violência dispara em Niterói.** 2018. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/pol%C3%ADcia/isp-viol%C3%AAn-cia-dispara-em-niter%C3%B3i>> Acesso em 06 mar. 2019.

GONÇALVES, R. V. **A Força-Tarefa Batalhão de Infantaria Blindado no Ataque à Localidade: uma doutrina de emprego da turma de Caçadores**. 2017. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1117/1/Mest_Inf_Villela_Esao.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

GRANDE, P. C. **Impressões ao dirigir: VBTP Guarani**. Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/testes/impressoes-ao-dirigir-vbtp-guarani/>>. Acesso em: 01 nov. 18.

MESQUITA, A. ALEXANDRE. **O Combate Urbano - Como organizar as unidades de combate da Brigada Blindada, para o investimento a uma localidade, baseado no estudo das campanhas em Beirute (1982), Grozny (1994) e Bagdá (2003)**. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/CombateUrbano.pdf>>. Acesso em: 09 de nov. 2018.

REDAÇÃO O SÃO GONÇALO. **Novas barricadas são colocadas no Jardim Catarina**. 2018. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/51489/novas-barricadas-sao-colocadas-no-jardim-catarina>> Acesso em 02 jan. 2019.

WIKIMAPIA.ORG. **Mapa de São Gonçalo**. 2019. Disponível em: <<http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-22.794699&lon=-42.998857&z=14&m=w>> Acesso em 15 jan. 2019.

O EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Cel R/1 Inf José Benedito Cruz Júnior¹

Cap Int Felipe Tavares Vilas Boas²

1º Ten Inf Vinícius Mendonça³

1. INTRODUÇÃO

O emprego militar de aeronaves remotamente pilotadas (ARP) remonta à Primeira Guerra Mundial, quando o Corpo Aéreo do Exército dos Estados Unidos patrocinou o projeto do “torpedo aéreo Kettering”, ou “Kettering Bug”, da General Motors: “De acordo com sua ideia, este veículo movido por um mecanismo de relógio deveria soltar as asas em um lugar programado e cair em território inimigo como uma bomba” (TROPAS DE ELITE, 2018).

Porém, tanto o Kettering Bug quanto projetos semelhantes, de empresas inglesas, não tiveram sucesso e não foram utilizados em combate, pois a tecnologia da época não permitia a criação de uma ARP viável e confiável, e os projetos foram suspensos.

Imagem 1 – O Kettering Bug.



Fonte: Tropas de Elite (2018)

No entanto, as Marinhas dos EUA e do Reino Unido vislumbraram a possibilidade das ARP servirem como alvos para treinamento da artilharia antiaérea e esse foi seu principal uso por quase cinquenta anos. O controle desses alvos aéreos era, normalmente, feito por meio de rádio.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha dos EUA patrocinou a pesquisa e o desenvolvimento de novos meios de controle de voo e navegação das ARP, direcionando seus esforços para a inclusão de câmera de televisão e a criação de um sistema de orientação por radar.

Após a Segunda Guerra Mundial, as ARP foram utilizadas em missões de reconhecimento e como alvos aéreos para treinamento de pilotos e artilheiros antiaéreos.

Os maiores avanços na área ocorreram: com os norte-americanos durante a Guerra do Vietnã, na qual as ARP foram intensamente utilizadas em missões de reconhecimento; com os israelenses, durante a Guerra do Yon Kippur, em 1973; na invasão do Líbano, em 1982, quando foram utilizadas tanto em missões de reconhecimento quanto em missões de supressão das defesas antiaéreas inimigas; e novamente com os norte-americanos, na guerra global contra o terrorismo, quando os Sistemas Aéreos Remotamente Pilotados (SARP) se tornaram os principais meios para a execução das missões de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA), além de serem empregadas, pela primeira vez, as ARP armadas.

As ARP no Exército Brasileiro seguem um caminho semelhante ao das aeronaves pilotadas, sendo, inicialmente, utilizadas como meios de reconhecimento, a exemplo do emprego nas Operações no Amplo Espectro em Ambiente Interações durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 EMPREGO MILITAR DAS AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (ARP)

A utilização de plataformas aéreas não tripuladas no Exército Brasileiro iniciou-se, segundo Eiriz (2007, p.17), a partir do ano de 1975, quando a Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe) adquiriu algumas unidades do alvo aéreo, modelo norte-americano, NORTHROP KD2R5, que já era empregado pela Marinha do Brasil.

Segundo Pereira (2016, p.9), ainda que se tenha despendido tal esforço, podemos perceber que, na atualidade, as ARP utilizadas pelas Forças Armadas brasi-

leiras demonstram certo atraso tecnológico quando comparadas com as utilizadas em conflitos mais recentes. Deve-se ressaltar que as ARP, quando dotadas de determinados dispositivos eletrônicos, podem apresentar resultados extremamente eficazes, constituindo-se em um excelente material de emprego militar (MEM) para a Força.

Além disso, no combate atual, deve-se reduzir ao mínimo tanto as baixas civis resultantes das ações militares, o chamado “dano colateral”, quanto as próprias baixas militares, pois a opinião pública não aceita perdas massivas, como as que ocorreram em guerras passadas.

As ARP vêm ao encontro desse desiderato, já que, na atualidade, são dotadas de equipamentos que permitem a aquisição de alvos com elevada precisão e podem conduzir armamento “inteligente”, reduzindo a possibilidade de um ataque provocar o indesejado “dano colateral”. Além disso, a inexistência de um piloto a bordo elimina qualquer baixa militar, devido à queda da aeronave, em virtude de pane ou ação inimiga.

Há a necessidade de lembrar que a nomenclatura adotada pelo manual é antiga, sendo que hoje os veículos aéreos não tripulados (VANT) são divididos em duas subcategorias: a ARP (Aeronave Remotamente Pilotada, do inglês *Remotely Piloted Aircraft*) e a aeronave autônoma. Deve-se ressaltar que, neste estudo, trataremos apenas das ARP, pelo fato das aeronaves autônomas terem seu uso proibido no Brasil.

Para Marinho (2015), uma ARP consiste de uma aeronave não tripulada em cuja operação o piloto não está a bordo, mas a controla remotamente por intermédio de uma interface (computador, simulador, controle remoto e outros).

A doutrina atual do Exército, constante no manual EB20-MC-10-214 (Vetores Aéreos da Força Terrestre), explica a formação de um sistema de ARP (SARP) da seguinte forma: “Em geral, um SARP é composto de três elementos essenciais: o módulo de voo, o módulo de controle em solo e o módulo de comando e controle. Inclui, ainda, a infraestrutura de apoio e os recursos humanos necessários a sua operação” (BRASIL, 2014, p. 4-2).

Ainda segundo o manual supracitado, os módulos de um SARP têm a seguinte composição:

“a) Módulo de voo – composto pelo vetor aéreo e pela carga paga. O vetor aéreo consiste da aeronave propriamente dita com seus equipamentos necessários para o

controle e navegação do voo. A carga paga, por sua vez, também pode ser chamada de payload e consiste de equipamentos voltados para o cumprimento da missão, tais como câmeras, rádios e armamentos, por exemplo;

b) Módulo de Controle Operacional – compreende a Estação de Controle de Solo (ECS), a qual pode ser fixa ou móvel e é dividida em três partes: o subsistema de preparação e condução da missão, o subsistema de controle da aeronave e o subsistema de operação da carga paga;

c) Módulo de Comando e Controle – compreende os órgãos responsáveis por realizar os enlaces de voo. Tais enlaces se referem a transmissão de informações entre a estação em solo e a aeronave e entre a estação em solo e o órgão responsável pelo controle do espaço aéreo;

d) Módulo de Apoio Logístico – fundamental para a operacionalização de todo o sistema, é composto por grupos responsáveis não só pelo transporte e manutenção das aeronaves e equipamentos, mas também pelo fornecimento de suprimentos;

e) Módulo de Recursos Humanos – constituído por todo o pessoal envolvido na operacionalização dos módulos do SARP. Trata-se de um módulo para o qual deve-se ter bastante atenção, buscando sempre o aprimoramento técnico-profissional, de maneira que os profissionais envolvidos estejam sempre atualizados com as novas tecnologias que forem sendo incrementadas ao sistema” (BRASIL, 2014, p. 4-3).

As ARP têm ganhado cada vez mais papel de destaque nos conflitos atuais. Isso deve-se ao fato de ser um MEM de grande capacidade, devido, principalmente, a seus sistemas de alta tecnologia, que lhe proporcionam grandes vantagens em combate. (BRASIL, 2012, p.3).

Quadro 1 – Categoria das Aeronaves Remotamente Pilotadas.

Categoria	Nomenclatura Indústria	Atributos				Nível do Elemento de Emprego
		Altitude de operação	Modo de Operação	Raio de ação (km)	Autonomia (h)	
6	Alta altitude, grande autonomia, furtivo, para ataque	~ 60.000 ft (19.800m)	LOS/BLOS	5.550	> 40	MD/EMCFA ³
5	Alta altitude, grande autonomia	até ~ 60.000 ft (19.800m)	LOS/BLOS	5.550	> 40	
4	Média altitude, grande autonomia	até ~ 30.000 ft (9.000m)	LOS/BLOS	270 a 1.110	25 - 40	C Op
3	Baixa altitude, grande autonomia	até 18.000 ft (5.500m)	LOS	~270	20 - 25	F Op
2	Baixa altitude, grande autonomia	até 10.000 ft (3.300m)	LOS	~63	~15	GU/BiaBa/Rgt ²
1	Pequeno	até 5.000 ft (1.500m)	LOS	27	~2	U/Rgt ¹
0	Micro	até 3.000 ft (900m)	LOS	9	~1	Até SU

Fonte: Brasil (2014)

2.2 AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS UTILIZADAS PELAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

2.2.1 HERMES 900 DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB)

O Hermes 900, ARP do sistema Elbit adquirida pela FAB em 2014, foi operado pela 1ª vez durante a Copa do Mundo pelo Esquadrão Hórus, que realizou missões de Garantia da Lei e da Ordem em prol da segurança. A aeronave possui um sistema eletro-ótico SKEYE, capaz de monitorar vários lugares simultaneamente, permitindo que os operadores acessem vídeos em tempo real e arquivos de vídeo e foto de missões aéreas atuais e anteriores, realizando consultas das imagens por hora, tempo e evento.

O equipamento está entre os mais modernos do mundo e reforça o monitoramento de fronteiras. Ele é operado pelo 1º/12º GAv (Esquadrão Hórus), sediado em Santa Maria (RS), a partir da mesma estação de operação de sua versão anterior (Hermes 450, fabricado pela empresa israelense Elbit Systems).

Imagem 2 – O Hermes 900



Fonte: Tecnologia e Defesa (2019) e Agência Força Aérea Brasileira (2019)

Verifica-se que, pela sua vocação aérea, a FAB dispõe de SARP elaborados, como os de categoria “3” e “4”. São sistemas que, pelo nível de complexidade de sua operação, exigem infraestrutura específica e recursos humanos especializados. Concentrados no 1º/12º GAv, apoiam as demais Forças Singulares nas operações de amplo espectro. Durante a Intervenção Federal, este sistema atuou em benefício da 9ª Bda Inf Mtz, transmitindo imagens em tempo real, no desenrolar de uma operação de investimento na região de São Gonçalo, o que assegurou o conhecimento daquela área facilitando a tomada de decisões.

2.2.2 CARCARÁ DA MARINHA DO BRASIL (MB)

O Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) iniciou o programa de estudo e desenvolvimento de VANT que atendesse as suas necessidades, com o objetivo de incrementar sua eficácia de inteligência em tempo real e concebendo uma robusta plataforma para atender as principais especificações militares, tais como: simplicidade, manutenção simples,

facilidade de operação e aumento de sua capacidade de vigilância. (ALMEIDA; MIRANDA NETO, 2009).

Depois de estudados alguns modelos, o escolhido foi o VANT Carcará, dando-se início ao projeto VANT Carcará, em parceria com a empresa SANTOS LAB. (ALMEIDA; MIRANDA NETO, 2009).

O *minivan* Carcará, da brasileira Santos Lab, é uma solução bastante simples e de baixo custo para coletar imagens de uma área de interesse e transmiti-la em tempo real para uma base remota. Sua nova versão, o VANT Carcará II, operado pelo Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, possui sensor eletro-óptico dotado de *zoom* de 10X ou infravermelho alternativamente. O alcance de seu datalink chega a 15 km (Andrea Polimeno e Ivan Plavetz, AERO MAGAZINE, 23 de janeiro de 2012).

Apesar de a ARP Carcará vir auxiliando os Fuzileiros Navais nas Operações de GLO, nas operações que o Grupo de Atualização Doutrinária acompanhou durante a Intervenção não foi verificada a sua utilização.

2.2.3 HÓRUS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (EB)

No começo dos anos de 1990, o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), visando atender às exigências das tropas terrestres, iniciou pesquisas na área de VANT, com o objetivo de evoluir em sistemas autônomos. A linha de pesquisa desenvolveu o sistema de VANT VT15 (VANT Tático de 15 km de alcance), o qual é o primeiro passo de um desenvolvimento faseado, que passará em seguida para o sistema de VANT VT30, objetivando chegar ao sistema de VANT VT70 definido nas Condicionantes Doutrinárias Operacionais (CONDOP), nos Requisitos Operacionais Básicos (ROB) e nos Requisitos Técnicos Básicos (RTB) do Exército Brasileiro (Maj QEM José Cerdeira Gonzalez – CTEx Notícias, Rio de Janeiro, Ano II, Nº 6, Dezembro de 2007).

Com o acordo de cooperação implementado pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e a Flight Solutions, o VT15 foi desenvolvido e a empresa prosseguiu, desenhando a versão Hórus FT100, conforme requisitos definidos pelo Exército. Esta ARP tem um alcance de até 12 quilômetros e autonomia de duas horas. É capaz de realizar operações noturnas e já foi exportado para um país africano.

A Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5) conduziu uma

experimentação doutrinária da Bateria de Busca de Alvos (Bia BA), utilizando o SARP Hórus FT100, realizada no 9º Grupo de Artilharia de Campanha, localizado em Nioaque-MS, no período de 2014 a 2017.

A experimentação doutrinária da Bia BA serviu, também, para comprovar a eficiência, eficácia e efetividade da ARP equipada com modernos meios de comunicações e optrônicos, permitindo um melhor exercício do Comando e Controle e da aquisição de alvos propriamente dita.

Observa-se portanto, que esta experimentação doutrinária serviu para comprovar a eficiência e eficácia desse equipamento que atualmente é dotado na Companhia de Precursores da Brigada de Infantaria Paraquedista do EB e que a ARP, em desenvolvimento no âmbito do EB, possui as características necessárias para o emprego em apoio às ações de patrulhamento ostensivo da Bda Inf Pqdt, ou outras Brigadas, e às missões de reconhecimento e vigilância, tirando o proveito de suas capacidades.

2.3 O EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS EM OPERAÇÕES NO NÍVEL PELOTÃO, NAS OPERAÇÕES FURACÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Realizando uma análise sob a ótica do Manual de Campanha EB70-MC-10.341Lista de Tarefas Funcionais, 1ª Edição, de 2016, foi observado, por intermédio de uma pesquisa de campo, realizada pelo Grupo de Atualização Doutrinária de Garantia da Lei e da Ordem (GAD GLO), o emprego e as oportunidades de utilização de aeronave remotamente pilotada categoria zero (ARP Cat 0) em GLO.

A análise foi realizada dentro da Função de Combate Movimento e Manobra e se alinha ao emprego do poder de combate terrestre, de uma forma gradual e proporcional ao problema enfrentado. Dessa forma, consegue-se dissuadir o oponente ou retirar a sua legitimidade das ações antes do emprego das capacidades letais, alinhando-se à hipótese de uma preferência às soluções que impliquem no menor emprego da força, resguardando as capacidades letais da tropa para as situações mais críticas.

Essa pesquisa de campo foi realizada no ano de 2018, nos meses de julho e agosto, e acompanhou, *in loco*, as Operações Furacão da Intervenção Federal no Rio de Janeiro da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (julho de 2018), onde foi utilizado o SARP Hermes 900 da FAB em um nível mais alto e da Brigada de Infantaria Paraquedista (agosto de 2018) onde foi acompanhado o emprego da ARP Cat 0.

2.3.1 UTILIZAÇÃO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS NA FUNÇÃO DE COMBATE MOVIMENTO E MANOBRA NAS OPERAÇÕES DE GLO

Durante a execução da Operação, por imperativo da manutenção do sigilo, visando à obtenção da surpresa, o Comado Conjunto não autorizou o reconhecimento das Zonas de Ação das Unidades engajadas. A Companhia de Precursores Paraquedistas, em proveito da Bda Inf Pqdt, empregou, em Agosto, uma ARP Cat 0 de forma muito eficiente, atentando para as medidas de coordenação do espaço aéreo e observando as faixas radiais de controle, garantindo um voo seguro e a manutenção da consciência situacional dos comandantes no solo.

Imagem 3 – Características da ARP Modelo PHANTOM 4 ADVANCED DJI® utilizada pela Cia Prec



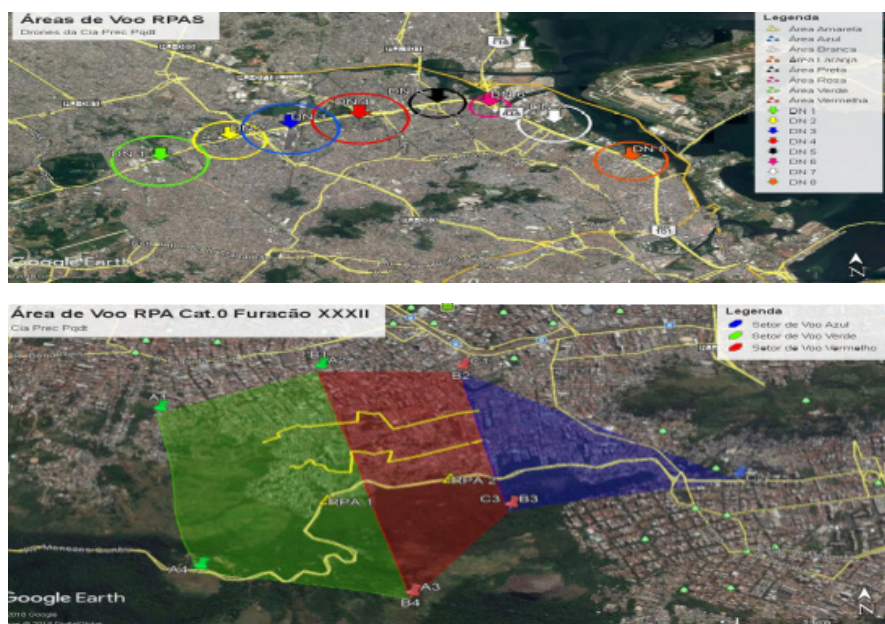
Fonte: Marques (2018)

Essa ARP, além de ser de fácil utilização, compacta e flexível, contribuiu na consciência situacional e na segurança da tropa em primeiro escalão, dando um bom respaldo jurídico nas ações empregadas nas Operações Furacão, permitindo, caso fosse necessário, a transmissão das imagens em tempo real para o Centro Coordenação de Operações (C COp).



Mesmo havendo limitações de autonomia de voo e resistência à chuva, o emprego da ARP Cat 0 se tornou muito importante em todos os setores de voo em que foram empregadas, proporcionando confiabilidade, operacionalidade e segurança nas ações, tornando-se um elemento essencial para a obtenção de inteligência de combate nas Operações de GLO acompanhadas.

Imagem 5 e 6 – Áreas de Voo da ARP Modelo PHANTOM 4 ADVANCED DJI®.



Fonte: Marques (2018)

Na Operação acompanhada com a Bda Inf Pqdt, o controle do espaço aéreo foi executado pela Célula de Controle de Operações Aéreas (COA), que desempenhou importante trabalho no gerenciamento do voo das aeronaves da Aviação do Exército (AvEx), de ARP da Força Aérea Brasileira (FAB), de ARP do Exército Brasileiro (EB) e aeronaves das Polícias Militar e Civil. Mesmo com todas as medidas de coordenação e controle do espaço aéreo houve um incidente, digno de um relatório de prevenção de acidentes aéreos (RELPREV), quando uma aeronave (Anv) BELL UH-1H, da Polícia Civil, voou abaixo dos 500 pés, coincidindo com a faixa de voo da ARP da Companhia de Precursores Paraquedistas. Este incidente poderia resultar em um acidente com gravíssimas consequências, o que evidencia a necessidade do estrito cumprimento das medidas de controle do espaço aéreo estabelecidas.

O desejável, durante as Operações Furacão, seria que as imagens geradas pelo sistema “olho da águia”, da AvEx e pelo FLIR da Anv HERMES 900, da FAB, pudessem ser vistas por aqueles que estão no terreno. Assim, todos teriam um “quadro operativo comum”, facilitando as coordenações necessárias e aumentando a segurança. De forma análoga, a visão das imagens da ARP Cat 0, no nível

pelotão, é um importante fator de apoio à decisão.

Imagem 7 – ARP Modelo PHANTOM 4 ADVANCED DJI®



Fonte: Vilas Boas (2018)

Outra possível utilização de ARP Cat 0, ou superior, seria auxiliar o planejamento do fluxo e o controle do trânsito até a Zona de Reunião. Nas Operações Furacão os itinerários também não puderam ser reconhecidos antecipadamente, sendo utilizadas imagens de aplicativos comerciais como o “*google Earth*”, “*google street view*” e “*Waze*” para o planejamento dos deslocamentos e para a observação de alguns objetivos.

Durante a manobra tática, a tarefa de executar a perseguição, cerco, captura ou neutralização dos Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), que estavam em processo de desengajamento de combate ou em fuga, foi rapidamente realizada em conjunto com a AvEx. Nesse contexto, pode ser considerada uma oportunidade de melhoria a utilização de SARP como “olhos no objetivo” para se conhecer o efetivo dos APOP, aumentando as chances de sucesso e êxito nas ações. Para isso, podem ser usadas as ARP Cat 0 do Exército ou as ARP da FAB. No caso dos SARP da FAB é importante que seja designado um Oficial de Ligação do EB junto aquela Força coirmã. Deve-se ressaltar que para as operações com o uso do equipamento “olho da águia”, da AvEx, também é necessário que um Oficial de Ligação da tropa de superfície, com um *Rádio APX 2000*, esteja embarcado na aeronave para melhor observação dos objetivos desejados.

O apoio de fogo orgânico, nas operações observadas, foi realizado com o emprego de caçadores aerotransportados. Tal emprego está descrito nos capítulos 5, e letra f do Capítulo 7, do C85-1 e no EB70-MC-10.218, de 2017, o qual especifica que podem ser usados caçadores em operações de neutralização da capacidade de atuação da força adversa (F Adv) pelas ações de inquietação, com equipes

de caçadores aerotransportados. Esse recurso pode, também, ser empregado em vigilância aérea com o objetivo de localizar a F Adv e mantê-la sob pressão, podendo engajar pequenos efetivos de integrantes dessas forças. Essa tarefa poderia ser realizada, de forma eficiente e cirúrgica, com uma ARP Cat 0 militarizada, para adquirir os alvos que possam ser engajados pelos caçadores.

Concluindo parcialmente, podemos dizer que a necessidade de sigilo, implicando na proibição de reconhecimento, traz prejuízos para a consciência situacional dos comandantes no terreno. Entretanto, isto pode ser mitigado pela aquisição e distribuição, até o nível pelotão, de ARP Cat 0, o que permitirá, aos comandantes das pequenas frações, a execução segura do esclarecimento, evitando a exposição da tropa tanto em movimentos embarcados quanto desembarcados, e desgastes na observação no interior de residências, escolas e demais locais públicos.

Diante do exposto, fica evidente a importância dos SARP no combate moderno e que as Forças Armadas que os utilizam têm nítida vantagem sobre os oponentes que não os possuem. No caso específico da Força Terrestre, a utilização dos SARP evita a exposição das tropas na execução de reconhecimento, patrulhamentos e observação do objetivo, aumentando a segurança nas operações. Por fim, o emprego de ARP de categoria 0 ou 1 nas pequenas frações traz um ganho em segurança e em velocidade no cumprimento das missões, caracterizando-se como um MEM multiplicador de força.

3. UM FUTURO POSSÍVEL

As Forças Armadas brasileiras ainda não empregam ARP armadas. No entanto, pode-se afirmar que é uma questão de tempo para que este MEM seja adquirido e as Forças ampliem suas capacidades.

No caso da Força Terrestre, no que diz respeito às pequenas frações e focando, especificamente, no Pelotão de Fuzileiros, existe a necessidade de dotar a tropa de um SARP com possibilidades ofensivas. Esse tipo de MEM já existe no mercado. Um exemplo é o *Switchblade*, produzido pela empresa *Aerovironment*, composto por ARP Cat 0 com as seguintes características:

- portabilidade, apresentando peso reduzido e podendo ser conduzida na mochila do combatente;
- é lançada de um tubo, semelhante ao tubo de morteiro leve;
- dispõe de relativa autonomia, geralmente 15 minutos, o que permite que a

ARP Cat 0 permaneça pairando sobre determinada região até que o piloto identifique um alvo;

- conduz sensores, geralmente câmeras, como carga paga;

Outra singularidade é a possibilidade de controle por meio de um tablet. Além disso, identificado o alvo a ARP Cat 0 é lançada contra ele, já que conduz uma carga explosiva em seu interior, destruindo o alvo em um ataque tipo “*ka-mikaze*”.

Imagem 11 – Switchblade



Fonte: Defense Update (2018)

Esse SARP encurta o ciclo sensor-decisor-atuador. O alvo, uma vez identificado, pode ser engajado, imediatamente, com precisão e com possibilidade mínima de que “danos colaterais” sejam produzidos, podendo constituir-se no principal meio de apoio de fogo das forças de superfície engajadas nos combates em áreas urbanas densamente povoadas.

Entretanto, é necessário atentar para o fato de que os APOP se enquadram na curva de aprendizagem e também poderão, em algum momento, fazer uso de ARP contra as Forças Legais.

No Brasil, as organizações criminosas já utilizam ARP Cat 0 para transportar armas de porte e drogas para dentro de presídios.

Imagem 12- ARP Cat 0 russa construída para realizar bombardeio com granadas de mão.



Fonte: Tamir Eshel (2018).

Portanto, as tropas empenhadas em futuras Operações de GLO devem ser dotadas de meios para destruir ou capturar as ARP utilizadas pelos APOP. São exemplos desses meios os interferidores eletrônicos, as redes disparadas por lançadores manuais ou por outra ARP e aves de rapina.

Verifica-se que as ARP Cat 0 têm hoje considerável importância para as pequenas frações, pois ampliam sua consciência situacional e, no futuro, possivelmente serão seu principal meio de apoio de fogo. Porém, poderão se constituir em uma séria ameaça, se utilizadas pelos APOP, demandando que a tropa conte com meios anti-ARP.

Imagem 13 – Interferidor do sinal que controla a ARP Cat 0



Fonte: Leopold (2018).



Fonte: Pandula (2018).

4. CONCLUSÃO

A importância dos SARP tem crescido para as Forças Armadas, na medida em que evita a exposição dos militares ao perigo nos reconhecimento, quando atuam como esclarecedores, e em patrulhas, aumentando a segurança nas operações. No nível tático, o uso das ARP aumenta a velocidade do cumprimento das missões, o que as caracteriza como multiplicador de força.

O emprego das ARP Cat 0 nas pequenas frações aumenta a consciência situacional de seus comandantes, compensando, em certa medida, o desconhecimento do terreno e, no futuro, possivelmente, serão o principal meio de apoio de fogo da tropa operando em ambiente urbano densamente povoado. Vale salientar que esta pequena aeronave poderá ser uma considerável ameaça, caso seja utilizada pelos APOP.

REFERÊNCIAS

ÁGUIA pegando Drones. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VN9G_uV3eAo>. Acesso em: 31 Out. 2018.

Agencia Força Aérea. **Hermes 900 reforça capacidade operacional da FAB no reconhecimento eletrônico**. Disponível em:< <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/18093/REAPARELHAMENTO-%E2%80%93-Hermes-900-refor%C3%A7a-capacidade-operacional-da-FAB-no-reconhecimento-eletr%C3%B4nico>>. Acesso em 26 Dez 2018.

ALVES, Claudio da Silva. **As Operações da Garantia da Lei e da Ordem no**

contexto do direito Operacional Militar. Disponível em: <<https://calaudyo.jusbrasil.com.br/artigos/462962576/as-operacoes-de-garantia-da-lei-e-da-ordem-no-contexto-do-direito-operacional-militar>>. Acesso em: 04 Nov. 2018.

BRASIL. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **Circular de Informações Aeronáuticas N 21/10: Veículos Aéreos Não Tripulados.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.decea.gov.br/?i=publicacao&id=3499>>. Acesso em: 02 Nov. 2018.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Nota de Coordenação Doutrinária N°03/2012: Emprego de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas.** 1a ed. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei no 12.598**, de 21 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm>. Acesso em 01 Nov 2018.

_____. Exército. Estado-Maior. **C85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem.** 2. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.214: Vetores Aéreos da Força Terrestre.** Brasília, DF, 2014.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.218: Operações Aeromóveis.** Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Governo Federal assina decreto de intervenção na segurança pública do Rio.** Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/39651-governo-federal-assina-decreto-de-intervencao-na-seguranca-publica-do-rio>>. Acesso em: 25 Out. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Legislação sobre uso de VANTS no Brasil poderá ter novidades em dezembro.** Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/05/forca-aerea-usara-avioes-nao-tripulados-na-seguranca-da-copa-do-mundo-de-2014.htm>>. Acesso em: 01 Out 2018.

CARNEIRO, Francisco José. **Avaliação do Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP MAVIC PRO DJI).** Seção de Pesquisa do CIGs, Manaus, 2017.

MARQUES, Raphael Cristo Santos. **Emprego do RPAS na Cia Prec Pqdt.** Simpósio de Precurssores, Rio de Janeiro, 2018.

DEFENSE UPDATE. **U.S. Army Buys Switchblade Small Loitering Weapons.** Disponível em: <https://defense-update.com/20110902_switchblade.html>. Acesso em: 25 Out. 2018.

DEFENSE UPDATE. **Hacked Drones Become the ultimate IEDs.** Disponível em: <https://www.defense-update.com/20170306_drone_ieds.html>. Acesso em: 31 Out. 2018.

EIRIZ, George Koppe. **As possibilidades de utilização do veículo aéreo não tripulado (VANT) no Exército Brasileiro.** Informativo Antiaéreo, Rio de Janeiro, n.3, p.17-23, 2º semestre de 2007.

EMPREGO DE AERONAVES NÃO TRIPULADAS EM BRIGADA MECANIZADAS E BLINDADAS. Disponível em:< <https://www.forte.jor.br/2018/07/09/emprego-de-aeronaves-nao-tripuladas-em-brigadas-mecanizadas-e-blindadas/>>. Acesso em 11 Nov 2018.

LEOPOLD, George. **Battelle demos a handheld anti-drone ‘gun’.** Disponível em: <<https://defensesystems.com/articles/2016/05/19/battelle-drone-defender-handheld-anti-drone.aspx>>. Acesso em: 31 Out. 2018.

LOPES, Roberto. **Emprego de aeronaves não tripuladas em Brigada Mecanizadas e Blindadas.** Disponível em:< <https://www.forte.jor.br/2018/07/09/emprego-de-aeronaves-nao-tripuladas-em-brigadas-mecanizadas-e-blindadas/>>. Acesso em: 11 Nov. 2018.

MARINHO, Daniel. **Voos de RPAS (drones): Entenda a nova legislação do DECEA.** 2015. Disponível em: < <http://www.decea.gov.br/?p=8487> >. Acesso em: 02 Nov. 2018.

MIZOKAMI, Kyle. **Another Ukrainian Ammo Dump Goes Up in Massive Explosion.** Disponível em: <<https://www.popularmechanics.com/military/weapons/news/a28412/ukrainian-ammo-dump-explosion/>>. Acesso em: 31 Out. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Legislação sobre uso de VANTS no Brasil poderá ter novidades em dezembro.** Disponível em:< <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/05/forca-aerea-usara-avioes-nao-tripulados-na-seguranca-da-copa-do-mundo-de-2014.htm>>. Acesso em 01 Out 2018.

MORAES, Rafael Junior. **Intervenção Federal.** Disponível em: <<https://rafa-moraes1991.jusbrasil.com.br/artigos/247111219/intervencao-federal>> Acesso

em: 29 Out. 2018.

MUOIO, Danielle. **Tokyo is using anti-drone squads to capture rogue drones with nets**. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/tokyo-is-using-anti-drone-squads-to-capture-rogue-drones-with-nets-2015-12>>. Acesso em: 31 Out. 2018.

1. Nota da Diretoria Aeronáutica da Marinha. **MB Acompanha Demonstração do ARP**
2. **HERMES-900 na BASC**. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/16>>
3. 041/MB--Acompanha Demonstracao-do-ARP-HERMES-900-na-BASC>. Acesso em 26 Dez 2018.

PANDULA, Varun. **Skywall 100 is a Bazooka style Anti-Drone defense system with range up to 100 meters**. Disponível em: <<https://www.gizmotimes.com/gadgets/skywall-100-anti-drone-defense-system/8999>>. Acesso em 31 Out 2018.

PEREIRA, Carlos Vinícius dos Santos. **Normativas para aeronaves remotamente pilotadas e o desenvolvimento da bateria de busca de alvos**. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1149/1/TCC%203315%20Carlos%20Vin%C3%ADcius.pdf>>. Acesso em: 04 Nov. 2018.

TAMIR, Eshel. **Weaponized Mini-Drones Entering the Fight**. Disponível em: <https://defense-update.com/20161012_drone_attacks.html>. Acesso em: 25 Out. 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade Continuada 2017. **Aplicações para o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas na Aviação de Segurança Pública e Defesa Civil**. Disponível em: <<https://www.pilotopolicial.com.br/wp-content/uploads/2018/03/TCC-ARP-ALV.pdf>>. Acesso em 26 Dez 2018.

TROPAS DE ELITE. **Armas Drones**. Disponível em: <[---

168](http://www.tropa-</p></div><div data-bbox=)

searmas3.xpg.com.br/Armas-Drones.html>. Acesso em: 25 Out. 2018.

TECNOLOGIA E DEFESA. FAB realizará a primeira missão real SAT-COM com ARP RQ 900 Hermes (Operação Posse 2019).Disponível em :<http://tecnodefesa.com.br/fab-realizara-a-primeira-missao-real-satcom-com-arp-rq-900-hermes-operacao-posse-2019/>. Acesso em 02 Abr. 2019.

¹ O autor é Cel R/1 de Infantaria, e atualmente é Assessor de Doutrina da Seção de Pesquisa Acadêmica e Doutrina da AMAN.

² O autor é Capitão de Intendência, e atualmente é Comandante da 2ª Companhia de Intendência da AMAN e Instrutor de Não Guerra.

³ O autor é 1º Tenente de Infantaria, e atualmente é Comandante do 4º Pelotão da 3ª Companhia de Cadetes de Infantaria da AMAN e Instrutor de Não Guerra.

A INTERVENÇÃO FEDERAL E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO DAS POLÍCIAS

Cel Cav Flávio Roberto Bezerra Morgado¹

A Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro foi decretada em 16 de fevereiro de 2018, pelo Presidente Michel Temer, com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, com o término previsto para o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Para conduzir todo este processo, foi escolhido o General de Exército Walter Souza Braga Netto, o qual se encontrava ocupando o cargo de Comandante Militar do Leste, sem nenhum aviso prévio, ocasionando que a intervenção se iniciasse sem qualquer planejamento ou preparação.

Após realizar o seu exame de situação inicial, o General Braga Netto identificou que a Secretaria de Estado de Segurança seria a sua ação principal e escolheu o General de Divisão Richard Fernandez Nunes para conduzir esta secretaria durante o período da intervenção.

As ações iniciais do novo Secretário de Segurança foram obter a consciência situacional de todos os processos e responsabilidades da secretaria, escolher os novos Chefe de Polícia Civil e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, realizar um levantamento e priorização das necessidades em material, pessoal e financeira da secretaria e dos órgãos subordinados e vinculados, e realizar o realinhamento estratégico da segurança pública no estado.

Figura 1 – Realinhamento Estratégico da Secretaria Estadual de Segurança



Fonte: O Autor

¹ O autor é Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro e desempenhou a função de Assessor do Secretário de Estado de Segurança durante o período da Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

O realinhamento estratégico identificou cinco eixos de atuação: fortalecimento das corregedorias, valorização do Instituto de Segurança Pública e do emprego do ISP-Geo, integração sistêmica da atuação policial, recuperação da capacidade operativa das polícias e fortalecimento institucional da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O fortalecimento institucional das organizações policiais do estado significa fortalecê-las como instituições de estado e não de governo, ou seja, afastá-las de ingerência políticas e interesses que não estejam em consonância com as aspirações do povo carioca. Outra característica fundamental que instituições de estado devem ter é um fluxo constante financeiro, material e de pessoal, não podendo viver de aportes inconstantes nestes aspectos, o que coloca em risco o funcionamento destas instituições tão importantes para que a população exerça a plenitude de sua cidadania.

O fluxo constante de pessoal está intimamente ligado à formação, especialização e ao aperfeiçoamento dos quadros das instituições, isto é, ao seu sistema de educação. Devido a sua experiência na área e conhecedor da importância da mesma, o General Richard destacou uma atenção especial para o assunto e uma de suas primeiras ações foi verificar como estava este sistema nas organizações policiais. O quadro encontrado foi preocupante e assustador, conforme o diagnóstico realizado.

Em visita realizada na manhã do dia 15 de junho de 2018, o Secretário pôde verificar in loco os problemas existentes na Academia Dom João VI, estabelecimento de ensino responsável pela formação dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Academia Dom João VI



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-3550112/>

Os problemas de material e infraestrutura ficaram evidentes ao se percorrer as instalações da academia. Infiltrações nos tetos e paredes, pisos em péssimo estado de utilização, carteiras quebradas, salas de aula sem condições de funcionamento, alojamentos em condições precárias, Biblioteca e a Seção de Educação Física fechadas por falta de manutenção, entre outros problemas verificados, são exemplos da situação que foi encontrada na ocasião.

Entretanto o principal problema encontrado não está ligado à infraestrutura e material. A parte pedagógica foi a questão que mais preocupou o Secretário de Segurança, tendo em vista ser o cerne de qualquer Sistema de Educação.

O Oficial Policial Militar do Rio de Janeiro é formado em 3 (três) anos. Portanto, devem existir na academia, todo ano, 3 (três) turmas diferentes, uma em cada ano, a fim de prover o fluxo constante de oficiais na corporação. Em 2018, a Academia Dom João VI só possuía uma turma, no 2º Ano, com 35 Alunos, sendo que ainda existiam alguns alunos sendo formados em outras escolas de formação de oficiais de outros estados, como na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em São Paulo.

A principal missão de qualquer estabelecimento de ensino de formação militar é o de formar e desenvolver o *ethos*² militar, que não está ligado ao desenvolvimento cognitivo, embora muito importante, e sim ligado ao desenvolvimento moral do militar.

A inexistência das outras turmas é um fator que dificulta em muito o desenvolvimento do *ethos* militar, pois impede a execução do que se convencionou chamar de currículo oculto, que pode ser entendido como a transmissão das tradições e dos valores morais. O exemplo que os Alunos mais antigos transmitem aos mais modernos e, principalmente, o desenvolvimento de laços afetivos entre irmãos de armas, ocasionado pela convivência diuturna durante anos, não acontece atualmente na Academia Dom João VI.

O Coronel de Cavalaria Paulo Roberto da Silva Gomes Filho destaca a importância deste currículo oculto em seu artigo “A importância da Empatia”³, quando analisa a famosa frase existente no Pátio Tenente Moura, da Academia Militar das Agulhas Negras, “CADETE, IDES COMANDAR! APRENDEI A

2 *Ethos* é uma palavra de origem grega, que significa “caráter moral”. É utilizada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. Ethos pode ainda designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa, cultura ou instituição.

3 Disponível em: <http://www.paulofilho.net.br/blog/%20do%20paulo%20filho/a-import%C3%A2ncia-da-empatia>. Acesso em 25 de abril de 2019.

O que a frase está a lembrar aos futuros líderes do Exército Brasileiro é que eles devem aprender a cumprir ordens como aquelas que eles passarão a emitir após formados. Deverão prestar atenção às consequências das ordens emanadas. Precisam obedecer para compreender na plenitude os sentimentos daqueles que por imposição legal passarão a lhes obedecer em muito pouco tempo.

Ora, somente “obedecendo”, ou seja, vivenciando as experiências de ser um liderado, que os futuros oficiais do Exército Brasileiro terão a possibilidade de compreender os impactos de suas ordens sobre seus comandados.

A vida militar oferece situações inéditas em que o risco e a tensão estarão presentes com grande intensidade. Somente quem já passou pela experiência de realizar uma atividade de risco pode compreender os sentimentos que isto traz. Isto é válido para inúmeras situações, das mais simples às mais complexas, das rotineiras às excepcionais.

“Cadete, ides comandar! Aprendei a obedecer”. Esta é uma exortação que clama aos futuros comandantes: Compreendam seus subordinados! Preocupem-se com eles! Somente desta forma vocês serão capazes de decidir com acerto, sendo capazes de estabelecer vínculos afetivos capazes de torná-los verdadeiros líderes!

Outra questão importante é com relação à seleção dos instrutores para serem selecionados a servir nas escolas de formação. Este fator também é muito importante para o desenvolvimento do *ethos* militar.

No Exército Brasileiro, a seleção de instrutores para qualquer escola, mas principalmente para as escolas de formação, é algo muito importante e realizado através de um processo minucioso aonde são considerados diversos fatores como o aspecto cognitivo, o apesto emocional, o relacionamento, a moral, o conceito profissional, entre tantos outros. Todo o processo é gerenciado pelo Comandante do Estabelecimento de Ensino, o que significa que os instrutores são escolhidos pela própria escola, sem existir interferências externas.

A seleção de grande parte dos instrutores da Academia Dom João VI, e também dos outros estabelecimentos de ensino das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, era realizada pelo processo do Banco de Talentos, gerenciado pela Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria Estadual de Segurança, onde o principal aspecto considerado para a seleção era o currículo da área cognitiva, não levando em consideração outros aspectos impor-

tantes descritos anteriormente, e sem a gerência do estabelecimento de ensino.

No prosseguimento da visita à Academia Dom João VI, no mesmo dia, o Secretário de Segurança visitou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 3: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=7SdqksQ6roo>

A situação encontrada também foi preocupante. Na parte de infraestrutura, diversas Companhias de Alunos, onde ficam os alojamentos e salas de instrução, necessitavam de obras de recuperação para adquirirem condições de uso, sendo que uma companhia estava “condenada”, sem condições de recuperação, sendo necessária a sua demolição.

Entretanto um aspecto chamou a atenção do Secretário de Segurança, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças não possuía alunos em suas instalações, nem na formação e nem no aperfeiçoamento. Inclusive suas instalações estavam sendo utilizadas como alojamento pelo efetivo da Força Nacional de Segurança Pública que se encontrava atuando no Rio de Janeiro.

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos não era realizado desde 2015 e o último concurso para o Curso de Formação de Soldados tinha sido realizado em 2014. Porém, os aprovados ainda não haviam sido convocados para a matrícula no curso.

Em 19 de junho de 2018, foi realizada a visita à Academia de Polícia Civil Sylvio Terra da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro pelo General Richard.

Durante a visita também foram constatadas a existência de diversos problemas de manutenção como infiltrações em paredes e tetos, pisos necessitando

substituições, instalações desportivas fechadas por não estarem em condições de uso e o simulador de tiro, importante ferramenta de ensino, desligado por estar quebrado, demonstrando a necessidade de se realizar obras de recuperação para fornecer as melhores condições para a formação dos policiais civis.

Figura 4: Academia de Polícia Civil Sylvio Terra



Fonte: <http://www.reynaldoveloso.com.br/news/reuniao-decisiva-na-policia-civil/>

No dia 24 de outubro de 2018, o Secretário de Segurança realizou uma visita na Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A escola é responsável por ministrar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o qual habilita os oficiais intermediários ao exercício das funções de assessoramento superior no nível de Estado-Maior, e o Curso Superior de Polícia Militar, o qual habilita os oficiais superiores para o exercício das funções de comando, de chefia e direção. Em resumo, ela se destina a ministrar cursos de altos estudos em segurança pública dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 5: Fachada da antiga sede da Escola Superior de Polícia Militar



Fonte: <http://espmerj2012.blogspot.com/2012/04/resumo-historico-escola-superior-de.html>

Durante a visita, o que chamou a atenção foram as instalações, mas não o seu estado de conservação e sim o fato de serem instalações emprestadas do Porto de Niterói, tendo em vista as novas instalações da escola ainda não terem sido construídas. Importante ressaltar que devido ao fato de não existirem alojamentos adequados para troca de roupa, os alunos frequentam os cursos da escola à paisana. É um curso frequentado por militares que não conseguem usar a farda de sua instituição, acrescentando mais um aspecto que prejudica a solidificação do *ethos* militar.

A título de conhecimento, na época dos grandes eventos no Rio de Janeiro e devido ao processo de expansão das instalações portuárias do porto de Niterói, impulsionadas pelo crescimento das demandas decorrentes do setor industrial *offshore* dedicado à exploração petrolífera, incluindo as reservas do pré-sal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cedeu a área aonde se localizava a Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para o Porto de Niterói. Em contrapartida, as novas instalações da escola seriam construídas no Bairro de Sulacap, junto à Academia Dom João VI e ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Até o fim da intervenção as obras ainda não tinham iniciado.

Além de todos estes cursos e escolas citados, o Curso Superior de Polícia Integrado, realizado sob a coordenação da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção, realizado através de um convênio com a COPPEAD/UFRJ, também foi visitado pelo General Richard. O Secretário forneceu todo o apoio necessário à sua realização, tendo em vista a sua importância, por ser o curso de mais alto nível dentro do Sistema de Educação da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 6: Curso Superior de Polícia Integrado



Fonte: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5562510-policiais-civis-e-militares-se-unem-em-curso-estrategico-de-seguranca-publica.html>

Com a consciência que o tempo disponível, até 31 de dezembro de 2018, não era suficiente para solucionar todos os problemas existentes no Sistema de Educação da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, porém era possível fazer muita coisa e deixar encaminhadas muitas outras ações a fim de modernizá-lo.

Desta forma, a Secretaria de Estado de Segurança solicitou ao Gabinete de Intervenção Federal a constituição de um Grupo de Trabalho, com o objetivo de analisar o Sistema de Educação da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Na visão da secretaria, as outras secretarias componentes do Sistema de Segurança Pública também deveriam fazer parte do estudo, a fim de se buscar uma maior integração entre elas.

A Secretaria de Estado de Segurança sugeriu as seguintes premissas para desenvolvimento dos trabalhos: a regularidade do ingresso e a capacitação dos recursos humanos devem ser fatores fundamentais para que o caráter institucional dos Órgãos de Segurança Pública seja fortalecido; o Sistema de Educação, a exemplo das Forças Armadas, deve ser essencial para o fortalecimento dos princípios éticos, valores morais e tradições de cada Órgão de Segurança Pública; como instituições de Estado, os Órgãos de Segurança Pública demandam um sistema educacional isento de influências políticas, partidárias e ideológicas de qualquer ordem.

Além disso, os seguintes objetivos específicos foram sugeridos:

- Analisar a estrutura organizacional do Sistema de Educação da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

- Analisar as atribuições de cada órgão pertencente ao Sistema de Educação da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

- Analisar os documentos que regulam o Sistema de Educação da

Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

- Analisar o alinhamento dos cursos de formação, aperfeiçoamento, superior e de especialização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, com os respectivos planos de carreira.

- Analisar a constituição e organização dos corpos discentes dos Estabelecimentos de Ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

- Analisar a constituição e organização dos corpos docentes dos Estabelecimentos de Ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a solicitação da Secretaria de Estado de Segurança, o Gabinete de Intervenção Federal criou o Grupo de Trabalho de Educação, o qual apresentou o relatório final no mês de dezembro de 2018, contendo uma série de medidas, ações e propostas para modernizar o Sistema de Educação da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dentre estas ações, destaca-se o convênio realizado com o Exército Brasileiro para que integrantes dos Órgãos de Segurança Pública realizassem diversos cursos existentes no Sistema de Educação e Cultura do Exército.

Figura 7: Policiais fazem mestrado em Centro de Estudos do Exército



Fonte: <http://www.intervencaofederalrj.gov.br/imprensa/releases/policiais-fazem-mestrado-em-centro-de-estudos-do-exercito>

Complementando o constante no relatório do Grupo de Trabalho de Educação, outras medidas e ações foram realizadas durante o período da intervenção.

No tocante ao Curso Superior de Polícia Integrado, a viagem internacional de estudos foi viabilizada pela Secretaria Estadual de Segurança, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Investimentos em Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social.

Foram convocados 1.373 candidatos aprovados no concurso realizado em 2014 para frequentar o Curso de Formação de Soldado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, ainda em 2018. Foi realizado o concurso para o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com 500 vagas existentes e funcionamento previsto para 2019.

Figura 8: Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.pmerj.rj.gov.br/2018/07/policia-militar-retoma-iniciativas-para-recompor-e-qualificar-sua-tropa/>

Foram convocados 284 candidatos aprovados para frequentarem o Curso de Oficial de Cartório na Academia de Polícia Sylvio Terra, iniciando ainda em 2018.

Além disso, foi autorizada a realização para novos concursos dos cursos de formação na Polícia Civil e na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Com relação às obras de recuperação, após o apoio do 5º Grupamento de Engenharia do Exército, foram destinados recursos para a manutenção das

infraestruturas da Academia Dom João VI e da Academia de Polícia Sylvio Terra.

Esta foi a forma que a Secretaria Estadual de Segurança procurou, durante o período da Intervenção Federal na Área da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, enfrentar e corrigir os problemas identificados no Sistema de Educação das Polícias, tendo em vista entender que esta área não deve ser colocada em segundo plano, devendo ser a primeira prioridade em qualquer instituição de estado, por se constituir nos principais alicerces dela, conferindo-lhe identidade e o mais importante de tudo, seus valores morais, os quais serão os seus guias e lhe fornecerão a credibilidade necessária perante a sociedade.

Área de Atuação

INTERATIVO	ESPAÇO INTERATIVO (Jogos)	CADASTRO DE	ESQUEMA DA SUA CENÁRIO	ALTERAR CADASTRO
------------	---------------------------	-------------	------------------------	------------------

- Histórico
 - Fale conosco
 - Localização
 - Subordinação
 - Formulário
- INSTITUCIONAL

 - Visão do futuro
 - Valores
 - Missão



INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.cb.br (padecece@eceme.cb.mil.br)

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em *itálico*. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.

